

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Juliana Miranda de Faria

Educação escolar e transgeneridade: como uma escola em Conselheiro
Lafaiete/MG acolhe seus estudantes transgêneros

Juiz de Fora
2025

Juliana Miranda de Faria

Educação escolar e transgeneridade: como uma escola em Conselheiro
Lafaiete/MG acolhe seus estudantes transgêneros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da
Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Faria, Juliana Miranda de.
Educação escolar e transgeneridade: como uma escola em
Conselheiro Lafaiete/MG acolhe seus estudantes transgêneros /
Juliana Miranda de Faria. -- 2025.
164 f.
Orientador: Marco Aurélio Kistemann Júnior
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal
de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de
Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.
1. Estudantes Transgêneros. 2. Educação Inclusiva. 3.
Legislação Educacional. 4. Acolhimento Escolar. I. Kistemann
Júnior, Marco Aurélio, orient. II. Título.

Juliana Miranda de Faria

Educação escolar e transgeneridade: como uma escola em Conselheiro

Lafaiete/MG acolhe seus estudantes transgêneros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a). Marco Aurélio Kistemann Júnior - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a). Rogéria Campos de Almeida Dutra

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a). Agnaldo da Conceição Esquincalha

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 03/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Kistemann Junior, Professor(a)**, em 03/10/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogeria Campos de Almeida Dutra, Professor(a)**, em 03/10/2025, às 20:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Agnaldo da Conceição Esquincalha, Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2597322** e o código CRC **0F1FCA2E**.

Aos contribuintes mineiros, que sustentam políticas públicas como essa que financiou esta pesquisa.

Aos estudantes, que dão significado à minha trajetória profissional, inspiram-me todos os dias e motivam-me a escrever este trabalho.

Aos meus colegas e amigos companheiros de trabalho, que aceitaram participar das entrevistas e tornaram possível a realização desta pesquisa.

A toda equipe do CAED, que acolheu meu tema e me guiou ao longo de toda essa jornada, especialmente à Adriana Ferreira, Marina Terra e Marco Aurélio.

À Maria José, minha amiga e professora na graduação, que me encantou com a Educação e Filosofia.

À professora Maria Aparecida Arruda, por ter acreditado em mim.

À Cristina, pela leitura atenta e pelas sugestões na escrita.

Aos meus pais e ao meu irmão, pelo incentivo e apoio em todas as minhas atividades além da pesquisa, permitindo-me dedicar plenamente a ela.

Ao João Nery, considerado a primeira pessoa trans no Brasil, e à sua autobiografia, que enriqueceram minha compreensão sobre diversidade.

Ao Tuca, pela presença constante! Por me acompanhar desde o processo seletivo até os períodos presenciais. Meu amor, meu companheiro, minha rede de apoio: não conseguiria sem você!

À minha filha Cora, que nasceu no meio da pesquisa e despertou em mim outra pesquisadora. Obrigada, minha filha, pelo mundo mais amoroso e compreensivo que você descortinou para mim!

A todos os acolhimentos e incentivos que recebi: eu sou vocês! Obrigada!

Dedico este trabalho a todos que buscam encontrar-se.

Renova-te.
Renasce em ti mesmo.
Multiplica os teus olhos, para verem mais.
Multiplica os teus braços para semeares tudo.
Destrói os olhos que tiverem visto.
Cria outros, para as visões novas.
Destrói os braços que tiverem semeado, para se esquecerem de colher.
Sê sempre o mesmo.
Sempre outro.
Mas sempre alto.
Sempre longe.
E dentro de tudo.

Cântico XIII, Cecília Meireles

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. O estudo partiu da experiência da autora na escola estadual em que trabalha, na qual observou que estudantes transgêneros menores de idade solicitavam aos professores que fossem identificados pelo nome social, mesmo sem terem formalizado tal requisição junto à instituição. Dessa forma, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: Como a escola identifica e acolhe efetivamente seus estudantes transgêneros? O objetivo geral consistiu em compreender os desafios para acolher estudantes transgêneros e as medidas adotadas pela Escola Estadual “Domingos Bebiano” para garantir sua inclusão no ambiente pedagógico. Os objetivos específicos foram: (i) descrever a estrutura da escola, considerando o espaço físico, as relações humanas e o arcabouço legal que ampara estudantes e instituição na garantia de direitos; (ii) analisar as causas dos desafios encontrados para o acolhimento de estudantes transgêneros; e (iii) propor um Plano de Ação Educacional que aponte caminhos para consolidar a inclusão desses estudantes no contexto escolar. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas com a direção, supervisão, professores e assistentes técnicos de educação básica. Os resultados indicam que o acolhimento de estudantes trans não ocorre de forma satisfatória, restringindo-se, em grande parte, ao uso do nome social, mesmo quando a documentação formal ainda não foi regularizada. Observou-se, ainda, que há ações de mediação entre família e estudantes e práticas de escuta, mas ausência de diretrizes institucionais claras para o acolhimento. A partir desses dados, elaborou-se um Plano de Ação Educacional visando mitigar os desafios identificados. Conclui-se que a instituição não está plenamente preparada para o acolhimento de estudantes trans e que é necessário implementar ações que promovam uma convivência harmoniosa frente à diversidade de gênero presente na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Estudantes Transgêneros; Legislação Educacional; Acolhimento Escolar.

ABSTRACT

This master's research was developed within the Professional Graduate Program of the Center for Public Policy and Education Assessment at the Federal University of Juiz de Fora. The management case arose from the author's experience at the state school where she works, where she noticed that underage transgender students were asking teachers to identify them by their social name, even though their request had not been legally made to the institution. Thus, this research began with the following question: How does the school effectively identify and welcome its transgender students? The overall objective is to understand the challenges of welcoming transgender students, as well as the measures taken by the Domingos Bebiano State School to ensure these students are welcomed into the educational environment. The specific objectives we defined were: to describe the school's structure: from the physical space to human relationships; as well as the legal framework that protects the school and students in the exercise of their rights; to analyze the causes of the challenges faced by the school in welcoming transgender students; To propose an educational action plan that can identify ways to consolidate the inclusion of transgender students in the school environment. To this end, qualitative research was conducted based on semi-structured interviews with school principals, supervisors, teachers, and technical assistants in basic education. The results demonstrate that the reception of trans students is not satisfactory, limited to referring to them by their social name, even if they do not yet have formal documentation. Thus, the data indicate mediation and listening actions between families and students; and the absence of guidelines for welcoming trans students. Based on this, an Educational Action Plan was developed to mitigate the challenges encountered. Therefore, it is considered that the institution is not prepared to welcome trans students and that actions need to be implemented to ensure harmonious coexistence, given the gender diversity that exists in contemporary society.

Keywords: Inclusive Education; Transgender Identity; Educational Legislation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos que regulamentam o uso do nome social em instituições de ensino nos diferentes estados brasileiros.....	26
Quadro 2 – Plano de Ação Educacional – Ferramenta 5W2H.....	112
Quadro 3 – Apresentação do Plano de Ação Educacional.....	119
Quadro 4 – Capacitação dos profissionais para a ampliação de seus conhecimentos sobre a diversidade de gênero.....	120
Quadro 5 – Cronograma de palestras para a formação dos profissionais.....	121
Quadro 6 – Revisão do Projeto Pedagógico da Instituição Escolar.....	123
Quadro 7 – Construção das diretrizes de acolhimento e atendimento aos estudantes.....	125
Quadro 8 – Proposição de diretriz para acolhimento dos estudantes trans.....	125
Quadro 9 – Proposição de protocolo de acolhimento aos estudantes transgêneros.....	127
Quadro 10 – Protocolo de acolhimento aos estudantes transgêneros.....	128
Quadro 11 – Cartilha de informações destinadas aos profissionais, estudantes e comunidade escolar.....	130
Quadro 12 – Cartilha: transgeneridade: você sabe o que é?.....	130
Quadro 13 – Reunião e oferta de palestras para os estudantes.....	131
Quadro 14 – Reunião e oferta de palestras para os pais.....	133
Quadro 15 – Cronograma e palestras aos pais.....	134
Quadro 16 – Criação de um espaço de acolhimento para os estudantes trans.....	135
Quadro 17 – Feira sobre o tema diversidade sexual e de gênero.....	137
Quadro 18 – Estrutura do planejamento da feira.....	138
Quadro 19 – Avaliação e monitoramento do PAE.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de estudantes (2023).....	39
Tabela 2 – Distribuição dos profissionais da EEBDII (2024)	40
Tabela 3 – Índice do desempenho discente (2023).....	42
Tabela 4 – Roteiro Quantitativo das Entrevistas.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEd	- Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CNE	- Conselho Nacional da Educação
CSN	- Companhia Siderúrgica Nacional
DCNs	- Diretrizes Curriculares Nacionais
DED	- Diário Escolar Digital
EEDB	- Escola Estadual “Domingos Bebiano”
EEMH	- Escola Estadual Monsenhor Horta
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	- Leis de Diretrizes e Bases
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PPGP	- Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	- Plano Político Pedagógico
RE	- Regimento Escolar
SEEMG	- Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SIMADE	- Sistema Mineiro de Administração Escolar
PNE	- Plano Nacional da Educação
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFSJ	- Universidade Federal de São João del-Rei

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E TRANSGENERIDADE.....	17
2.1 HISTÓRICO LEGISLATIVO E MARCOS SOBRE A TRANSGENERIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.....	17
2.2 CONTEXTO LEGISLATIVO NO ESTADO DE MINAS GERAIS SOBRE O DIREITO DOS CIDADÃOS EM RELAÇÃO AO NOME SOCIAL.....	32
2.3 DAS LEIS AO CHÃO DA ESCOLA: A E.E. DOMINGOS BEBIANO COMO ESPAÇO INVESTIGATIVO.....	37
3 A TRANSGENERIDADE NO ENSINO MÉDIO NA E.E. DOMINGOS BEBIANO: CONCEITOS, METODOLOGIA E ANÁLISE.....	46
3.1 TRANSGENERIDADE ENQUANTO CONCEITO.....	46
3.2 ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS TRANSGÊNERAS.....	49
3.2.1 Experiências Escolares das Pessoas Transgêneras.....	53
3.3 NOME SOCIAL: UM CAMINHO PARA O RESPEITO E A INCLUSÃO DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS.....	57
3.4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	59
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	61
3.5.1 Entrevista realizada com os professores do Ensino Médio Regular.....	61
3.5.2 Entrevista realizada com a direção escolar.....	78
3.5.3 Entrevista realizada com a Supervisão Escolar.....	90
3.5.4 Entrevista realizada com o Assistente Técnico de Educação Básica.....	100
3.5.5 Desafios e Práticas de Acolhimento de Estudantes Trans na Escola Estadual “Domingos Bebiano”.....	106
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - PAE.....	109
4.1 APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE.....	118
4.2 CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA A AMPLIAÇÃO DE SEUS CONHECIMENTOS SOBRE A DIVERSIDADE DE GÊNERO.....	120
4.3 REUNIÃO E OFERTA DE PALESTRAS PARA OS ESTUDANTES DA INSTITUIÇÃO SCOLAR.....	122
4.4 CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PARA O ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES TRANS.....	124

4.5 CRIAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO DOS ESTUDANTES TRANSGÊNEROS.....	127
4.6 CRIAÇÃO DA CARTILHA DE INFORMAÇÕES DESTINADAS AOS PROFISSIONAIS, ESTUDANTES E COMUNIDADE ESCOLAR.....	129
4.7 REUNIÃO E OFERTA DE PALESTRAS PARA OS ESTUDANTES DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....	131
4.8 REUNIÃO E OFERTA DE PALESTRAS AOS PAIS.....	133
4.9 CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO PARA OS ESTUDANTES TRANS.....	135
4.10 REALIZAÇÃO DE UMA FEIRA SOBRE O TEMA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO.....	136
4.10.1 Recursos necessários para a feira social.....	140
4.10.2 Envolvimento da Comunidade Escolar.....	140
4.10.3 Resultados Esperados.....	140
4.10.4 Avaliação da Feira: Diversidade de Gênero e Diversidade Sexual.....	141
4.11 AVALIAÇÃO DE MONITORAMENTO.....	141
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	148
ANEXO A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO.....	153
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO REGULAR.....	155
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIREÇÃO ESCOLAR.....	157
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A SUPERVISÃO ESCOLAR.....	159
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA.....	161
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO – GOOGLE FORMS.....	162

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se na temática da vivência de estudantes transgêneros na escola. Diante dos desafios que a escola enfrenta no acolhimento e na educação desses estudantes, esta pesquisa surgiu a partir da inquietação de uma mulher, professora e mãe, que deseja contribuir, na perspectiva da educação escolar e do cuidado, para um mundo menos segregador. A autora buscou iluminar o espaço ocupado pelos estudantes transgêneros de sua escola, de modo que esses estudantes possam cada vez mais se empoderar em seu pertencimento.

Dou início a esta dissertação definindo meu papel como professora e a relação profissional que estabeleço com o ambiente de pesquisa. Cursei graduação em Filosofia de 2007 a 2010 na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Durante o curso, meu maior interesse concentrou-se nas áreas de didática, sensibilização e ensino da Filosofia, consolidando-se ao integrar-me ao Projeto de Extensão “A comunidade de investigação filosófica”, atuando em escolas estaduais da periferia da cidade com turmas do Ensino Fundamental. Nesse projeto, estudava-se um método específico para trabalhar Filosofia com crianças, no qual o professor se torna mediador, apresentando material estrategicamente problematizador e instigando a discussão dos estudantes. Essa prática configurou o meu perfil dialógico em sala de aula.

Além disso, fui bolsista de Iniciação Científica, participei do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), fortalecendo meu vínculo com o ensino da Filosofia.

Minha atuação profissional como professora ocorre na cidade onde nasci e fui criada, Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais. Trabalhei em algumas escolas particulares e na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, ocupando dois cargos concursados: em 2016, na Escola Estadual “Monsenhor Horta” (EEMH), e, em 2019, na Escola Estadual “Domingos Bebiano” (EEDB). Assumi o cargo de professora de Educação Básica para ministrar aulas de Filosofia nas turmas de Ensino Médio, com carga horária semanal de 24 horas: 16 horas de regência de aulas e 8 horas de atividades extraclasse. Como cada turma possui apenas uma aula semanal de Filosofia, eu preciso atender a 16 turmas, com média de 35 estudantes por turma, totalizando 560 estudantes em um dos cargos. Esses números determinam a

quantidade de diários a preencher, a repetição das aulas e a correção de exercícios, tornando difícil conhecer profundamente cada estudante com apenas 50 minutos de aula por semana.

Essa sensação de superficialidade em meu trabalho provoca desconforto, não apenas por uma expectativa pessoal em relação ao desempenho profissional, mas também pelas especificidades institucionais do ensino de Filosofia na escola. Esta pesquisa surge a partir do diálogo e da percepção que busco sensibilizar ao longo dos anos como professora, bem como da tentativa de suprir lacunas de responsabilização que a organização de meus cargos não permite.

Em 2022, observei que alguns estudantes registravam apenas apelidos nos diários, em vez do nome social, situação que, inicialmente, interpretei como erro burocrático. Ao investigar junto à secretaria da escola, verifiquei que alguns estudantes preencheram seus apelidos na ficha de matrícula, no campo destinado ao nome social. Questionei-me, como professora, sobre minha contribuição para essa situação: como estudantes adolescentes do Ensino Médio chegam a essa etapa sem compreender o significado do nome social? E quais são as implicações desse desconhecimento? Será que a escola — e eu própria — ignora um contexto relevante para esses estudantes?

Ainda no mesmo ano, identifiquei dois estudantes transgêneros sem nome social registrado na secretaria. Informalmente, ambos solicitavam que alguns professores os chamassem pelos nomes com os quais se identificam. Parte do corpo docente demonstrou desconforto, por não se sentir resguardada legalmente, mantendo o uso do nome da certidão de nascimento para evitar possíveis conflitos com a escola ou famílias. Essa situação restringe a autonomia dos estudantes e evidencia lacunas institucionais na adoção de medidas de acolhimento.

A relevância da pesquisa justifica-se pelo tema ainda pouco explorado. Buscas na plataforma Scielo mostram que *transgeneridade* e *educação* são tratados em diálogo, mas não há estudos que considerem especificamente a rede estadual de Minas Gerais. Não existem pesquisas que analisem a relação entre estudantes transgêneros menores de idade, cujo nome social não está regularizado, e a escola que deveria garantir direitos legais específicos. A pesquisa buscou compreender as nuances do uso de nomes de registro e preferências individuais, de que forma isso

favorece ou prejudica estudantes, e como profissionais podem lidar com essas situações, visando a inclusão efetiva e o acolhimento escolar.

A pesquisa também dialoga com a valorização da felicidade e da realização de sujeitos historicamente marginalizados, objetivando escutar aqueles que são silenciados no cotidiano escolar. A autora defende a importância de a escola garantir a permanência, o interesse e o espaço adequado para que os estudantes transgêneros se reconheçam e se afirmem como sujeitos.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2020 o Brasil liderou o ranking mundial de homicídios contra pessoas transgêneras, sendo também o maior consumidor de pornografia envolvendo essas pessoas. Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de classificar a transexualidade como transtorno mental, e somente em 2022, ano de início desta pesquisa, formalizou a classificação da incongruência de gênero (CID) de forma mais respeitosa, após muita luta da população LGBTQIA+¹ (Conselho Nacional da Saúde, 2022). Dessa forma, a pesquisa busca dar visibilidade e formalidade à vivência dos estudantes transgêneros no espaço escolar.

Conforme Bastos (2023), a hostilidade contra pessoas trans ocorre não apenas no ambiente escolar, mas também na sociedade em geral. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) aponta que o país lidera o ranking de homicídios contra pessoas trans há 15 anos consecutivos, registrando 145 assassinatos em 2023 (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, 2024). Essas vítimas apresentam baixa expectativa de vida, elevados índices de desemprego, baixa escolaridade e ausência de suporte social, evidenciando a transfobia como fenômeno estrutural na cultura brasileira (Bastos, 2023).

Diante desse contexto, a autora propôs ao PPGP a seguinte questão de pesquisa: Como a escola identifica e acolhe efetivamente seus estudantes transgêneros?

O objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender os desafios do acolhimento de estudantes transgêneros e as medidas adotadas pela Escola Estadual

¹ A sigla LGBTQIA+ representa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. Cada letra possui um significado específico, e o sinal de adição (+), além de incluir outras identidades não contempladas nas letras anteriores, simboliza o caráter fluido e não quantificável da sexualidade e do gênero. Por essa razão, esta é a sigla adotada para referir-se à diversidade de gênero ao longo da pesquisa.

“Domingos Bebiano” (EEDB) para promover sua inclusão no ambiente pedagógico. Os objetivos específicos foram: Descrever a estrutura da escola, do espaço físico às relações humanas, incluindo o arcabouço legal que resguarda a escola e os estudantes na prática de seus direitos; Analisar as causas dos desafios encontrados na EEDB para acolher estudantes transgêneros; Propor um Plano de Ação Educacional que aponte caminhos para consolidar a inclusão dos estudantes transgêneros no contexto escolar.

A dissertação organiza-se em cinco capítulos. O primeiro deles, esta Introdução, apresenta a pergunta de pesquisa, o contexto do caso de gestão e a relação da pesquisadora com o objeto estudado, além da justificativa e dos objetivos geral e específicos.

O segundo capítulo, intitulado “Educação escolar e transgeneridade”, descreve a escola objeto de pesquisa, abordando seu espaço físico, corpo docente e discente, desempenho em avaliações e legislação municipal, estadual e federal, incluindo produção própria da instituição. O capítulo também apresenta a legislação federal e estadual relacionada ao direito à educação de estudantes LGBTQIA+.

O terceiro capítulo analisa o material selecionado conforme as necessidades da pesquisa e da pesquisadora, à luz do referencial teórico sobre transgeneridade e educação. Apresenta-se, ainda, a proposta metodológica para a pesquisa de campo, e a análise dos dados. O capítulo 4, por sua vez, apresenta o Plano de Ação Educacional (PAE) elaborado a partir dos resultados da pesquisa, visando consolidar a inclusão dos estudantes transgêneros na escola pesquisada. E, fechando o texto, as considerações finais, com reflexões sobre o alcance da pesquisa realizada.

2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E TRANSGENERIDADE

Neste capítulo, de caráter descritivo, apresenta-se a relação entre o tema da transgeneridade e a educação escolar formal. O texto busca esclarecer ao leitor o conceito de transgeneridade, compreendido como uma categoria relacionada à identidade de gênero, bem como apresentar os principais marcos normativos da educação no contexto nacional, enfatizando as referências ao público transgênero e às ações voltadas à sua permanência no Ensino Médio.

Além disso, o capítulo descreve a escola onde ocorre a pesquisa de campo, destacando suas características, rotina, corpo docente, equipe administrativa e perfil dos estudantes. Retoma-se, ainda, a relação da pesquisadora com o objeto de estudo, situando o contexto geral e específico da temática investigada, a partir da documentação produzida pela própria escola e dos registros referentes ao seu cotidiano e estrutura pedagógica.

2.1 HISTÓRICO LEGISLATIVO E MARCOS SOBRE A TRANSGENERIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Esta seção apresenta os principais marcos normativos da educação no contexto nacional, com ênfase nas referências ao público transgênero e às condições que asseguram sua permanência no Ensino Médio. Para introduzir essa discussão, torna-se necessário abordar o conceito de transgeneridade.

Conforme Moura e Zibetti (2023, p. 4),

Por pessoas trans, nos referimos a toda pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no nascimento. Estes sujeitos, que não se reconhecem no modelo social que atribui identidade masculina às pessoas que nascem com pênis e identidade feminina às que nascem com vagina, se autodenominam de diferentes formas: travesti, homem e mulher trans.

Dessa forma, entende-se por pessoa cisgênera aquela que se identifica com o sexo designado ao nascer, mantendo, ao longo da vida, o nome atribuído por seus responsáveis. Em contrapartida, como destaca Dias (2023, p. 15), “na transgeneridade há a reivindicação para que a autonegação seja coerente com sua expressão de gênero e identidade”. Tal reivindicação fundamenta o que o Estado

brasileiro denomina nome social, podendo ser requerido por qualquer cidadão com maioria civil, conforme o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (Brasil, 2016).

O nome social designa, portanto, o nome pelo qual pessoas trans preferem ser chamadas cotidianamente, uma vez que o nome civil não reflete sua identidade de gênero (Alves, 2016). O reconhecimento da identidade nominal contribui significativamente para a socialização e o bem-estar dos sujeitos, favorecendo a construção do autoconhecimento e, por consequência, das relações de ensino e aprendizagem.

Esta pesquisa tem como foco estudantes transgêneros menores de 18 anos, matriculados no Ensino Médio, que ainda não alteraram seu registro civil. Apesar da possibilidade legal de requerimento do nome social com o consentimento dos responsáveis, muitos adolescentes não se sentem à vontade para discutir a questão no ambiente familiar. Diante da ausência de um documento normativo específico que oriente as escolas sobre essa situação, buscou-se compreender de que forma a instituição escolar constrói estratégias para assegurar o respeito à identidade de gênero desses estudantes.

Uma pesquisa da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Brito, 2023) revelou que 82% das pessoas trans abandonam o Ensino Médio entre os 14 e 18 anos. Contudo, parte dos pesquisadores e ativistas questiona o uso dos termos “evasão” e “abandono escolar”, por entender que tais expressões não traduzem a realidade das exclusões vivenciadas por esses estudantes nas instituições de ensino.

A análise das legislações em âmbito federal permite compreender de que maneira o ordenamento jurídico brasileiro garante o direito fundamental à educação inclusiva. A Constituição Federal de 1988², em seu artigo 5º, estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). Embora reconheça a igualdade entre todos os cidadãos, o texto constitucional não menciona expressões como *sexualidade*, *diversidade* ou *transgeneridade*.

O artigo 205 da mesma Carta Magna define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da

² Optou-se por analisar as legislações em ordem cronológica, iniciando-se pela mais antiga.

sociedade e voltada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Já o artigo 206, incisos I, II e III, dispõe que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, e do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (Brasil, 1988).

Apesar desses princípios, a Constituição Federal não faz menção direta aos cidadãos LGBTQIA+, o que evidencia a necessidade de regulamentações complementares que assegurem seus direitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, representa o primeiro avanço normativo em direção à valorização da diversidade, do pluralismo e da liberdade, ainda que sem referência explícita à população LGBTQIA+.

O artigo 3º da LDBEN (Brasil, 1996) reforça princípios como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, respeito à liberdade e apreço à tolerância, valorização da experiência extraescolar e consideração à diversidade étnico-racial e identitária. Esses fundamentos criam bases para o reconhecimento e a inclusão de diferentes identidades de gênero no contexto escolar.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
 IX - Garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
 X - Valorização da experiência extraescolar;
 XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 XII - Consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
 XIII - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
 XIV - Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)
 XV – Garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024) (Brasil, 1996).

Em virtude das mobilizações sociais em defesa do reconhecimento dos direitos da população LGBTQIA⁺, consolidou-se no campo educacional a preocupação com a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. A partir da LDBEN, destacaram-se as primeiras noções referentes à presença das pessoas LGBTQIA⁺ no espaço escolar, ainda que de forma implícita e genérica.

Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE) representou um marco no processo de transformação das práticas pedagógicas, ao propor diretrizes voltadas à promoção da igualdade de acesso e permanência na educação e ao incentivo à construção de um currículo que respeite a diversidade (Brasil, 2001). Tais princípios podem ser associados a uma abordagem mais ampla de valorização das identidades de gênero e de orientação sexual nas políticas educacionais subsequentes.

Embora o PNE de 2001 não apresentasse metas ou estratégias específicas direcionadas aos direitos de estudantes trans, ele favoreceu a compreensão sobre a necessidade de garantir direitos baseados na diversidade e na equidade das ações educacionais. Esse movimento sinalizou o início do reconhecimento institucional de sujeitos e identidades que até então eram percebidos como diferentes, ressaltando a importância do acolhimento dos estudantes em seus desejos, trajetórias e direitos.

Assim, o PNE/2001 pode ser interpretado como um documento fundacional para a formulação de políticas públicas de inclusão e igualdade, ao propor a promoção da igualdade de acesso e permanência na educação e ao incentivar a construção de currículos que respeitem a diversidade cultural, étnica e identitária. Esses princípios se tornaram base para abordagens posteriores que incorporaram explicitamente o respeito à identidade de gênero.

Entretanto, a conquista referente ao uso do nome social em âmbito escolar ainda era um desafio naquele período. O avanço inicial ocorreu na área da saúde, com a publicação da Portaria MS nº 1.820/2009, que determinou o direito dos usuários de serem identificados pelo nome e sobrenome escolhidos, devendo constar um campo específico para o registro do nome social em todos os documentos referentes ao atendimento (Brasil, 2009; Silva, 2017).

Seguindo essa diretriz, o Ministério da Educação instituiu a Portaria MEC nº 1.612, de 18 de novembro de 2011, que estendeu o reconhecimento do nome social aos atos e procedimentos administrativos sob sua responsabilidade (Brasil, 2011). O artigo 2º da referida portaria estabelece:

Art. 2º - Fica assegurada a utilização do nome social, mediante requerimento da pessoa interessada, nas seguintes situações:

- I – Cadastro de dados e informações de uso social;
- II – Comunicações internas de uso social;
- III – Endereço de correio eletrônico;
- IV – Identificação funcional de uso interno do órgão (crachá);
- V – Lista de ramais do órgão; e,
- VI – Nome de usuário em sistemas de informática.

§ 1º No caso do inciso IV, o nome social deverá ser anotado no anverso, e o nome civil no verso da identificação funcional;

§2º A pessoa interessada indicará, no momento do preenchimento do cadastro ou ao se apresentar para o atendimento, o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

§3º Os agentes públicos deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado, que constará dos atos escritos.

§4º O prenome adotado no registro civil deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais, acompanhado do pronome escolhido.

§5º Em 90 (noventa) dias devem ser tomadas as medidas cabíveis para que o nome social passe a ser utilizado em todas as situações previstas nesta Portaria (Brasil, 2011).

A Portaria MEC nº 1.612/2011, portanto, representa um avanço significativo ao reconhecer formalmente o direito ao nome social, contribuindo para o fortalecimento das políticas de inclusão e para a promoção de ambientes escolares mais acolhedores, nos quais a identidade de gênero é respeitada como parte constitutiva da dignidade humana.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012 (Brasil, 2012), apresentam de forma explícita o tema abordado nesta pesquisa, conforme disposto no art. 16, que determina:

Art. 16. O projeto político pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar:

[...]

XV – Valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o

enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas (Brasil, 2012a).

A importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas consiste na reflexão crítica diante das situações que emergem no ambiente escolar, com ênfase na valorização das escolhas e condições dos estudantes, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de suas crenças, orientações sexuais e identidades diversas.

O trecho destacado anteriormente (Brasil, 2012a) reflete um compromisso essencial com a inclusão e a valorização da diversidade nas instituições de ensino, particularmente no que concerne às questões de gênero e orientação sexual. Tal diretriz cria um espaço de reflexão e de ação educacional voltado à promoção dos direitos humanos. Esse enfoque assume especial relevância para a experiência de estudantes trans, ao contribuir diretamente para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

A escola configura-se não apenas como um espaço de aprendizagem acadêmica, mas como um ambiente de formação cidadã pautado no respeito à diversidade. Ao integrar temas relacionados a gênero, orientação sexual e direitos humanos no currículo, a Resolução CNE/CEB nº 2/2012 orienta que a escola se constitua em espaço de acolhimento e de combate à discriminação, assegurando condições para que estudantes trans vivam suas identidades de forma plena e respeitada. A efetivação dessas práticas é fundamental para garantir que a escola não se torne um ambiente de exclusão, mas sim de empoderamento e inclusão social para todos os estudantes.

No que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, observa-se no art. 6º o reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais.

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

[...]

X - Reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade,

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

[...]

XV - Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais (Brasil, 2012b).

A Educação Profissional Técnica reconhece o sujeito em sua pluralidade, considerando as identidades de gênero, culturais e sociais como elementos constitutivos da formação profissional. No contexto da vivência escolar de estudantes trans, esses princípios representam uma potencial transformação no ambiente educacional, promovendo inclusão, respeito e equidade.

Nesse sentido, políticas educacionais mais amplas, como as definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), desempenham papel fundamental na consolidação de um ambiente escolar inclusivo. Elaborado a partir do diálogo entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, o PNE estabelece metas concretas a serem alcançadas em 10 anos, com o objetivo de aperfeiçoar a educação nacional. Entre suas diretrizes, destacam-se “superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e a “promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”.

Entre as metas do PNE (Brasil, 2014), sobressai-se a universalização do Ensino Médio para toda a população de 15 a 17 anos, com foco no acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do desempenho escolar em situações marcadas por discriminação, preconceitos e violências. Essas políticas também contemplam ações de prevenção à evasão motivada por preconceito, criando uma rede de proteção contra formas de exclusão escolar.

O PNE vigente, com período de execução entre 2014 e 2024³, estabelece 20 metas, entre as quais nenhuma aborda de maneira direta a *transgeneridade* ou a *diversidade de gênero*. Entretanto, destaca-se a meta 3⁴, que propõe:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (Brasil, 2014).

A análise da trajetória dos direitos da comunidade LGBTQIA+ evidencia avanços significativos no que se refere ao acesso, ao respeito e à garantia de direitos fundamentais no espaço escolar. Nesse contexto, assume relevância a Resolução CNCD/LGBT nº 12, de 16 de janeiro de 2015 (Brasil, 2015), elaborada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT). O documento estabelece parâmetros para assegurar as condições de acesso e permanência de pessoas transgêneras — e de todas aquelas cuja identidade de gênero não seja reconhecida — nos sistemas e instituições de ensino, por meio de orientações voltadas ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e à sua operacionalização.

A fundamentação dessa resolução apoia-se na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/1996 (LDB) e em compromissos assumidos pelo Governo Federal na implementação de programas e planos nacionais, como o Brasil sem Homofobia (2004), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH (2009) e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012). O artigo 1º da referida resolução dispõe:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquela cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado (Brasil, 2015).

³ Embora o Plano Nacional de Educação (PNE) tenha vigência até 2024, tramita o Projeto de Lei nº 5.665/2023, que propõe a prorrogação do atual PNE até 31 de dezembro de 2028, aguardando sanção presidencial. Informações disponíveis em: Senado Federa – Notícia sobre o PL (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/28/prorrogacao-do-plano-nacional-de-educacao-passa-na-ce-e-segue-a-camara>). A tramitação do PL pode ser verificada em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161231>.

⁴ Optou-se pelo recorte das turmas do Ensino Médio, uma vez que a pesquisadora atua na disciplina de Filosofia, ofertada exclusivamente nesse nível de ensino. Por esse motivo, a análise do PNE concentrou-se nas metas e estratégias referentes ao Ensino Médio.

Em continuidade às garantias de direitos da população LGBTQIA+, o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, regulamentou o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2016). O Decreto define o nome social como a designação pela qual a pessoa transgênero se identifica e é socialmente reconhecida, estabelecendo

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo Único: É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para se referir a pessoas travestis ou transexuais (Brasil, 2016).

Por meio do Decreto Federal nº 8.727/2016 (Brasil, 2016), artigo 1º, estabeleceu-se o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais. O decreto determina que os registros dos sistemas de informação, cadastros, programas e outras atividades relacionadas às necessidades sociais e jurídicas dos cidadãos devem conter o nome social em destaque, acompanhado do nome civil, que deve ser utilizado apenas para fins administrativos.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 2º, o referido decreto representa um avanço significativo para a vivência das pessoas trans (Estado de Minas, 2017). Dados apontam que 40,6% dos estudantes LGBTQIA+ evadem ou abandonam a escola antes de concluir o Ensino Médio. Diversos fatores podem explicar esse índice, como condições socioeconômicas e contextos familiares. No entanto, ao considerar o caráter prático do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, impõe-se uma reflexão necessária: o que as escolas têm feito para assegurar a permanência dos estudantes LGBTQIA+, especialmente os estudantes trans.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância de ampliar o debate sobre os direitos da população LGBTQIA+, sobretudo diante das recorrentes situações de discriminação, desrespeito e violência registradas na sociedade. A aprovação das novas diretrizes do Ensino Médio, que incluem os direitos dos estudantes transgêneros, constituiu um marco inicial no enfrentamento das manifestações

negativas de intolerância e na consolidação do reconhecimento das identidades em suas múltiplas especificidades.

Compreender a educação como o principal pilar de transformação social é essencial, uma vez que o conhecimento mediado no espaço escolar contribui para a formação crítica e para a construção de novos conceitos que favorecem a evolução do pensamento coletivo. Nesse sentido, a aprovação do uso do nome social por estudantes transgêneros no ambiente educacional reafirma sua importância como medida de inclusão e reconhecimento da diversidade humana.

Cabe destacar que, em 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu o Parecer CNE/CP nº 14/2017, que regulamenta, em âmbito nacional, o uso do nome social na educação básica. A partir dessa normatização, assegurou-se legalmente que estudantes maiores de 18 anos — ou menores acompanhados de seus responsáveis legais — possam solicitar o uso do nome social no ato da matrícula ou em qualquer momento do percurso escolar (Brasil, 2017).

Assim, somente em 2017, com a sinalização dos governos federal e estaduais, as escolas passaram a receber orientações oficiais sobre os procedimentos adequados para o registro e o reconhecimento da identidade de estudantes transgêneros em seus sistemas administrativos.

O Quadro 1 apresenta os documentos que regulamentam o uso do nome social em instituições de ensino nos diferentes estados brasileiros.

Quadro 1 – Documentos que regulamentam o uso do nome social em instituições de ensino nos diferentes estados brasileiros.

(Continua)

UF	Ato	Ano	Maiores de 18 anos	Menores entre 16 e 18 anos	Menores de 16 anos
PA	Portaria SEE	2008	Sem mediação/não menciona idade	Sem mediação/não menciona idade	Não há menção de idade
MT	Parecer CEE	2009	Sem mediação/não menciona idade	Sem mediação/não menciona idade	Não há menção de idade
GO	Resolução SEE	2009	Sem mediação/não menciona idade	Sem mediação/não menciona idade	Não há menção de idade
SC	Resolução CEE	2009	Sem mediação/não	Sem mediação/não	Não há menção de idade

(Continuação)

UF	Ato	Ano	Maiores de 18 anos	Menores entre 16 e 18 anos	Menores de 16 anos
			menção idade	menção idade	Não há menção de idade
DF	Portaria SEE	2010	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
MA	Resolução SEE	2010	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
AL	Resolução CEE	2010	Sem mediação	Não há menção	Não há menção de idade
TO	Resolução CEE	2010	Sem mediação	Não há menção	Não há menção de idade
ES	Resolução SEE	2011	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
PB	Decreto Governador	2011	Sem mediação	Sem mediação/não menciona idade	Não há menção de idade
RS	Decreto Governador	2011	Sem mediação	Sem mediação/não menciona idade	Não há menção de idade
AC*	Resolução CEE	2011	Sem mediação	Não permite	Não há menção de idade
CE	Resolução CEE	2012	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
AM	Resolução CEE	2013	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
BA	Resolução CEE	2013	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
MS	Resolução CEE	2013	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
AP	Resolução CEE	2014	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
SP	Deliberação CEE	2014	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
RR*	Resolução CEE	2014	Sem mediação	Não permite	Não há menção de idade
PR	Parecer CEE	2016	Sem mediação	Assistência aos pais	Não há menção de idade
PE	Instrução Normativa SEE	2016	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade
SE	Decreto Governador	2016	Sem mediação	Sem mediação/não menciona idade	Não há menção de idade
RO*	Resolução CEE	2016	Sem mediação	Não permite	Não há menção de idade

(Conclusão)

UF	Ato	Ano	Maiores de 18 anos	Menores entre 16 e 18 anos	Menores de 16 anos
MG	Resolução SEE	2017	Sem mediação	Autorização dos pais	Não há menção de idade

*Estados da federação que expressamente não permitem o uso do nome social para menores de 18 anos.

Fonte: Adaptação do CNE – Parecer n. 14/2017

Como é possível observar no Quadro 1, a exigência referente aos estudantes menores de 18 anos para o uso do nome social implica a mediação de seus representantes legais, conforme estabelece o artigo 4º do Parecer CNE/CP nº 14/2017 (Brasil, 2017):

Art. 4º Estudantes menores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no art. 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2017).

Esse dispositivo representa um avanço significativo na promoção da inclusão e no reconhecimento dos direitos das pessoas transgêneras, especialmente no contexto escolar. Ao permitir que estudantes acompanhados de seus responsáveis solicitem o uso do nome social, o parecer contribui para a construção de um ambiente educacional mais igualitário e acolhedor. Contudo, ainda não contempla a realidade de muitos estudantes trans que enfrentam resistência familiar para vivenciar plenamente sua identidade de gênero.

Embora o Parecer CNE nº 14/2017 seja um documento de grande relevância e impacto direto na educação básica, por orientar a comunidade escolar e as equipes gestoras na elaboração dos currículos, ele não aborda as questões da sexualidade de forma direta e explícita. O texto mantém uma abordagem genérica, sem mencionar termos como LGBT, transexualidade ou transgeneridade.

A única referência à sexualidade encontrada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) aparece no artigo 27, inciso XIX, que dispõe:

Art. 27. A proposta pedagógica das unidades escolares que ofertam o ensino médio deve considerar:

[...]

XIX - atividades intersetoriais, entre outras, de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas; (Brasil, 2018, p. 38)

Outros fatores fundamentais para o desenvolvimento integral do sujeito social, como o conhecimento do próprio corpo, o autoconhecimento, o reconhecimento de seus desejos, aspirações e sonhos, bem como os cuidados com a saúde e a compreensão sobre o uso de drogas e suas consequências, devem ser considerados em uma abordagem pedagógica inclusiva. Tal abordagem deve valorizar a diversidade, atender às necessidades específicas dos estudantes trans e contribuir para sua saúde integral e para o pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Uma proposta pedagógica que promova a inclusão e a equidade educacional deve fornecer informações acessíveis e respeitosas, desmistificando tabus e estimulando a autonomia e o respeito às diferentes vivências, sobretudo às experiências de estudantes trans — foco central desta dissertação.

Nesse contexto, é pertinente destacar medidas institucionais que reforçam a inclusão de estudantes trans no ambiente escolar. Um marco importante foi a publicação da Portaria MEC nº 33, de 18 de janeiro de 2018, que instituiu a possibilidade do uso do nome social nas instituições de educação básica em todo o território nacional.

Embora a Portaria de 2018 tenha consolidado essa prática, não se trata de uma inovação absoluta, visto que 24 unidades federativas já haviam regulamentado, de alguma forma, a adoção do nome social, além de diversas secretarias municipais de educação (Brasil, 2017). Conforme apresentado no Quadro 1, o Estado do Pará foi pioneiro ao permitir o uso do nome social em 2008, enquanto Minas Gerais somente o regulamentou em 2017, por meio da Resolução SEE nº 3.423, de 26 de maio de 2017.

A cronologia evidencia que Minas Gerais foi o último estado brasileiro a emitir normativa específica sobre o uso do nome social em instituições de ensino, fato detalhado na próxima seção.

A Comissão Nacional de Justiça (CNJ) também contribuiu para o reconhecimento da identidade de pessoas trans ao publicar o Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a averbação da retificação do prenome e do gênero no registro de nascimento. Esse provimento permite a inclusão ou exclusão

de nomes indicativos de gênero, podendo o requerimento ser realizado a partir da maioridade civil (Binotto *et al.*, 2023, p. 2).

De acordo com Binotto *et al.* (2023), o reconhecimento do nome legítimo contribui para a autoestima e o empoderamento de pessoas transgêneras, favorecendo sua inserção em espaços sociais dos quais anteriormente eram excluídas. Essa possibilidade de ruptura com os padrões de preconceito e discriminação associados ao nome escolhido, ainda que nem sempre aceito socialmente, fortalece o autocuidado e o bem-estar dos indivíduos por meio do respeito e reconhecimento de sua identidade (Alves; Azevedo; Silva, 2018).

Em 2018, o Brasil aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define as aprendizagens essenciais ao longo da educação básica e começou a vigorar em 2020. A BNCC tem caráter normativo e orientador, pois especifica o que os estudantes devem aprender durante sua trajetória escolar. Inicialmente, o documento estabelece 10 competências gerais da educação básica, entre as quais se destaca a décima:

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Brasil, 2018, p. 9)

Essa competência relaciona-se diretamente a esta pesquisa, pois enfatiza a importância da autonomia e da inclusão. O desenvolvimento da autonomia implica o reconhecimento de si mesmo e o respeito ao outro, elementos essenciais para a construção de um ambiente escolar que acolha a diversidade. Assim, quando o estudante compreende aspectos de sua identidade, exerce sua autonomia e espera da comunidade escolar atitudes de flexibilidade e respeito.

Apesar dos avanços normativos, observa-se que, nos anos subsequentes, o progresso nessa temática foi limitado. Apenas em 2023 houve um novo marco regulatório com a publicação da Resolução CNLGBTQIA+ nº 2, de 19 de setembro de 2023 (Brasil, 2023), a qual estabeleceu parâmetros para garantir as condições de acesso e permanência de pessoas travestis, transexuais, transmasculinas, não binárias e de todas aquelas que não têm sua identidade de gênero reconhecida nos diferentes espaços sociais. O documento também orienta os sistemas e instituições

de ensino quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização (Brasil, 2023).

Com base nessa resolução, reforça-se o direito das pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA⁺ ao reconhecimento de sua identidade de gênero, assegurando-lhes o exercício livre e legítimo de sua identidade social. Os artigos 6º e 10 da norma destacam medidas importantes:

Art. 6º Devem ainda, ser implementadas as seguintes ações no sentido de minimizar os riscos de violências e/ou discriminações:

I – Sempre que possível, instalação de banheiros de uso individual, independente de gênero, para além dos já existentes masculinos e femininos nos espaços públicos;

II – Realização de campanhas de conscientização sobre o direito à autodeterminação de gênero das pessoas trans e suas garantias; e,

III – Fixação de cartazes informando se tratar de espaços seguros e inclusos para todas as pessoas.

[...]

Art. 10. Estas orientações também devem ser estendidas e garantidas para todas e todos as/os estudantes transexuais menores de 18 anos, sejam adolescentes ou crianças, incluindo a tomada de decisão apoiada pelos pais ou responsáveis legais, que devem ser consultados sobre a expressa autorização em conjunto com a criança ou o adolescente, assim como emitir explicação registrada por escrito em caso de negativa da garantia do uso do nome social e/ou da liberdade de identidade e expressão de gênero junto à instituição de ensino (Brasil, 2023).

O ambiente escolar constitui um espaço de diversidade e sociabilidade, no qual os estudantes são orientados à convivência com as diferenças e à valorização da pluralidade social. Essa formação é essencial para a construção de relações pacíficas e para o fortalecimento dos valores democráticos (Batista; Cardoso, 2020). A relevância da conquista representada por tais normativas evidencia o esforço em garantir direitos historicamente negados a grupos que foram marginalizados por não se enquadrarem nos padrões sociais hegemônicos (Santos, 2019).

Dessa forma, torna-se pertinente compreender as transformações ocorridas no setor educacional brasileiro que asseguram o direito à livre expressão de gênero, crença e raça. A adoção de legislações estaduais voltadas ao reconhecimento dos direitos da comunidade LGBTQIA⁺ contribui para ampliar o conhecimento social e promover o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à equidade e à inclusão.

Na próxima seção, aborda-se a legislação vigente no Estado de Minas Gerais, a fim de analisar os avanços e desafios enfrentados na promoção de uma vivência escolar mais inclusiva e respeitosa para estudantes trans.

2.2 CONTEXTO LEGISLATIVO NO ESTADO DE MINAS GERAIS SOBRE O DIREITO DOS CIDADÃOS EM RELAÇÃO AO NOME SOCIAL

Esta seção tem o objetivo de aproximar a discussão do tema central desta pesquisa, transitando do âmbito federal, abordado anteriormente, para a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

A legislação brasileira homologada pelo Ministério da Educação (MEC) ao longo de todo o desenvolvimento da educação, em todas as suas modalidades, pauta-se pela promoção do desenvolvimento social e pela construção de estratégias voltadas à transformação dos conceitos e padrões culturais. Tais estratégias são fundamentais para o avanço das práticas sociais e para a consolidação de uma sociedade mais equitativa (Batista; Cardoso, 2020).

Nesse contexto, torna-se essencial considerar as dimensões emocionais, psíquicas, intelectuais e sociais dos estudantes, uma vez que elas exercem papel decisivo na formação de sua personalidade e identidade. A compreensão desses aspectos contribui para evidenciar sua relevância no processo de ensino e aprendizagem (Silva *et al.*, 2021), que deve estar em consonância com os princípios legais e orientado para o desenvolvimento integral do estudante.

O ambiente escolar constitui um espaço de socialização em que se manifestam diferentes saberes, experiências, culturas, conceitos e preconceitos. Essas aprendizagens empíricas resultam das vivências cotidianas, sendo inicialmente mediadas pela família e, em seguida, pela escola, que reflete a diversidade presente na sociedade (Salvador; Franco, 2022).

Considerando esse contexto de pluralidade e inclusão, diversos estados brasileiros publicaram normativas sobre o uso do nome social por estudantes, assegurando-lhes o direito à identificação em conformidade com sua identidade de gênero. Em particular, o Estado de Minas Gerais foi o último a instituir uma regulamentação específica, o que ocorreu em 2017, garantindo aos estudantes o

direito de utilizarem o nome social em instituições de ensino, conforme apresentado no Quadro 1.

Entretanto, antes mesmo dessa regulamentação educacional, o estado já havia avançado na temática da identidade de gênero no âmbito administrativo. Em 2011, foi homologada a Resolução Conjunta SEPLAG/SEDESE nº 8.496/2011, que assegura às pessoas transgêneras o direito de identificação pelo nome social no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo. A normativa estabelece o seguinte:

Art. 1º Fica assegurada aos agentes públicos a utilização, mediante requerimento, do nome social em documentos de identificação funcional e em comunicações internas de uso social no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo.

§ 1º Para fins desta Resolução, entende-se por nome social a forma pela qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, são identificadas e denominadas pela comunidade e em sua inserção social.

§ 2º A opção de que trata o caput deverá ser exercida junto às unidades de recursos humanos dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 3º Os documentos de identificação pessoal e funcional, bem como aqueles de comunicação interna adotarão o nome social, em detrimento do nome civil, para se referirem ou se reportarem àqueles que fizerem a opção de que trata o caput.

§ 4º Os órgãos de gestão de pessoal competentes farão constar dos assentamentos funcionais a opção de que trata o caput, registrando o nome social, sem prejuízo da manutenção do nome civil nesses assentamentos.

§ 5º As certidões e outros documentos para fins probatórios serão expedidos com a menção ao nome social, seguida do nome civil que conste dos assentamentos funcionais, observados os demais requisitos legais e regulamentares.

Art. 2º Os administrados que se considerem transexuais ou travestis, em seu relacionamento com a administração pública direta e indireta no âmbito do Poder Executivo, poderão identificar-se conjuntamente por seus nomes social e civil quando seja necessário o preenchimento de fichas cadastrais, formulários, prontuários e documentos congêneres.

§ 1º Dar-se-á preferência e precedência ao nome social, salvo quando a lei exigir a utilização do nome civil, para fins de preservação da segurança jurídica de procedimentos administrativos, em especial processos seletivos e concursos públicos.

§ 2º Os agentes públicos deverão observar o disposto no parágrafo antecedente no relacionamento com os administrados e no exercício de suas atribuições.

Art. 3º Os órgãos e entidades deverão capacitar seus servidores, empregados e demais agentes públicos para o cumprimento desta Resolução (Minas Gerais, 2011).

A Resolução Conjunta SEPLAG/SEDESE nº 8.496/2011 (Minas Gerais, 2011) determina de forma explícita a garantia de direitos e deveres dos cidadãos que manifestam o desejo de serem identificados pelo nome social, evidenciando o reconhecimento da luta histórica da comunidade LGBTQIA+. Tal medida representa um marco na busca pela visibilidade e dignidade das pessoas que, por longos anos, foram marginalizadas em decorrência da discriminação, do preconceito e das práticas homofóbicas ainda presentes na sociedade brasileira.

No que tange ao sistema educacional, o direito de acesso à educação deve estar intrinsecamente associado ao direito de reconhecimento da identidade de cada estudante, assegurando o exercício da cidadania e o fortalecimento dos princípios democráticos na construção de seus direitos e deveres constitucionais.

Nesse contexto, o Decreto nº 47.148, de 27 de janeiro de 2017, complementa a resolução anterior ao estabelecer disposições sobre a adoção e utilização do nome social por pessoas transgêneras no âmbito da administração pública estadual. Esse decreto não apenas assegura o direito do uso do nome social, mas também reconhece oficialmente a identidade de gênero dessas pessoas na esfera pública de Minas Gerais.

Em continuidade a esses avanços, o Decreto nº 47.306, de 15 de dezembro de 2017, ampliou o alcance das políticas inclusivas ao instituir a Carteira de Nome Social para travestis e transexuais, garantindo o exercício pleno dos direitos previstos no Decreto nº 47.148/2017.

A formulação de legislações específicas voltadas à área da educação para o atendimento dos estudantes transgêneros e demais integrantes da comunidade LGBTQIA+ foi impulsionada pelas iniciativas de enfrentamento à violência, ao *bullying*, à discriminação e ao preconceito (Silva *et al.*, 2021). Nesse sentido, a Resolução SEE nº 3.423, de 26 de maio de 2017, complementa as medidas anteriores ao dispor sobre o reconhecimento e a adoção do nome social para pessoas cuja identificação civil não reflete adequadamente sua identidade de gênero nas escolas estaduais de Minas Gerais. Essa resolução reforça a atualização das normas em consonância com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com as resoluções do Ministério da Educação sobre o tema.

A Resolução SEE nº 3.423/2017, em seu artigo 1º, estabelece:

Art. 1º - Fica garantido pelas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquela cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do (a) próprio (a) interessado (a) (Minas Gerais, 2017).

Este dispositivo evidencia o reconhecimento e a garantia do direito ao uso do nome social por parte dos estudantes, consolidando o cumprimento das legislações nacionais e estaduais que asseguram o direito ao reconhecimento da identidade de gênero. A referida resolução constitui um marco para o Estado de Minas Gerais, não apenas por atender a exigências legais, mas também por representar uma conquista social significativa de uma parcela da população historicamente marginalizada (LGBTQIA+).

Em reforço, o artigo 3º da mesma resolução assegura:

Art. 3º É assegurado ao (a) requerente a utilização do nome social nas seguintes situações:

I – Registros do diário de classe;

II – Boletim;

III – Crachás ou carteirinha de estudante; e,

IV – Listas ou qualquer outro instrumento necessário para identificação da (o) estudante na escola ou em ações da escola em espaços externos.

§1º - No caso do inciso III, o nome social deverá ser anotado no anverso e o nome civil no verso do crachá ou carteirinha de estudante.

§2º - O nome social não deverá ser utilizado em declarações, Educacenso, histórico escolar, certificados e diplomas por força da legislação vigente.

§3º - Os sistemas de registro da Rede Estadual de Ensino deverão receber as modificações para atender à questão da identificação dos estudantes por seus nomes sociais, a exemplo do SIMAD (Minas Gerais, 2017.).

Dessa maneira, verifica-se um avanço significativo no reconhecimento do nome social dos estudantes no sistema público de ensino de Minas Gerais, evidenciando que o reconhecimento do outro conforme sua identidade não se restringe a uma questão legal ou de garantia de direitos, mas constitui também uma questão de respeito e valorização do ser humano. Todo indivíduo tem o direito de viver em conformidade com sua identidade de gênero, livre de discriminações, preconceitos e exclusões decorrentes da não adequação aos padrões heteronormativos.

Nessa perspectiva, com o intuito de assegurar a efetivação desse reconhecimento e promover um ambiente educacional inclusivo e respeitoso, a

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais publicou a Resolução SEE nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais. Destaca-se o artigo 21, inserido no Capítulo IV – Do atendimento da demanda, da matrícula e da frequência, que estabelece:

Art. 21 – No ato da matrícula, o estudante transgênero interessado que seu nome social conste em diários de classe, cadastros, fichas, listagens, formulários e demais documentos internos, poderá fazer a solicitação, por escrito, conforme a legislação específica.
§1º - Em se tratando de estudantes menores é necessária a manifestação, por escrito do responsável legal.
§2º - O nome civil deverá ser usado em declarações, transferências, certificados, histórico escolar, diplomas e outros documentos que resguardem a vida escolar do estudante (Minas Gerais, 2021).

O referido artigo representa um avanço expressivo na proteção dos direitos de pessoas transgêneras no sistema educacional, ao reconhecer a importância do respeito à identidade de gênero sem comprometer a validade jurídica dos documentos escolares.

Com foco na análise dos avanços relacionados à garantia de direitos dos estudantes pertencentes à comunidade LGBTQIA+, o Estado de Minas Gerais, em consonância com as legislações federais e a Resolução SEE nº 3.423/2017, homologou, em 25 de janeiro de 2024, a Resolução SEE nº 4.948, que regulamenta a organização e o funcionamento do ensino nas escolas estaduais de educação básica. No que se refere ao uso do nome social, o artigo 23 estabelece:

Art. 23 - No ato da matrícula, o estudante cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, poderá solicitar, por escrito, que seu nome social conste em diários de classe, cadastros, fichas, listagens, formulários e demais documentos internos.
§1º- Quando se tratar de estudante menor de 18 (dezoito) anos, é necessária a manifestação, por escrito, do pai/responsável legal.
§2º- O nome civil deverá ser usado em declarações, transferências, certificados, histórico escolar, diplomas e outros documentos que resguardem a vida escolar do estudante (Minas Gerais, 2024).

O trecho acima representa um importante avanço no processo de inclusão e respeito à identidade de gênero dos estudantes, ao possibilitar que o nome social seja incorporado aos registros escolares internos, como diários de classe e cadastros. Tal

medida contribui para a construção de um ambiente mais acolhedor e respeitoso, essencial à vivência escolar de pessoas trans.

O entendimento da legislação mineira sobre o reconhecimento do nome social evidencia que, além do cumprimento das normas existentes, é imprescindível o desenvolvimento de campanhas e iniciativas educativas voltadas à promoção do respeito e ao combate à homofobia no ambiente escolar. Essas ações, lideradas por educadores e pela gestão escolar, são fundamentais para assegurar que todos os estudantes sejam tratados com dignidade, sem qualquer forma de discriminação, preconceito ou exclusão (Salvador; Franco, 2022).

Nesse contexto, observa-se que o Estado de Minas Gerais tem avançado no cumprimento das normas federais no âmbito da rede pública de ensino. Entretanto, ainda persistem barreiras a serem superadas, como a exclusão, a discriminação e a intolerância no cotidiano escolar. Para que os estudantes trans sejam plenamente respeitados, é fundamental que as práticas pedagógicas e as relações escolares sejam efetivamente transformadas, de modo a consolidar uma cultura de inclusão e reconhecimento da diversidade.

Isto posto, a próxima seção apresentará a descrição da escola e os desafios enfrentados na efetivação dos direitos dos estudantes transgêneros em seu contexto escolar.

2.3 DAS LEIS AO CHÃO DA ESCOLA: A E. E. DOMINGOS BEBIANO COMO ESPAÇO INVESTIGATIVO

A pesquisa ocorre na cidade de Conselheiro Lafaiete, localizada na região central do Estado de Minas Gerais, a aproximadamente 100 quilômetros da capital estadual, Belo Horizonte. Trata-se de um município de médio porte, com cerca de 130 mil habitantes, sendo que 95% de seu território corresponde à zona urbana. A escola pesquisada integra a Superintendência Regional de Ensino de Conselheiro Lafaiete.

A Escola Estadual “Domingos Bebian” (EEDB) foi criada em 1910 e funciona desde 1926 no prédio em que atualmente se encontra, configurando-se como um edifício histórico localizado em uma das principais praças da cidade, ao lado da prefeitura e em frente ao Pronto Socorro Municipal. O prédio mantém estrutura semelhante à original, uma vez que, por seu tombamento, não recebe reformas

padronizadas como outras unidades da rede estadual. Ao longo dos anos, foram realizadas pequenas intervenções visando à manutenção da segurança do edifício. Conforme a ata nº 116, de 25 de novembro de 2020, do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Conselheiro Lafaiete, o prédio foi oficialmente tombado em 2020, no biênio 2020/2022 (Conselheiro Lafaiete, 2020).

A escola dispõe de 16 salas de aulas, uma biblioteca, uma sala de vídeo — com dois banheiros ao fundo, adaptados para uso exclusivo dos funcionários —, uma sala de professores, quatro banheiros em funcionamento destinados aos estudantes, quatro banheiros inutilizados, uma sala de informática com 15 computadores em funcionamento, secretaria para atendimento externo e interno, sala da direção e sala de supervisão/coordenação. O prédio ainda conta com um pátio descoberto, pintado para simular uma quadra utilizada principalmente para atividades de Educação Física. Os banheiros são divididos por gênero, cada um com quatro cabines isoladas com portas, sendo que os banheiros masculinos possuem mictórios sem divisórias. A escola também mantém uma sala de recurso destinada ao atendimento de estudantes que necessitam de acompanhamento especializado.

Apesar de estar localizada em área central, apenas 15% dos estudantes residem na região da escola. A maior parte do público discente provém dos bairros periféricos da cidade. O índice socioeconômico da escola é classificado como nível V:

Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável tem o ensino médio completo ou ensino superior completo, o pai/responsável tem do ensino fundamental completo até o ensino superior completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas, freezer, um carro, garagem, forno de micro-ondas. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também dois banheiros QEdu, 2023)

O índice socioeconômico indica que o público escolar apresenta condições favoráveis à permanência na escola, com pais que experimentaram a escolarização, estando acima da média nacional.

Em relação às matrículas, de acordo com o portal de dados educacionais QEdu, em 2023, a EEDB atendeu 788 estudantes, distribuídos da seguinte forma: 120 no Ensino Fundamental — anos iniciais, 355 no Ensino Fundamental — anos finais e 313 no Ensino Médio, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Relação de estudantes (2023)

Níveis de Ensino	Turno	Ano de escolaridade	Número de matrículas	Total
Ensino Fundamental Anos Iniciais	Vespertino	1º ano	22	120
		2º ano	24	
		3º ano	25	
		4º ano	22	
		5º ano	27	
		2º ano	105	
Ensino Fundamental - Anos Finais	Matutino/ Vespertino	6º ano	90	355
		7º ano	88	
		8º ano	91	
		9º ano	86	
Ensino Médio 1º ao 3º ano	Matutino	1º ano	115	313
		2º ano	105	
		3º ano	93	
Total				788

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2023).

De acordo com o QEdU (2024), 52% dos estudantes da escola são do sexo feminino, 36% se declaram brancos, 64% negros, e 97% residem na zona urbana. No entanto, conforme as informações obtidas junto à secretaria da escola, até o ano de 2024, não há registros formais de solicitações de adoção do nome social por parte do corpo discente. Observa-se, contudo, que alguns estudantes manifestaram, de forma informal, o desejo de serem chamados pelo nome de preferência, tanto por colegas de sala quanto por profissionais da instituição. Essa prática foi identificada por meio de observações e relatos registrados no Diário de Campo em 17 de abril de 2023.

Conforme apresentado na Tabela 2, a escola conta com 45 profissionais no corpo docente e 29 profissionais distribuídos entre diretor, vice-diretor, assistentes técnicos de educação básica (ATBs), assistentes de serviços de educação básica (ASBs) e professores de apoio.

Tabela 2 - Distribuição dos profissionais da EEDB II (2024)

Profissionais	Disciplina	Nº de Profissionais	
		Efetivos	Contratados
Professor (a)	Regentes de turma	5	-
Professor (a)	Língua Portuguesa	3	1
Professor (a)	Artes	-	2
Professor (a)	Língua Inglesa	2	1
Professor (a)	Química	2	-
Professor (a)	Biologia	2	1
Professor (a)	Física	1	1
Professor (a)	História	3	-
Professor (a)	Geografia	3	1
Professor (a)	Sociologia	1	-
Professor (a)	Filosofia	1	-
Professor (a)	Ed. Física	3	1
Professor (a)	Matemática	6	1
Professor (a)	Prof. Biblioteca	1	1 (Ajuste Funcional)
Professor (a)	Prof. de Apoio	-	4
Professor (a)	Intérprete de Libras	-	1
Professor (a)	Ensino Religioso	1	-
Diretor (a)	Matemática	1	-
Vice Diretor (a)	Física	2	-
Supervisor (a)		3	-
ASB*		-	14
ATB**		5	3
	Total	49	32

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2024).

*ASB: Auxiliar de Serviços de Educação Básica

**ATB: Assistente Técnico de Educação Básica

A Tabela 2 apresenta o quadro de pessoal da Escola Estadual “Domingos Bebiano”. Do total de 81 profissionais, 65% ocupam cargos efetivos e 35% atuam em contratos temporários. O predomínio de servidores efetivos favorece o desenvolvimento e a continuidade de planejamentos voltados à melhoria da

organização escolar e ao alcance dos objetivos pedagógicos, uma vez que permite a manutenção de projetos interdisciplinares ao longo dos anos letivos.

A atuação dos profissionais contratados, por sua vez, enriquece o ambiente escolar ao introduzir novas ideias, conceitos e estratégias, que contribuem para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a convivência entre diferentes culturas, valores e perspectivas presentes na escola. Essa diversidade de experiências amplia as possibilidades de construção de novos conhecimentos e de fortalecimento da aprendizagem.

No caso dos Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATBs) e Assistentes de Serviços de Educação Básica (ASBs), observa-se que todos ocupam cargos temporários e mantêm contato direto com os estudantes, desempenhando papel essencial na rotina escolar. Assim, a análise desses profissionais, especialmente no contexto deste estudo, torna-se relevante para compreender as práticas cotidianas de respeito à diversidade e à inclusão.

No que se refere aos estudantes trans, destaca-se a importância do acolhimento e do respeito nas interações com os profissionais de serviços gerais e com toda a equipe escolar. Pesquisas realizadas por Andrade (2012), Alves, Silva e Moreira (2016), Bastos (2023) e Binotto *et al.* (2023) indicam que a discriminação e o preconceito em relação aos estudantes trans ainda se manifestam no cotidiano das instituições escolares, inclusive entre profissionais da educação.

Desse modo, os dados coletados sobre o corpo profissional da EEDB são fundamentais para analisar o cumprimento das legislações vigentes relacionadas aos direitos das pessoas trans, permitindo compreender se os profissionais possuem conhecimento sobre as normas e se as aplicam em suas práticas diárias, de forma a promover um ambiente escolar harmonioso, inclusivo e respeitoso.

No processo educativo, a participação da família é elemento essencial para o sucesso escolar. A presença dos pais ou responsáveis nas reuniões e atividades da escola fortalece a parceria com professores e demais profissionais, contribuindo para que os estudantes se sintam valorizados e apoiados em suas trajetórias. Contudo, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da EEDB (2022), os dados obtidos por meio de questionário aplicado aos estudantes do Ensino Fundamental II indicam que 37% das famílias acompanham totalmente a vida escolar dos filhos, 41% acompanham parcialmente, e 22% não participam do acompanhamento.

Esses dados evidenciam que a ausência de acompanhamento familiar é percebida pela maioria dos estudantes, o que pode gerar sentimentos de desamparo e contribuir para baixo desempenho, indisciplina, insegurança e até isolamento social frente aos desafios escolares.

A Tabela 3 apresenta o índice de desempenho discente com base nos dados de 2023. Os resultados indicam que as maiores taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série concentram-se nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Essa situação pode estar associada à baixa participação familiar, mas também a outros fatores, como condições socioeconômicas, planejamento pedagógico e clima escolar, que extrapolam o escopo deste estudo.

No caso dos estudantes trans e de suas famílias, a ausência de acompanhamento pode intensificar o sentimento de isolamento e vulnerabilidade diante das situações de preconceito e discriminação, comprometendo a aprendizagem e a convivência escolar. A Tabela 3 apresenta o índice de desempenho discente de acordo com os dados de 2023.

Tabela 3 – Índice do desempenho discente (2023)

	Reprovação	Abandono	Aprovação	Distorção idade/série
Anos Iniciais	0%	4,7%	100,0%	9,6%
Anos Finais	11,6%	2,4%	86,0%	20,6%
Ensino Médio	6,6%	3,0%	90,4%	24,4%

Fonte: QEduc (2023).

Salienta-se que a escola não tem como característica marcante a formação de estudantes com foco no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Ao longo do Ensino Médio, grande parte dos estudantes opta por cursos técnicos que os direcionam para a indústria local, como Gerdau, Vallourec, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), além daqueles que buscam inserção no comércio ou dão continuidade aos empreendimentos familiares (EEDB, 2024). Apenas pouco mais da metade dos estudantes (56%) realiza o ENEM, com nota média de 469 pontos (INEP, 2024).

Embora a escola incentive a participação no ENEM, oferecendo aulas de apoio, abordando temas diversificados e implementando aulas eletivas introduzidas pelo governo no Ensino Médio, observa-se que muitos estudantes desistem de realizar a prova por falta de incentivo familiar ou pela necessidade de contribuir financeiramente com a renda doméstica. Outros fatores que podem contribuir para a evasão do exame incluem o desestímulo, a baixa autoestima e o sentimento de incapacidade.

Durante a trajetória profissional da autora na escola, observou-se o surgimento de situações que indicam dificuldades na adaptação institucional quanto ao acolhimento de estudantes que não se identificam com o gênero atribuído ao nascer. Foram encontrados, nos diários de turma, apelidos no lugar dos nomes oficiais de alguns estudantes. Constatou-se que esses estudantes preencheram a ficha de matrícula incluindo o apelido na seção destinada ao nome social — que, segundo Saraiva e Silva (2022), refere-se ao nome pelo qual pessoas transgêneras se identificam.

Verificou-se, ainda, que o secretário da escola registrou equivocadamente esses apelidos no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE). Esse erro administrativo resultou na reprodução dos apelidos em documentos oficiais e no Diário Eletrônico Digital (DED). Tal situação evidencia tanto a falta de compreensão dos estudantes quanto a fragilidade na capacitação dos profissionais responsáveis pelo registro escolar. O equívoco, que se estendeu por todo o ano letivo, não foi tratado como oportunidade de reflexão e de aprimoramento da gestão escolar. Esse episódio, portanto, desperta a reflexão sobre o preparo institucional para a inclusão efetiva.

Atualmente, a EEDB conta com dois estudantes transexuais que se identificam com o gênero oposto ao sexo biológico, mas que não possuem registro oficial da mudança. Ambos cursam o 2º e o 3º anos do Ensino Médio, com 16 e 17 anos, respectivamente. A regularização do nome social depende da maioridade civil ou da autorização dos responsáveis legais, o que sugere que essa situação ainda não está esclarecida no âmbito familiar.

Durante a reunião pedagógica de encerramento de 2022, registrada em ata pela supervisora do Ensino Médio em 16 de dezembro, os professores relataram insegurança em utilizar o nome pelo qual os estudantes se identificam, por falta de respaldo legal. O principal receio, segundo a ata, refere-se à possibilidade de descontentamento dos responsáveis, que poderiam interpretar a atitude como

incentivo a comportamentos considerados indevidos. Os docentes também expressaram temor de sofrer represálias ou processos judiciais, por não se sentirem amparados por legislação específica. Diante dessa lacuna, surgem questionamentos: existe legislação que ampare o uso do nome social de estudantes menores de idade: Quais ações a escola adotou diante dessa demanda surgida no final de 2022? Houve mobilização da equipe gestora para apoiar os professores e os estudantes envolvidos?

Observou-se, ainda, que os estudantes transgêneros utilizam o banheiro destinado aos professores — o único espaço unissex disponível —, por iniciativa da supervisora do Ensino Médio. Contudo, nem o Projeto Político-Pedagógico (PPP) nem o Regimento Escolar (RE) preveem tal medida, o que deixa esses estudantes dependentes da boa vontade individual da profissional.

Atualmente, a EEDB possui dois estudantes que solicitam ser chamados pelo nome de preferência, ainda não oficializado. Essa solicitação informal revela a necessidade de reflexão institucional, em reunião de Módulo II⁵, sobre como lidar com estudantes menores de idade que buscam reconhecimento de sua identidade de gênero sem o devido registro oficial. Nesse contexto, emergem questões relevantes: as ações de capacitação promovidas pela SEE/MG são suficientes para preparar os profissionais da escola? O que ampara os professores que atendem aos pedidos de estudantes menores de idade sem o consentimento formal das famílias? E, ainda, de que forma as escolas têm trabalhado os temas de diversidade e da sexualidade com seus profissionais, de modo a reduzir as inseguranças e fortalecer o acolhimento à diversidade?

A análise do PPP, composto por 147 páginas, indica que o termo “diversidade” aparece nove vezes, sempre relacionado a questões étnico-raciais ou a dificuldades específicas de aprendizagem. Não há menções às questões de gênero ou orientação sexual, tampouco às palavras “sexualidade”, “orientação sexual” “heterossexual”,

⁵ Módulo II – Reuniões pedagógicas de caráter coletivo e de cumprimento obrigatório pelos professores. Sua programação é definida pela Direção Escolar em conjunto com os Especialistas em Educação Básica, com o objetivo de desenvolver temas pedagógicos, administrativos ou institucionais, conforme as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico (PPP). A carga horária destinada a essas atividades está prevista na Lei Estadual nº 20.592/2012, no Decreto Estadual nº 46.125/2013 e na Resolução SEE nº 4.789/22, art. 7º, que dispõem sobre a carga horária do Professor de Educação Básica voltada às atividades extraclasse realizadas na própria escola ou em local definido pela direção.

“homossexual”, “transexual” ou “transgênero”. O documento também não apresenta orientações sobre como os profissionais devem lidar com estudantes trans, nem prevê ações de formação continuada voltadas para essa temática.

De forma semelhante, o Regimento Escolar (RE), composto por 125 páginas, menciona “diversidade” cinco vezes, “sexualidade” uma vez e “gênero” quatro vezes. Essa constatação revela que o documento não contempla de modo efetivo a inclusão e o acolhimento de estudantes trans, tampouco estabelece diretrizes para o enfrentamento da discriminação e do preconceito contra a comunidade LGBTQIA+. Assim, torna-se evidente a necessidade de revisão do Regimento Escolar, em consonância com as legislações vigentes e as demandas da realidade escolar.

Além disso, a escola não apresenta programação voltada à promoção da diversidade e tampouco demonstra reconhecer essa lacuna como uma fragilidade institucional. Não há registros de iniciativas de formação voltadas à equipe docente para o enfrentamento das questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade. Diante desse contexto, delineia-se a questão norteadora desta pesquisa: como a escola compreende, recebe e acolhe seus estudantes transgêneros?

3 A TRANSGENERIDADE NO ENSINO MÉDIO NA E.E. DOMINGOS BEBIANO: CONCEITOS, METODOLOGIA E ANÁLISE

Este capítulo aborda os conceitos relacionados à transgeneridade, buscando compreender o termo e sua aplicação diante da diversidade de comportamentos, ações, sentimentos e formas de identificação dos indivíduos. Além disso, discute-se a escolarização de estudantes transgêneros, ressaltando a importância da construção da identidade no processo educativo.

O capítulo está estruturado em quatro seções. A primeira apresenta o conceito de transgeneridade, bem o objetivo de esclarecer sua definição e alcance. A segunda seção trata da escolarização de pessoas transgêneras, destacando as dificuldades e desafios enfrentados por esses estudantes ao longo de sua trajetória escolar.

A terceira seção analisa as experiências vivenciadas por estudantes trans no ambiente escolar, evidenciando aspectos como comportamento, discriminação e preconceito. Nessa parte, discutem-se tanto histórias de superação, impulsionadas pela determinação em ampliar a formação acadêmica, quanto casos de evasão escolar decorrentes da intolerância e da falta de acolhimento.

Por fim, a quarta seção descreve o percurso metodológico adotado na pesquisa, detalhando os procedimentos utilizados e a participação dos colaboradores vinculados à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

3.1 TRANSGENERIDADE ENQUANTO CONCEITO

Esta seção aborda o conceito de transgeneridade, destacando que, na literatura especializada, o termo engloba também as pessoas transexuais, considerando a luta que fundamenta a causa da comunidade LGBTQIA⁺. Busca-se, assim, promover a compreensão do conceito, ainda envolto por incompreensões sociais que se manifestam em atitudes de discriminação, exclusão e preconceito contra pessoas trans.

Na sociedade, travestis e transexuais são reconhecidas como transgêneros ou pessoas trans (Saraiva, 2014). A expressão travesti refere-se à identidade de gênero transgênera feminina. Embora nem todas as pessoas travestis se identifiquem exclusivamente com a categoria feminina ou masculina, desejam ser tratadas no feminino (Jesus, 2012). Já o termo transexual designa pessoas que não se identificam

com o sexo biológico, mas, por carregar conotação patologizante, tem sido progressivamente substituído (Alves; Azevedo; Silva, 2018).

A transexualidade constitui uma pauta central na luta por reconhecimento e direitos da comunidade LGBTQIA⁺, sobretudo pela limitada compreensão e aceitação do tema. Segundo Cannone (2019, p. 2), “a despatologização das identidades transexuais e travestis tem sido uma luta árdua e conta com a colaboração de diversos setores, como movimentos sociais e categorias profissionais”. Entre as conquistas recentes, o autor destaca a remoção dessas identidades da seção de transtornos mentais na CID-11⁶, que passaram a ser classificadas como condições relativas à saúde sexual.

Historicamente, as informações sobre a população trans foram construídas a partir de perspectivas médicas, jurídicas e morais (Cannone, 2019). Até o século XIX, não havia distinção clara entre as expressões *transexual* e *travesti*, frequentemente reduzidas à homossexualidade e inseridas, de forma generalizada, no que hoje se reconhece pela sigla LGBTQIA+. A ausência de compreensão sobre essas identidades levou à formulação de definições que as associavam à loucura e à delinquência. Como consequência, muitas pessoas foram submetidas a tratamentos forçados ou encarceradas, em tentativas de suprimir o direito ao protagonismo sobre seus próprios corpos (Amorim; Bracaleoni, 2019).

O desenvolvimento de conceitos mais precisos sobre a transexualidade representou, portanto, um avanço na busca por reconhecimento e respeito às identidades de gênero. Segundo Mattos e Cidade (2016), a transexualidade começou a ser conceituada em 1953, por Harry Benjamin, médico britânico. No Brasil, Carvalho e Carrara (2013) observam que o termo transgênero ganhou força a partir da década de 1960, impulsionado pelo Movimento Homossexual Brasileiro⁷.

Esses autores destacam ainda que:

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, acentua-se o impasse em relação aos termos identitários utilizados, não havendo consenso nacional no movimento sobre a forma considerada correta. A letra ‘T’, em GLT ou GLBT, WO poderia designar indistintamente ‘travestis’, ‘transexuais’ e/ou ‘transgêneros’, havendo grupos que

⁶ CID 11 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (Organização Mundial de Saúde, 2022).

⁷ O Movimento Homossexual Brasileiro buscava não apenas a garantia dos direitos das pessoas homossexuais, mas também fomentou o debate sobre os direitos das pessoas travestis, contribuindo para a distinção entre os termos travesti e transexual e, posteriormente, para a consolidação do termo transgênero.

utilizavam a sigla GLBTT ou GLBTTT. WN Facchini (2005) afirma que o termo ‘transgênero’, assim como a sigla GLBT, começou a ser empregado a partir da relação de alguns grupos brasileiros com o movimento internacional em torno da organização das ‘Paradas do Orgulho GLBT’, mais especificamente a *InterPride*, PV no final dos anos 1990. Nessa época, a sigla usada na América do Norte e na Europa era GLBT, sendo o ‘T’ referente a *transgender*. Ainda afirma a autora que, apesar de uma das finalidades do uso de identidades coletivas pelas ONGs do movimento ser a possibilidade de financiamento por parte de fundações internacionais que a época utilizava o termo *transgender*, boa parte das ativistas travestis e transexuais brasileiras não se ‘reconheciam’ na expressão ‘transgênero’ (Carvalho e Carrara, 2013, p. 330).

O termo “pessoa transgênera” refere-se à relação entre sexo e gênero. O sexo constitui uma definição biológica, associada às características anatômicas e fisiológicas; o gênero, por sua vez, expressa uma construção social e pessoal, ligada à forma como o indivíduo se identifica e se comporta na sociedade (Jesus, 2012).

Para Bento (2008), a definição de gênero está intrinsecamente relacionada à transexualidade, configurando-se como uma variação nas combinações entre sexo e gênero. Assim, a transexualidade expressa uma identidade de gênero, não necessariamente vinculada à orientação sexual. Marconi (2021, p. 344) complementa afirmando que “a identidade de gênero é um sentimento íntimo da pessoa de sua identidade como homem ou mulher, que vai refletir no seu comportamento social, enquanto o gênero refere-se àquelas características pertinentes ao sexo biológico”.

Com base nisso, compreende-se que a transexualidade está associada à identidade de gênero⁸, referindo-se à pessoa que não se identifica com o sexo biológico de nascimento. Promover debates que fomentem a compreensão sobre esse conceito é essencial para reduzir a discriminação decorrente da falta de informação e fortalecer o respeito à diversidade existente na sociedade.

Rocha (2020) destaca que compreender o conceito de transexualidade é fundamental para a preservação da integridade do indivíduo, uma vez que se relaciona diretamente com direitos fundamentais, como liberdade, nome, dignidade

⁸ Identidade de gênero refere-se à forma como a pessoa se reconhece e se identifica em relação ao gênero, podendo ou não corresponder ao sexo biológico designado no nascimento. Quando há correspondência entre identidade de gênero e sexo designado, a pessoa é denominada cisgênero (ou simplesmente cis). Quando não há correspondência, denomina-se transgênero (ou trans). Por exemplo, uma mulher que se identifica com o sexo biológico feminino é uma mulher cis, enquanto uma pessoa designada homem ao nascer, mas que se reconhece e se expressa como mulher, é uma mulher trans.

da pessoa humana e pleno exercício da personalidade – princípios que asseguram proteção e respeito aos direitos básicos dos cidadãos.

O direito ao nome e ao prenome é protegido pelo ordenamento jurídico brasileiro como um direito subjetivo e de proteção global. Assim, desde o nascimento, a personalidade civil é reconhecida a todos, e os nomes devem ser compatíveis com os aspectos psicológicos e fisiológicos. Nesse sentido, a busca de uma pessoa trans pela alteração de seu nome respalda a busca por harmonia entre sua identidade civil e sua identidade de gênero (Silva; Oliveira, 2023).

Complementando esta perspectiva, Passos (2019, p. 9) afirma que “o que determina papéis de gênero, é como nos comportamos e nos expressamos diante da sociedade, não importando a quantidade de cromossomos, genitálias e níveis hormonais que a pessoa possui”. Assim, é possível compreender que muitos estudantes trans enfrentam, desde a adolescência, desafios significativos em sua vivência escolar, lidando com discriminação, preconceito e exclusão. Diante desse cenário, torna-se fundamental discutir a escolarização de pessoas transgêneras, promovendo uma compreensão mais profunda de sua realidade, frequentemente invisibilizada pela sociedade. Essa discussão será aprofundada na próxima seção.

3.2 ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS TRANSGÊNERAS

Esta seção aborda a escolarização de pessoas transgêneras como tema fundamental para o reconhecimento de suas capacidades e habilidades, evidenciando seu potencial de contribuição para o desenvolvimento social. Discute também as dificuldades enfrentadas por esses estudantes na continuidade de seus estudos, considerando os desafios vivenciados no cotidiano escolar.

A educação constitui um processo de difusão e ampliação do patrimônio cultural e científico. Os valores, princípios, costumes e conhecimentos representam pilares fundamentais para a formação dos indivíduos e para o fortalecimento dos vínculos sociais indispensáveis à convivência humana (Moura, 2022; Moura e Zibetti, 2023).

Entretanto, ainda persistem dificuldades na convivência com o que se afasta dos padrões sociais enraizados na cultura dominante. Tal cenário evidencia que pessoas transgêneras frequentemente abandonam os estudos ou são excluídas do ambiente escolar por terem seus direitos desrespeitados. A escola, no entanto, deve

garantir o bem-estar e a integridade física, psíquica e emocional dos educandos sob sua responsabilidade, havendo implicações legais quando essa obrigação não é cumprida (Pazó, Salles e Zagnelli, 2015).

Amorim e Brancaleoni (2019) descrevem episódios de violência explícita em relação a estudantes transgêneros, que, em razão disso, passam a apresentar comportamentos de isolamento, timidez e retraimento. Essas violências — verbais, morais, psicológicas e físicas — geralmente são praticadas por colegas de turma e demais estudantes das instituições.

Essa realidade de exclusão decorre do estigma e da marginalização histórica da população trans, que sofre por não se enquadrar nos padrões hegemônicos de identidade de gênero. As violências, muitas vezes veladas, manifestam-se na exclusão do convívio social e na dificuldade de acesso a serviços básicos, inclusive o reconhecimento da própria identidade (Silva *et al.*, 2017). Entre as práticas discriminatórias mais recorrentes estão a negação do nome social e a proibição do uso do banheiro conforme o gênero de identificação — fatores que comprometem a permanência escolar de pessoas em processo de transição de gênero ou já reconhecidas como trans. Sobre isso, Torres e Vieira (2015, p. 45) afirmam que:

No cotidiano das escolas os relatos de violência física, institucional, psicológica, como também acolhimento e inserção, demonstram que muito ainda se têm de ser modificado para que os estudantes trans se sintam em um ambiente seguro e realmente de acolhimento em conformidade com as suas necessidades, frente ainda, a existência da violência que os levam a evasão escolar (Torres e Vieira, 2015, p. 45).

Apesar das situações de exclusão, também existem exemplos de acolhimento e reconhecimento por parte de estudantes, professores e demais profissionais da educação, o que demonstra a possibilidade de convivência pautada no respeito mútuo e na igualdade de direitos. No entanto, essas experiências positivas ainda são exceções diante das recorrentes manifestações de discriminação e preconceito que comprometem a autoestima, o bem-estar emocional e a autoconfiança de muitos estudantes.

Diante dessa realidade, impõe-se uma transformação na forma como a sociedade compreende e se posiciona em relação à transgeneridade. Essa mudança deve iniciar-se na família — primeira instituição social — e estender-se à escola, que desempenha papel central na formação do sujeito e na construção da cidadania.

A persistência da violência no ambiente escolar revela falhas no reconhecimento e na valorização da diversidade, exigindo avanços na construção de uma sociedade justa e igualitária. Apesar de alguns progressos, a escola ainda opera como instituição disciplinar voltada à correção de corpos considerados transgressores (Andrade, 2019). Como observam Sales, Souza e Peres (2017, p. 72), a escola “institui produtos de normalidades desejadas pela sociedade capitalista, burguesa, heteronormativa e patriarcal, situa as travestilidades como algo que introduz o caos, a desordem, a inviabilidade de existência”.

O clima escolar, definido pelas interações entre estudantes, professores e demais profissionais, é determinante para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Quando essa relação não ocorre de forma respeitosa, o ambiente escolar se fragiliza, comprometendo o bem-estar coletivo. Andrade (2012, p. 245) identifica os principais fatores que interferem na permanência de estudantes trans nas instituições escolares:

- Não reconhecimento do nome feminino do aluno trans no momento da frequência e mesmo no momento escolar;
- Impedimento de acesso ao banheiro feminino [para estudantes trans femininos];
- Projeto Pedagógico que não reconhece a existência e singularidades da travesti na escola;
- Ausência no currículo escolar de livro didático de conhecimentos sobre diversidade sexual;
- Falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, em especial no que se refere aos estudantes trans e travestis;
- Desrespeito ao princípio laico do Estado;
- Regimento Escolar que simbolicamente pune as expressões culturais das travestis na escola; ou ausência deste induzindo os gestores a determinarem normas fundadas em um hábito heteronormativo;
- Não aceitação ou criação de artifícios para o impedimento da participação das travestis na festa de formatura e em outras celebrações.

O não reconhecimento do nome social constitui uma das formas mais recorrentes de violência simbólica, pois nega ao indivíduo a identidade com a qual se reconhece, gerando exclusão, isolamento e desmotivação para permanecer na escola.

Entre os desafios enfrentados por esses estudantes, destaca-se também a restrição ao uso do banheiro. Mais que um espaço físico, o banheiro integra o processo de construção identitária, sendo local de recorrentes situações de

constrangimento, aversão e agressão (Oliveira Júnior; Maio, 2016). O impedimento de utilizá-lo conforme o gênero de identificação reflete intolerância e legítima prática discriminatória.

No que se refere à estrutura curricular, o Projeto Político-Pedagógico representa o principal instrumento de direcionamento das ações educativas. A ausência de reconhecimento das singularidades de estudantes trans evidencia uma lacuna no processo formativo, ao não incluir discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade (Passos, 2019). Da mesma forma, a escassez de materiais didáticos que abordem essas temáticas contribui para a perpetuação da intolerância e da exclusão.

Em uma sociedade ainda alicerçada em conceitos e padrões tradicionais, persistem práticas que não reconhecem nem respeitam pessoas que se distanciam da norma hegemônica. Indivíduos que não se enquadram nesses padrões são frequentemente impedidos de conviver, se expressar e serem respeitados por suas ideais, sendo constantemente julgados por suas condições e identidades.

A ausência de ações e estratégias educacionais voltadas à discussão sobre a transgeneridade é agravada pela escassez de informações da comunidade escolar acerca da diversidade de gênero. Esse cenário torna-se ainda mais crítico diante de influências religiosas e culturais que, ao não reconhecerem a pluralidade, acabam por perpetuar formas sutis e explícitas de violência e isolamento contra aqueles considerados fora dos padrões socialmente estabelecidos.

Nesse contexto, torna-se essencial refletir sobre o desrespeito ao princípio da laicidade do Estado, que se manifesta no não cumprimento das legislações que asseguram os direitos das pessoas trans. Destacam-se, contudo, os avanços conquistados pela comunidade LGBTQIA⁺, que tem lutado de forma contínua pelo reconhecimento e pela efetivação de seus direitos em condições de igualdade.

No espaço escolar, essa luta se expressa na necessidade de revisão do Regimento Escolar, cuja redação, muitas vezes, contribui para a marginalização de identidades e vivências. Sua reformulação, embasada nas legislações vigentes, deve garantir o acesso dos estudantes a conhecimentos sobre diversidade de gênero, promovendo o respeito e a convivência harmoniosa. Tal medida pode reduzir significativamente as ocorrências de *bullying*, exclusão e abandono escolar resultantes da falta de condições de permanência de estudantes trans.

Além das barreiras estruturais, persiste a recusa de participação de estudantes trans em festas e celebrações escolares, prática que configura uma forma inaceitável de violência simbólica. Essa exclusão fere o direito de participação social e de reconhecimento e submete esses estudantes a julgamentos fundamentados na ignorância e na falta de empatia.

Diante desse cenário, torna-se indispensável refletir sobre o papel da escola na promoção da inclusão e no enfrentamento das práticas discriminatórias. Franco e Cicillini (2015, p. 9) enfatizam que:

Na maioria das vezes, a escola é um dos principais desencadeadores desses processos de exclusão expressos por uma violência anunciada, na maioria das vezes por parte do corpo discente, e outra violência velada ou silenciada, pelos agentes escolares. Cabe ainda destacar que essas formas de violência, sobretudo a anunciada, muitas vezes se consagra em outra forma e violência a qual definimos como violência materializada, incidindo diretamente na possibilidade de prejuízo ou violação física por parte da pessoa exposta (Franco e Cicillini, 2015, p. 09).

Dessa forma, compreende-se que a luta pela garantia de direitos de estudantes trans tem promovido avanços graduais, embora ainda insuficientes. A discriminação, o preconceito e a exclusão permanecem presentes no ambiente escolar, manifestando-se ora de modo explícito, ora de forma velada. Essa realidade revela que o reconhecimento da transgeneridade como condição relativa à saúde sexual ainda não se traduz plenamente nas práticas escolares, nas quais pessoas trans seguem sendo marginalizadas por pertencerem à comunidade LGBTQIA⁺.

Assim, na próxima seção aprofunda a análise das experiências escolares vivenciadas por pessoas transgêneras.

3.2.1 Experiências Escolares das Pessoas Transgêneras

A infância e a adolescência das pessoas transgêneras frequentemente são narradas a partir de experiências marcadas por fatores negativos. Esses fatores decorrem de situações permeadas por medo, dúvidas e incertezas quanto à aceitação no círculo social, resultando, em muitos casos, em isolamento, sofrimento, discriminação e desrespeito. Tais vivências contrastam com os ideais familiares e sociais, expressando diferentes formas de violência e a ausência de garantia de

direitos, uma vez que essas pessoas são consideradas fora dos padrões estabelecidos pela sociedade como “normais” (Jesus, 2013).

O espaço escolar configura-se como uma esfera social de extrema importância, na qual experiências e vivências são compartilhadas durante o processo de aprendizagem. Por sua finalidade, a escola deveria constituir-se em um ambiente seguro, em que os estudantes se sentissem acolhidos e validados em sua individualidade.

As experiências escolares das pessoas trans, contudo, em sua maioria, não são descritas como positivas. Muitas são marcadas por formas de tortura simbólica e psicológica, que se manifestam em olhares e risos de servidores, professores, diretores e colegas de sala, acompanhados de palavras e expressões ofensivas que revelam reprovação, perseguição e discriminação (Cruz e Santos, 2016). Nessa perspectiva, Silva *et al.* (2021) destacam que as discriminações entre colegas são constantes e que, frequentemente, os professores se omitem, deixando sob o próprio estudante ofendido a responsabilidade de se defender. Essa ausência de posicionamento impacta diretamente o clima escolar, o qual se estrutura a partir de cinco dimensões inter-relacionadas.

Entre essas dimensões, destaca-se a *educativa*, que diz respeito ao valor atribuído à educação. Um clima educativo de qualidade fundamenta-se na percepção da escola como um espaço de verdadeira formação, que investe no sucesso e no bem-estar dos estudantes, promovendo o valor da escolarização e da aprendizagem (Vinha *et al.*, 2016). A segunda dimensão, *relacional*, refere-se às relações estabelecidas entre os membros da comunidade escolar e seu entorno. Nesse sentido, compreender o valor do respeito e do apoio mútuo é essencial para promover a convivência pacífica e harmoniosa entre estudantes e profissionais, reconhecendo a diversidade como meio de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A terceira dimensão corresponde à *segurança*, compreendida como a confiança e a tranquilidade que estudantes e professores precisam estabelecer em relação à escola, de modo a favorecer a convivência e garantir um ambiente justo e democrático. Por fim, destaca-se a dimensão do *pertencimento*, associada ao sentimento de inserção na comunidade escolar, com participação livre nas atividades voltados ao desenvolvimento de novos conceitos e ideais fundamentais para o processo de aprendizagem.

Nesse contexto, Vinha *et al.* (2016) afirmam:

A forma como os indivíduos sentem coletivamente traz profundas influências sobre o comportamento dos grupos. O clima escolar influencia na qualidade de vida escolar dos estudantes em três aspectos: na formação da identidade, na aprendizagem, na motivação, disciplina, aprendizagem e do rendimento escolar, e, na convivência e participação das expectativas recíprocas, estando-lhes associados problemas diversos, como os conflitos, violência, vandalismo, roubo, consumo e venda de drogas e outros comportamentos de risco (Vinha *et al.*, 2016, p. 04).

Os autores ressaltam ainda que o clima emocional — vinculado à dimensão relacional — exerce papel decisivo no cotidiano escolar. Em instituições nas quais prevalece o bom relacionamento entre os estudantes e o respeito mútuo, com poucas interrupções nas aulas, observa-se melhor desempenho acadêmico. Assim, o clima escolar mostra-se determinante para o desenvolvimento das habilidades e capacidades dos discentes.

Garantir a compreensão e o respeito aos direitos de todos os estudantes é essencial para promover uma convivência saudável dentro e fora da escola. A influência do clima escolar ultrapassa seus limites físicos, moldando as experiências individuais e refletindo nas possibilidades de interação e inserção social.

Martins, Soares e Vianna (2024) destacam que:

Além da violência física direta, a violência institucional, seja por omissão de cuidado e em lidar com questões de respeito às pessoas trans, seja pelos risos ou comentários dos profissionais; ações que se baseiam em concepções cis heteronormativas, ainda que veladas. Dentre estas violências institucionais estão, também, a negação do direito de serem chamadas pelo nome social, que provêm, muitas vezes, de professores ou diretores conservadores; a separação binária das atividades de educação física, bem como uma prática curricular que divide brincadeiras e ensinamentos direcionados para o feminino e masculino. E a própria estrutura da escola, cujo principal exemplo são os banheiros, divididos com base no dimorfismo sexual, impossibilitando pessoas trans de sentirem-se confortáveis e seguras nesse ambiente (Martins; Soares e Vianna, 2024, p. 10).

Esse relato evidencia como a violência institucional se enraíza nas práticas cotidianas escolares, perpetuando exclusões que atingem diretamente as pessoas trans. Tal violência não se limita ao âmbito físico, mas também se expressa de forma simbólica, por meio de atitudes, omissões e práticas pedagógicas que reforçam concepções cis-heteronormativas.

É fundamental destacar que as inúmeras situações de discriminação transfóbica, associadas ao abalo emocional e físico, levam grande parte das pessoas trans a não concluírem seus estudos. As poucas que conseguem finalizar o ensino básico relatam receio em ingressar no ensino superior (Martins; Soares e Vianna, 2024). Para Campos e Cavalcanti (2020), o constrangimento cotidiano vivido por esses corpos frequentemente inferiorizados gera situações de intimidação que desestimulam a frequência às aulas e a permanência na escola.

As vivências escolares de pessoas trans no contexto brasileiro revelam um conjunto de ataques direcionados a corpos dissidentes de gênero e sexualidade, configurando um cotidiano que deveria pautar-se no respeito, na solidariedade e na valorização da diversidade (Antra, 2024). Para Martins, Soares e Vianna (2024), esses ataques operam como mecanismos de controle sustentados pelo dispositivo da cis-heteronormatividade ou, em casos mais extremos, como instrumentos de exclusão e extermínio diante da impossibilidade de controle sobre as ações dos sujeitos.

Apesar das adversidades, destaca-se a resistência das pessoas trans em suas trajetórias escolares. Apesar dos altos índices de evasão, muitas persistem e alcançam seus objetivos, buscando na educação uma oportunidade de transformação social e de afirmação de suas capacidades e identidades, independentemente do gênero (Andrade, 2012). As experiências desses estudantes refletem os desafios enfrentados na sociedade em geral, mas também simbolizam meios de superação e de luta pela garantia de direitos, fundamentais à promoção da igualdade.

Os estudantes trans que conseguem ingressar no ensino superior tornam-se profissionais capacitados e comprometidos com a defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+, contribuindo para a legitimação de suas existências e o fortalecimento da diversidade social.

Os relatos dessas experiências evidenciam a luta constante pela permanência escolar e a crescente abertura de estudantes e profissionais à compreensão de que a diversidade é elemento essencial para o aprendizado, o convívio e o respeito às diferenças, rompendo com padrões sociais heteronormativos ainda enraizados na sociedade brasileira.

Embora a discriminação ainda persista no ambiente escolar, observa-se o avanço de movimentos de resistência e luta da comunidade LGBTQIA+, que conquistam novos aliados e asseguram direitos fundamentais à formação discente. Assim, torna-se imprescindível fomentar discussões sobre gênero e sexualidade no

espaço escolar, a fim de enfrentar as violências existentes e promover o entendimento de que todos os cidadãos possuem direitos e deveres iguais, sendo inadmissíveis práticas de discriminação, exclusão ou intimidação (Martins; Soares e Vianna, 2024).

Nesse sentido, o reconhecimento e o respeito às pessoas transgêneras constituem elementos fundamentais para que se sintam acolhidas e valorizadas em suas especificidades. O primeiro passo nesse processo é o respeito e o uso do nome social como parte essencial da construção da identidade. Garantir o direito de serem chamadas pelo nome que escolheram — e que reflete quem realmente são — representa um gesto de validação e respeito à sua identidade, além de ser a porta de entrada para um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

3.3 NOME SOCIAL: UM CAMINHO PARA O RESPEITO E A INCLUSÃO DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS

O nome constitui um elemento central na identificação dos indivíduos e no reconhecimento de sua existência. Nesta seção, analisa-se o papel do nome na construção da identidade das pessoas transgêneras, destacando-se sua importância para o reconhecimento e a valorização dos estudantes trans. Evidencia-se, ainda, o avanço da legislação brasileira na garantia de direitos, demonstrando que o uso do nome social representa não apenas um direito, mas também um marco na luta da comunidade LGBTQIA+ por reconhecimento e por uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

As identidades, por sua natureza, são dinâmicas e se constroem ao longo da vida, permitindo aos indivíduos ressignificar seus comportamentos, tanto sexuais quanto de gênero (Reis e Pinho, 2016). Nesse contexto, o nome exerce papel essencial para que as pessoas se reconheçam e sejam reconhecidas de acordo com quem realmente são. Assim, o nome atua como marcador fundamental da identidade, acompanhando o indivíduo ao longo de toda a sua existência e permitindo-lhe o reconhecimento enquanto cidadão.

Além de possuir caráter pessoal, o nome carrega significados sociais e culturais, frequentemente associados ao sentimento de pertencimento a uma família, grupo ou comunidade. Por essa razão, a escolha do nome desde o nascimento constitui um momento de grande relevância, refletindo tradições, valores e laços familiares (Rodrigues e Toschi, 2019).

Entretanto, a identidade de gênero varia amplamente entre os indivíduos e se expressa de maneiras diversas, influenciada por fatores como contexto racial e étnico, condição socioeconômica e local de moradia (Binotto *et al.*, 2023). Para as pessoas trans, o nome social assume papel essencial na validação de sua identidade, sendo um dos aspectos mais relevantes para seu reconhecimento e bem-estar. O nome social permite que sejam identificadas conforme o gênero que as representa, constituindo-se em instrumento fundamental para aquelas que não se reconhecem no nome atribuído ao nascer. Com frequência, o nome de registro mostra-se incompatível com sua vivência de gênero (Bastos, 2023), o que dificulta a afirmação de suas identidades e o processo de aceitação social.

De acordo com Rodrigues e Toschi (2019, p. 14), o nome social é aquele que as pessoas transgêneras preferem utilizar “quando não se sentem à vontade com o prenome que lhe foi designado ao tempo de seu nascimento, aquele que consta no registro civil, uma vez que, não o veem adequado à sua identidade, nem a sua expressão de gênero”. Ao refletirem sobre a evolução da legislação brasileira acerca do direito ao nome social, os autores explicam que:

Hoje, graças as alterações feitas através do Provimento de nº 73, de 28 de junho de 2018, pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), o indivíduo que deseja fazer a alteração tanto do nome quanto da mudança de sexo no Registro Civil basta procurar diretamente o Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN), sendo facultado a ele apresentar laudo médico ou algum comprovante de redesignação sexual, para isso basta ser maior, capaz, fazer o requerimento de alteração e a averbação do nome e do sexo e apresentar todos os documentos exigidos no rol taxativo do art. 04, § 6º deste Provimento. Anteriormente a mudança só ocorria pelo meio judicial e com a apresentação obrigatória do laudo médico e comprovante da redesignação sexual, entretanto, ainda continua para as pessoas menores de 18 anos (Rodrigues e Toschi, 2019, p. 14).

Dessa forma, observa-se que a evolução da legislação brasileira representa um importante avanço no reconhecimento dos direitos de todos os cidadãos, consolidando o Estado Democrático de Direito como promotor da proteção e do bem-estar individual e coletivo. Ao reconhecer o nome social, a legislação nacional reafirma o direito à existência social e o respeito à identidade de gênero, constituindo-se em uma conquista significativa para a comunidade LGBTQIA⁺.

O uso do nome social como forma de tratamento exerce papel fundamental na redução do preconceito nos diferentes contextos sociais, especialmente em relação

às pessoas transgêneras. Para essas pessoas, o nome social representa o primeiro passo em direção ao reconhecimento de sua identidade genuína, configurando-se como ferramenta essencial de acolhimento, respeito e inclusão.

Diante do exposto, a próxima seção apresenta o percurso metodológico adotado nesta pesquisa.

3.4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta a metodologia adotada neste estudo, de natureza qualitativa e descritiva. Para a coleta de dados, realizaram-se entrevistas semiestruturadas individuais, com o objetivo de compreender as perspectivas, aspirações e posicionamentos dos participantes em relação ao acolhimento de estudantes trans em uma escola pública do município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.

De acordo com Gaskel (2014), a entrevista individual configura-se como

uma interação de díade, indicada quando o objetivo da pesquisa é reconhecer em profundidade os significados e a visão da pessoa. Essa modalidade de entrevista é muito utilizada em estudos de caso, história oral, história de vida e biografias, que demandam um nível maior de detalhamento (Gaskel, 2014, p. 64).

A escolha pelas entrevistas semiestruturadas individuais justifica-se pela possibilidade de ampliação do diálogo e pela flexibilidade na exploração das respostas dos participantes, o que permite identificar os principais obstáculos enfrentados no acolhimento de estudantes trans no ambiente escolar.

Participaram da pesquisa professores do Ensino Médio Regular, a equipe gestora e os funcionários da Escola Estadual “Domingos Bebiano”, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Roteiro Quantitativo das Entrevistas

Participantes	Número de entrevistas
Professores do Ensino Médio Regular	5
Diretora escolar	1
Vice diretora	1
Supervisor escolar	1
Funcionários da escola (ATB)	1

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Para a seleção dos participantes, realizou-se o convite a todos os profissionais da escola, possibilitando a manifestação de interesse em contribuir com a pesquisa. No caso dos professores, além do interesse pessoal, aplicaram-se critérios específicos de escolha, tais como o tempo de atuação — sendo selecionados os docentes efetivos com, no mínimo, cinco anos de trabalho na instituição —, o relacionamento com os estudantes e a experiência profissional prévia com outros estudantes trans.

Todos os profissionais que compõem a equipe gestora participaram das entrevistas, incluindo a diretora, as vice-diretoras e as supervisoras. Em relação aos Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATB), apenas um profissional manifestou interesse em participar do estudo.

As entrevistas ocorreram em junho de 2025, em uma sala livre de ruídos e interrupções, a fim de garantir um ambiente acolhedor que proporcionasse conforto e liberdade aos participantes para expressarem suas percepções. Todos receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A), contendo informações sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, em conformidade com os princípios éticos aplicáveis a estudos com seres humanos. Foram assegurados o anonimato dos participantes e o uso estritamente acadêmico das informações obtidas.

Elaboraram-se roteiros específicos para cada grupo de entrevistados, respeitando suas particularidades. Embora o número de perguntas variasse entre os grupos — professores (APÊNDICE A), direção escolar (APÊNDICE B), supervisão (APÊNDICE C) e Assistente Técnico de Educação Básica (APÊNDICE D), com 11, 12, 13 e 7 questões, respectivamente —, todos os roteiros abordaram, em linhas gerais, aspectos relacionados à identificação dos participantes (perfil), às percepções sobre

a inclusão de estudantes transgêneros e às dificuldades enfrentadas pelos profissionais diante da diversidade de gênero.

Diante dessas considerações, a próxima seção apresenta a análise e a discussão dos dados coletados.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção apresenta as reflexões e interpretações construídas a partir dos dados coletados na pesquisa de campo. A análise organiza-se em quatro subseções, correspondentes aos grupos de participantes entrevistados. Inicialmente, expõem-se as discussões referentes às entrevistas realizadas com os professores do Ensino Médio Regular, seguidas pelas análises relativas à equipe gestora, à supervisão e, por fim, ao Assistente Técnico de Educação Básica.

Os participantes foram identificados por siglas específicas, definidas de acordo com suas funções. As entrevistas foram gravadas mediante consentimento prévio e, posteriormente, transcritas de forma fidedigna, preservando integralmente as respostas fornecidas pelos participantes.

3.5.1 Entrevista realizada com os Professores do Ensino Médio Regular

Esta subseção apresenta a discussão dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com os professores do Ensino Médio Regular, identificados como P1, P2, P3 P4 e P5.

O roteiro de entrevistas foi dividido em seções, sendo a primeira voltada ao perfil dos docentes participantes da pesquisa. A partir de questionamentos sobre o tempo de atuação na educação, o tempo de trabalho na escola investigada e a trajetória acadêmica, obtiveram-se as seguintes informações:

P1: Trabalho na educação desde 2006, e na escola desde 2006. Formação acadêmica em Língua Portuguesa.

P2: Trabalho na educação desde 2011; e na escola desde 2020. Formação acadêmica em Matemática.

P3: Trabalho na educação desde 2012, e na escola desde 2017. Formação acadêmica em História.

P4: Trabalho na educação desde 2021 e na escola desde 2024. Formação acadêmica em Geografia.

P5: Trabalho na educação desde 2016 e na escola desde 2019. Formação acadêmica em Sociologia.

Constata-se que os professores entrevistados possuem experiências profissionais que variam entre 19 e 5 anos, com tempo de atuação na instituição escolar entre 19 e 1 ano. Nesse contexto, evidencia-se que os docentes acumulam vivências significativas no ambiente escolar, o que os capacita a refletir de forma consistente sobre os questionamentos propostos pela pesquisa.

O conhecimento sobre os estudantes constitui elemento essencial para que o professor oriente o desenvolvimento dos conteúdos de cada modalidade de ensino e promova a troca de experiências pedagógicas. Segundo Vinha et al. (2016), as escolas se caracterizam pela heterogeneidade de vivências e saberes empíricos, que precisam ser considerados pelos profissionais da educação a fim de compreenderem melhor as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Nessa perspectiva, Gonçalves (2021) destaca que os professores, ao construírem estratégias de aproximação com os estudantes e ao ampliarem seus conhecimentos, fundamentam-se nas vivências e experiências compartilhadas por eles. Tal movimento contribui não apenas para a construção de saberes, mas também para o fortalecimento das relações interpessoais e da convivência escolar.

O exercício da docência envolve tanto as experiências apresentadas pelos estudantes quanto as trajetórias pessoais e formativas dos próprios professores, incluindo os modelos docentes com os quais conviveram, suas vivências pessoais e subjetivas, bem como a dimensão técnica didática e teórica do conhecimento.

Cabe ao professor orientar os estudantes no desenvolvimento de habilidades e competências, reconhecendo que o processo de ensino-aprendizagem é dialógico: o docente que ensina também aprende com seus educandos. Essa reciprocidade evidencia que a comunicação, a confiança e a troca de experiências constituem elementos fundamentais para a formação do sujeito social.

A segunda seção do roteiro de entrevistas abordou a formação dos professores em relação às temáticas de gênero e sexualidade. Quando questionados sobre a realização de formações voltadas à diversidade de gênero e à inclusão de pessoas transgêneras no ambiente escolar, os participantes responderam:

P1: Desde 2006 que foi quando entrei na escola e estou lá desde então, não tivemos formação sobre diversidade, muito menos algo que abordasse diretamente as pessoas transgêneras.

P2: Especificamente eu não tive essa formação. Já tive em outros ambientes, mas não na escola, mas acredito que seria muito importante pra gente construir uma escola mais justa e igualitária.

P3: Não.

P4: Não fornecida pela escola, mas de forma autodidata já. Porque a diversidade é uma coisa que permeia.

P5: Não.

Verificou-se, portanto, que nenhum dos professores recebeu formação institucional sobre diversidade de gênero e inclusão de pessoas transgêneras. Essa constatação revela o despreparo dos professores decorrente da ausência de capacitação específica para o acolhimento e atendimento desses estudantes, o que pode resultar em práticas excludentes motivadas pelo desconhecimento acerca da realidade vivida por pessoas trans.

Somente os participantes P2 e P4 relataram algum tipo de formação sobre o tema, mas ambas ocorreram fora do contexto escolar. Tal cenário reforça a necessidade de que a instituição promova ações sistemáticas de formação continuada voltadas à diversidade de gênero, assegurando práticas pedagógicas inclusivas que garantam o acolhimento e o respeito aos direitos dos estudantes trans.

Observa-se que a temática tende a ser tratada como secundária no ambiente escolar, sobretudo em instituições que possuem poucos estudantes trans. No entanto, mesmo na ausência de um número expressivo de alunos nessa condição, a discussão sobre o acolhimento e a inclusão de pessoas trans é essencial.

A falta de debate e de formações específicas demonstra que a escola ainda não reconhece a relevância dessa pauta, o que indica uma possível dificuldade institucional em lidar com a temática. Essa omissão reforça a urgência de que o tema da diversidade de gênero seja incorporado de forma estruturante às práticas pedagógicas internas da escola.

A discriminação enfrentada por pessoas trans nas escolas pode gerar consequências significativas para a vida escolar, impactando a convivência social e favorecendo o isolamento em decorrência de ofensas e episódios de bullying (Bastos, 2023). Além disso, o despreparo do corpo docente para lidar com questões de gênero configura um desafio que afeta tanto os estudantes quanto os professores.

Muitos docentes expressam receio diante das situações de violência e exclusão que se manifestam no ambiente escolar, o que pode comprometer a construção de

um espaço verdadeiramente acolhedor. Tais circunstâncias resultam, por vezes, em baixo rendimento escolar, desmotivação e até evasão (Brito, 2023).

Outro questionamento realizado aos professores tratou das medidas que poderiam ser implementadas para aprimorar a inclusão de estudantes transgêneros na escola. As respostas apresentadas foram as seguintes:

P1: Acredito que cursos de formação para os professores e funcionários e leis mais específicas dentro das leis da educação para garantir os direitos dos estudantes e determinar como deveria ser feito.

P2: Acredito que seja a criação de espaços mais seguros onde o respeito a todas as diversidades possa acontecer, a gente possa desenvolver empatia com nossos estudantes. Preparar nossos estudantes para um mundo mais diversos, com inclusão social. Essa diversidade de gênero está dentro disso.

P3: Eu acho que uma abertura da parte pedagógica da direção para acolher esses estudantes e passar as informações sobre esses estudantes para os professores.

P4: Eu acho realmente que o nome já foi um enorme obstáculo a ser vencido, pode usar o nome social na entrada na escola, mas acho que campanha de conscientização nunca é demais. Sempre existirão não só estudantes, mas funcionários e colegas mais limitados que não sabem como acolher esses estudantes. Então acho que campanhas mais incisivas poderiam ajudar.

P5: Primeiro, eu acho que um curso seria importante até para entender como funciona essa inclusão. Acho que fazer essa mediação entre os estudantes e o que nós aprendemos.

A partir das respostas, observa-se que os professores destacaram como principais ações a oferta de cursos de formação voltadas a professores e funcionários (P1 e P5), a criação de espaços seguros que promovam o respeito à diversidade (P2), a adoção de medidas de acolhimento e orientação (P3) e a realização de campanhas de conscientização (P4). Contudo, nenhuma das proposições apresentadas configurou uma ação concreta e estruturada que pudesse, de forma efetiva, impactar a vida escolar dos estudantes trans.

Destaca-se que apenas P2 mencionou a criação de espaços seguros, mas sem detalhar como essa proposta poderia ser implementada na prática. Nesse sentido, torna-se relevante refletir sobre estratégias concretas para o desenvolvimento de ambientes seguros e acolhedores. Uma alternativa viável seria a criação de um núcleo de acolhimento voltado aos estudantes trans, articulado com a equipe do Núcleo de Apoio Educacional (NAE) e demais profissionais da escola. Esse espaço poderia funcionar como um canal de escuta e orientação diante dos desafios vivenciados no cotidiano escolar, nas relações familiares e na convivência social.

A implementação de ações dessa natureza permitiria à escolar promover o atendimento das necessidades específicas dos estudantes trans, assegurando-lhes acolhimento e apoio efetivo. Essa proposta será aprofundada no Capítulo 4, no qual se apresenta um Plano de Ação elaborado com base nos dados analisados nesta etapa da pesquisa.

A sociedade encontra-se em constante transformação, especialmente no que se refere aos padrões de convivência e às concepções sociais de identidade e pertencimento. A luta histórica da comunidade LGBTQIA+ pelo reconhecimento de seus direitos e de sua dignidade humana reforça a importância do respeito à diversidade e à pluralidade de identidades.

De acordo com Dias (2023), o respeito à diversidade constitui princípio essencial em todos os setores da sociedade. A escola, enquanto instituição social de relevância ímpar para a formação intelectual, política e cultural dos indivíduos, deve construir, alinhar e efetivar estratégias que estimulem os estudantes à reflexão crítica e à participação ativa no processo de transformação social.

Com base nos dados coletados, constata-se que os professores participantes demonstraram a inexistência de capacitações específicas sobre a inclusão de estudantes transgêneros, bem como a ausência de orientações institucionais quanto às práticas de acolhimento. Diante disso, campanhas de conscientização e ações formativas sobre a temática mostram-se indispensáveis para o envolvimento de uma cultura escolar inclusiva e respeitosa.

Nesse mesmo sentido, Saraiva e Silva (2022) ressaltam a importância da formação continuada de profissionais da educação para o entendimento das especificidades que envolvem os estudantes trans, favorecendo sua inclusão e participação efetiva na vida escolar. Tais iniciativas fortalecem o processo educativo e ampliam o papel da escola na promoção do reconhecimento e respeito à diversidade de gênero, indispensáveis à construção de uma convivência democrática e equitativa.

A terceira seção da entrevista correspondeu à investigação sobre a percepção dos professores em relação aos estudantes trans presentes na escola pesquisada. Questionou-se aos docentes se já haviam tido ou se atualmente possuíam estudantes transgêneros em suas turmas ou sob sua responsabilidade. As respostas apresentadas foram as seguintes:

P1: Eu nunca tive estudantes trans na minha sala de aula, mas já convivi com estudantes trans na escola em momentos de descoberta, de questionamento internos.

P2: Sim.

P3: Já tive e tenho

P4: Sim e tenho

P5: Sim.

Nas instituições escolares, a presença de estudantes transgêneros tem se tornando cada vez mais expressiva. Segundo Araújo (2021), nesses espaços, ainda são observadas tentativas de enquadramento desses estudantes e normas e padrões heteronormativos, resultando, por vezes, em práticas de exclusão disfarçadas de soluções pedagógicas. Dessa forma, compreender como a negação dos direitos dos estudantes trans atravessa a trajetória educacional é essencial para reconhecer que sua crescente visibilidade nas escolas reflete, sobretudo, a luta da comunidade LGBTQIA+ pelo reconhecimento e pela efetivação de seus direitos enquanto cidadãos. Assim, os estudantes trans vêm gradativamente rompendo barreiras sociais e culturais que, historicamente, os compeliem à repressão de suas identidades e aspirações (Dias, 2023).

Ao serem questionados sobre o contato direto com os estudantes transgêneros e sobre o acolhimento em sala de aula, os professores apresentaram as seguintes respostas:

P1: Eles procuram conversar comigo normalmente. Acho que eles se sentem acolhidos porque tem liberdade de conversar comigo separadamente ou pedir algum conselho ou mesmo só colocar suas dúvidas. Então só por isso de me procurar para desabafar acho que sentem acolhidos.

P2: Eu tento conversar com eles. Quando é autorizado eu chamo pelo nome social e explico pra ele que como ele é menor de idade eu não posso chamar pelo nome social enquanto não houver a autorização, mas tento criar um ambiente inclusivo e que ele seja respeitado.

P3: Eles se sentem acolhidos sim, eu acredito nisso. Justamente por eu promover esse espaço seguro para eles serem o que são, independentemente de qualquer questão.

P4: Sim, eu me refiro a eles com os nomes e pronomes que eles solicitam, os estudantes e colegas se referem a eles como eles querem... no quesito a tratamento em relação a identidade de gênero não há nenhum obstáculo.

P5: A gente lida de maneira igualitária, mas muitas vezes esse aluno também tem dificuldade de se aproximar de nós, como professor, de acessar.

As respostas apresentadas pelos entrevistados indicam que eles consideram acolher os estudantes trans ao compreenderem o respeito e o uso do nome social como forma principal de acolhimento. Contudo, é importante destacar que essa prática não esgota o sentido do acolhimento, o qual envolve também a garantia dos direitos e deveres, a livre expressão das opiniões e questionamentos e o reconhecimento das especificidades individuais — aspectos que, por vezes, são negligenciados no cotidiano escolar.

Verificou-se ainda a questão do espaço seguro em sala de aula, mencionada por P1 e P3, que relataram proporcionar um ambiente de segurança e respeito à identidade dos estudantes, especialmente quanto ao uso do nome social. No entanto, observa-se que o simples respeito nominal não é suficiente para garantir um espaço efetivamente seguro. É necessário incorporar ações pedagógicas que estimulem o diálogo, a reflexão crítica e a valorização da diversidade.

Nesse sentido, o convívio social permanece como um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes transgêneros. Assim, o acolhimento relatado pelos professores entrevistados revela-se de fundamental importância, uma vez que os estudantes depositam confiança nos docentes, que atuam como referências e mediadores de conflitos, favorecendo a construção de uma convivência social mais harmoniosa e respeitosa (Moura; Zibetti, 2024). Os dados indicam, portanto, uma relação positiva entre os professores entrevistados e os estudantes trans, diante dos desafios ainda presentes tanto na sociedade quanto na escola pesquisada.

Com o intuito de aprofundar a análise, questionou-se aos professores: “Como você percebe a presença de estudantes transgêneros na escola?”. As respostas foram as seguintes:

P1: Sinto que a presença pela grande maioria é de aceitação, de respeito. Tem uma minoria que ainda tem um distanciamento.

P2: Geralmente são os colegas que falam com a gente e com o tempo eles também procuram para falar quando percebem que somos tranquilos. Às vezes, nas reuniões pedagógicas a supervisora e mesmos os professores comentam. Quando tem o nome social a supervisora relata.

P3: Eu acho que você tem que deixar a liberdade dele falar com você. Eu acho que você não pode deduzir nada, pelo comportamento, pelas roupas... você tem que esperar ele vir falar com você. Então eu o espero vir falar para que eu possa ter certeza que é.

P4: Percebo de forma normal. Eles estão ali, estudam, alguns estudam mais que outros.

P5: Porque geralmente eles falam conosco. Olhando assim, não dava ter uma ideia. E, a escola não falando, geralmente, poderia ser uma coisa que a escola podia fazer. Eles que se anunciam, na maioria das vezes, a gente não tem essa percepção, não sabendo nem como chegar também ao aluno, até pela questão de como a família lida com isso. A família é outra questão séria, porque muitas vezes a gente pode entrar num lugar que a família não está preparada.

Os trechos destacados indicam um movimento de maior aceitação e respeito em relação aos estudantes transgêneros por parte dos professores entrevistados. Entretanto, como apontado por P5, a resistência familiar ainda representa um dos principais entraves para o acolhimento pleno desses sujeitos, visto que muitas famílias demonstram dificuldade em aceitar e compreender a identidade de gênero dos filhos. Apesar desse desafio, a pesquisa evidencia que, em sala de aula, a aceitação por parte dos docentes tende a ocorrer de forma espontânea e respeitosa. Os professores relatam cuidado tanto no trato com os estudantes quanto na observância dos procedimentos burocráticos, especialmente no caso de menores de idade, reconhecendo que a resistência familiar é um desafio a ser superado.

Embora ainda existam manifestações de preconceito e discriminação, observa-se um avanço gradual no pensamento social, com maior reconhecimento da diversidade e valorização do respeito como base para a convivência harmoniosa (Saraiva, 2014). Nesse contexto, a escola assume papel central na formação cidadã e na consolidação de valores democráticos, por ser o espaço no qual os indivíduos têm a oportunidade de vivenciar e compreender a diversidade presente na sociedade.

As instituições escolas constituem-se como a segunda instância socializadora dos indivíduos. Nesse ambiente, a diversidade, as culturas, os saberes e as experiências expressas no cotidiano escolar tendem a reproduzir as dinâmicas sociais mais amplas, refletindo, em certa medida, a sociedade como um todo (Franco e Cicillini, 2015). Assim, a liberdade de ser e a aceitação do que foge ao padrão social hegemônico configuram-se como desafios contemporâneos. Todavia, esses desafios podem ser superados mediante o reconhecimento e a valorização das diferenças, promovendo o entendimento de que a diversidade enriquece o ambiente educativo (Cannone, 2019).

Outro questionamento realizado aos docentes foi: “Você já presenciou ou soube de situações de preconceito ou discriminação em relação a esses estudantes?”. As respostas foram as seguintes:

P1: Eu nunca presenciei situações de preconceito ou discriminação não. Porque eu não tive aluno na minha sala diretamente, mas no caso da escola em relação ao nome social foi pedido, até onde eu sei, que se chamasse os pais, por se tratar de um menor e perguntar pra eles qual seria a orientação por ser menor de idade, mas não presenciei a conversa.

P2: A gente ainda precisa muito trabalhar a prevenção desses assédios e eu já soube de violência de gênero na escola, então eu acredito que a escola precise dessas informações para os professores e automaticamente que esses professores possam promover espaços de escuta e respeito. Então eu acredito que a formação dos professores que vai contribuir efetivamente para isso.

P3: De preconceito e discriminação de certa forma sim, porque eles não têm os nomes respeitados enquanto os pais não autorizam. Então isso talvez seja desrespeito. A escola tenta chamar os pais e conversar com eles, mas no final das contas, a resposta é deles.

P4: Que tenha chegado a mim, não.

P5: Por parte dos estudantes não. Talvez mais por parte da família, em alguns momentos, de não acolher.

As respostas revelam percepções divergentes. Enquanto P1 e P4 afirmaram não ter presenciado situações de preconceito, P2 e P3 reconheceram que tais manifestações ainda ocorrem. P2 mencionou episódios de violência de gênero e ressaltou a necessidade de formação docente para o enfrentamento dessas situações, enquanto P3 destacou que o não reconhecimento do nome social sem o consentimento dos pais constitui uma forma de desrespeito. Assim, constata-se que os estudantes trans ainda enfrentam preconceitos e discriminações na escola pesquisa, o que evidencia que o acolhimento institucional permanece como um desafio.

Nesta perspectiva, reafirma-se a relevância da capacitação dos profissionais da educação para o atendimento às necessidades dos estudantes trans, conforme enfatizado por P2. Entretanto, conforme observa Brito (2023), as manifestações de preconceito e discriminação são, muitas vezes, mais evidentes por parte das famílias do que dos professores, o que reforça a importância da atuação da escola como espaço privilegiado para a promoção da convivência social, intelectual, cultural e política.

Cabe à escola não apenas promover o ensino de conteúdos, mas também combater as discriminações e os preconceitos, estimulando a empatia, o respeito e a igualdade. A atuação consciente dos professores é fundamental nesse processo, pois ao sensibilizar e educar os estudantes, contribuem para a construção de um ambiente

mais inclusivo e acolhedor, especialmente para os estudantes trans. Assim, torna-se essencial que o debate sobre diversidade de gênero seja contínuo e envolva toda a comunidade escolar — professores, funcionários, estudantes e famílias.

A quarta seção da entrevista correspondeu à investigação sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores no cotidiano escolar em relação à convivência com estudantes trans. Ao serem questionados sobre como lidam com o uso do nome social em sala de aula, os professores responderam:

- P1: Eu nunca precisei lidar na sala de aula com aluno transgênero. Mas eu particularmente acho fácil pra mim, não teria problema nenhum. Mas tenho preocupação quando envolve menores de idade e a família que se coloca contra, então eu fico com receio e como lidar com essa situação por envolver problemas familiares e não ter informações específicas para isso, não saber lidar com esses conflitos.
- P2: Eu uso o nome social sim, ao conversar com eles, nos registros.
- P3: Quando é autorizado eu chamo pelo nome social. Quando não é eu pergunto ao aluno. Por exemplo, se ele quer que eu o chame pelo nome de registro ou se ele não quer que eu fale esse nome morto. Só registro a presença se ele não quiser que eu fale o nome.
- P4: Não tenho aluno diretamente
- P5: Se o aluno dá a liberdade de que isso seja tratado com a família, a escola procura chamar os pais, entender a situação, a realidade que eles estão vivendo, pra tentar acolher nesse sentido. Mas ainda é uma acolhida limitada.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula e no ambiente escolar quanto ao uso do nome social dos estudantes transgêneros, constatou-se que P1 e P4 declararam não possuírem estudantes nessa condição, enquanto P2 e P5 afirmaram utilizar o nome social dos estudantes, e P3 relatou que faz uso desse nome apenas quando há autorização formal para tal.

Dessa forma, observa-se que o uso do nome social no contexto escolar parece não se configura como dificuldade significativa para os professores entrevistados, desde que exista a autorização familiar. Quando essa autorização é inexistente, contudo, os docentes demonstram insegurança e desconhecimento sobre como proceder, o que evidencia uma limitação no acolhimento e na mediação dos conflitos. Nesses casos, as resistências familiares emergem como principal barreira, gerando dúvidas e constrangimentos. Ressalta-se, entretanto, o relato de P3, que afirmou dialogar diretamente com o estudante quando não há oficialização do nome social, buscando compreender como ele deseja ser chamado e respeitando sua vontade —

uma postura que demonstra sensibilidade e compromisso com o princípio do respeito à identidade de gênero.

A mudança da legislação brasileira em relação ao uso do nome social constitui um marco relevante para o desenvolvimento da sociedade, como observado no Quadro 1. O respeito ao nome social deve ser assegurado em todos os espaços sociais, conforme salientam Binotto *et al.* (2023). Entretanto, quando se trata de estudantes menores de idade, a legislação exige autorização dos pais ou responsáveis (Brito, 2023). Essa exigência, embora judicialmente necessária, frequentemente resulta em impasses éticos e práticos no ambiente escolar, pois muitos conflitos decorrem da falta de aceitação familiar, o que limita a atuação da escola na mediação de situações relatadas pelos próprios estudantes (Silva, 2021).

Diante desse contexto, o conhecimento da legislação torna-se essencial para os profissionais da educação, uma vez que possibilita atuação segura e embasada frente aos desafios cotidianos. Assim, é imprescindível que não apenas a equipe gestora, mas também professores, supervisores e demais servidores escolares, estejam informados sobre as normativas que asseguram os direitos dos estudantes trans. Somente dessa forma as ações inclusivas podem ser efetivadas em todo o espaço escolar.

A capacitação dos educadores e a orientação das famílias sobre identidade de gênero configuram-se, portanto, como medidas indispensáveis. A escola pode contribuir nesse processo por meio de reuniões, palestras e ações formativas que promovam o entendimento e o respeito à identidade de gênero dos filhos. No espaço escolar, torna-se fundamental que a identidade expressa pelos estudantes seja respeitada e legitimada. Todavia, nos casos que envolvem menores de idade, é necessário conciliar a vontade do estudante e a autorização familiar, conforme indicam Moura e Zibetti (2024), de modo a garantir tanto a proteção legal quanto o acolhimento emocional.

Vale destacar que estudantes menores de idade são legalmente reconhecidos como sujeitos em condição de vulnerabilidade, o que reforça a obrigatoriedade da autorização dos responsáveis para o uso formal ou informal do nome social. No entanto, muitas famílias recusam-se a conceder essa autorização por não aceitarem a identidade de gênero dos filhos, o que dificulta o reconhecimento social e compromete o acolhimento desses estudantes no espaço escolar (Araújo, 2021).

Diante dessa realidade, emerge uma questão essencial: como a escola pode atuar diante desse impasse? Ainda que a solução não seja simples, cabe à instituição escolar assumir o compromisso ético e pedagógico de garantir um ambiente acolhedor e seguro para todos os estudantes. Isso implica promover debates, formações e reflexões permanentes entre professores, gestores, estudantes e família, de modo a construir coletivamente uma escola mais inclusiva, democrática e humanizada.

Em relação aos desafios e dificuldades para a inclusão dos estudantes trans no processo pedagógico, os professores apresentaram percepções diversas:

P1: Os desafios de inclusão no processo pedagógico estão ligados a não deixar com que esse aluno desista da escola, não desista de frequentar os lugares, dele entender que o conhecimento é de todos. Então, o processo pedagógico é para ele e para todos.

P2: Sim, existem muitos desafios e dificuldades para incluir nossos estudantes nesse processo pedagógico. Tem a questão do próprio acolhimento, tanto da equipe docente, quanto dos colegas de turma deles. A gente ainda precisa promover muitos diálogos para abordar o tema dentro das escolas. Ter uma comunicação com a família, essa parceria com a família. Então a gente ainda tem muitos desafios para criar um ambiente favorável a inclusão e que todos possam se sentir valorizados.

P3: Sim. Eu acho que é uma dificuldade para eles mesmos entenderem, é uma fase difícil, e que talvez muitos ainda estão construindo essa identidade, então você tem alguns estudantes que querem ser chamados pelo nome social e depois desistem, então é difícil para eles e para nós, além do fato de serem menores de idade.

P4: Eu acho que o uso do banheiro aos olhos do Estado e de outras frentes governamentais como eles são menores de idade são questões...quando chega a prova do governo com o nome morto dele, ele faz questão de frisar que aquele não é o nome dele, então eu acho que o banheiro e o nome ainda se apresenta como impedimentos.

P5: Sim. Existem desafios. Acho que é muito difícil, não estamos preparados nem para acolher e nem para lidar, não tivemos informações sobre isso.

De modo geral, os desafios relatados envolvem a manutenção da permanência escolar, as dificuldades de comunicação entre professores, estudantes e famílias, e a ausência de preparo docente para lidar com questões de identidade de gênero. As falas evidenciam, ainda, situações de preconceito e discriminação, especialmente no uso de espaços comuns, como banheiros, e no tratamento social dentro da escola.

A análise dos relatos permite constatar que os entrevistados identificam a aceitação da identidade de gênero como um dos principais obstáculos a inclusão, além da evasão escolar, frequentemente motivada por experiências de discriminação.

Outro aspecto relevante diz respeito à resistência familiar, que impede muitos estudantes de expressarem plenamente sua identidade de gênero. Essa resistência, associada à falta de diálogo, compromete tanto o processo formativo dos estudantes quanto a atuação pedagógica dos professores. Tais dificuldades repercutem diretamente na efetivação de práticas educativas voltadas ao respeito e à equidade, conforme salientam Oliveira Júnior e Maio (2016).

Observa-se, portanto, que a escola ainda enfrenta diversos desafios na consolidação de um ambiente verdadeiramente acolhedor para estudantes trans. Embora existam iniciativas pontuais de inclusão, os entraves relacionados à aceitação social e familiar persistem. Bastos (2023) reforça que essas dificuldades estão associadas à falta de reconhecimento da identidade de gênero por parte da comunidade escolar e familiar, o que gera conflitos sociais e psicológicos. Nesse sentido, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2024) recomenda a realização de reuniões com pais, responsáveis e comunidade escolar, com o objetivo de promover o diálogo e fomentar o debate sobre diversidade de gênero e orientação sexual.

Questionados sobre a existência de resistência por parte de outros professores ou da comunidade escolar, os participantes responderam também apresentaram percepções distintas:

P1: Sim, sempre tem alguma resistência de outros professores e da comunidade como um todo, porque é um assunto que muitos desconhecem e acho que normalmente as pessoas se sentem assustadas quando desconhecem alguma coisa. Mas a partir do momento que convive eu acho que a tendência é de melhorar.

P2: Sim, percebo muitas resistências dos professores e da comunidade escolar. E a resistência acontece de muitas formas, pela própria falta de reconhecimento do nome social, alguns professores não aceitam chamá-los pelo nome social, a própria discriminação, tanto pelos professores e comunidade escolar como um todo. Questão de violência física que ainda é percebida nas relações dentro das escolas. As questões psicológicas que muitos vêm sofrendo devido a essa resistência das pessoas, resultando na evasão dos estudantes da escola.

P3: Na escola que estou hoje, resistência pelos estudantes não, mas pelos professores sim. Alguns professores não veem com bons olhos.

P4: Que eu tenha visto, não.

P5: Sim, de ambos os lados. Tanto a família, quanto as outras pessoas. E a gente também, como profissional, muitas vezes acaba colocando essa dificuldade.

Constatou-se, assim, que apenas P4 afirmou não ter presenciado resistência. Os demais relataram preconceitos e discriminações, especialmente entre docentes e membros da comunidade, o que prejudica o processo de acolhimento e inclusão dos estudantes trans. Nota-se, ainda, que, para muitos entrevistados, o entendimento de acolhimento se restringe ao uso do nome social, revelando uma concepção limitada desse princípio.

Diante desse cenário, torna-se urgente promover debates e formações continuadas sobre diversidade de gênero no ambiente escolar, conforme destaca Andrade (2012), é essencial compreender que a identidade de gênero não se trata de uma escolha individual, mas de uma condição inerente à pessoa. A abertura do diálogo sobre o tema contribui para mudanças de comportamento e fortalecimento do respeito e da convivência harmoniosa, como defendem Alves, Azevedo e Silva (2018).

Questionados sobre as ações que poderiam ser implementadas para tornar o ambiente mais inclusivo para estudantes trans, os professores destacaram medidas diversificadas:

P1: Situações de acolhimento, de escuta, de palestra de formação, tanto para os estudantes, quanto para os professores.

P2: Acredito que seria mesmo esse ambiente de acolhimento. Talvez canais de denúncias onde as pessoas podem ser responsabilizadas pelos atos que realizam, sejam eles psicológicos e físicos. A questão da conscientização com a promoção de momentos em que ocorressem discussões sobre o assunto e para que houvesse o empoderamento por parte destes estudantes. Então acredito que a comunidade escolar no geral, ela se conscientizando a respeito da identidade de gênero, acabaria criando um ambiente escolar mais seguro e acolhedor para os nossos estudantes.

P3: Eu acho que a discussão mais ampla desse tema com os estudantes e uma conversa com os pais, responsáveis sobre a identidade deles.

P4: Campanhas, regras específicas. Querendo ou não vivemos em uma comunidade muito transfóbica, então os comentários que na visão dos meninos, não são nada de mais, mas pode tocar em algum ponto sensível daquele aluno ou aluna. Eu acho que tudo pode estar nas campanhas de conscientização. Também existem várias séries, vários conteúdos que abordam o tema de forma mais natural, apesar de ser um tabu, principalmente na escola. Então reforço as sugestões de campanhas e projetos, o mês da diversidade passou, poderia ter sido feito alguma coisa a mais, acho que realmente exercer o nosso trabalho que é formar pensamentos e opiniões.

P5: Em primeiro lugar, no sentido da acolhida. Eu acho que ter um psicólogo na escola também seria muito interessante. A presença de alguém que pudesse acolher, e, ao mesmo tempo, cuidar da profissão mesmo. Até pra preparar a gente como profissional, como professor também.

De modo geral, as ações sugeridas convergem para a promoção do acolhimento e da conscientização coletiva, envolvendo tanto os profissionais quanto os estudantes. O acolhimento deve ser compreendido como responsabilidade compartilhada por toda a comunidade escolar, articulando práticas de escuta, comunicação e inclusão.

A proposta de P5, relativa à presença de psicólogos na escola, merece destaque, pois remete à importância da atuação interdisciplinar no enfrentamento das desigualdades. O psicólogo escolar, ao atuar junto aos professores e familiares, pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias formativas que favoreçam o processo de inclusão e a permanência dos estudantes trans. Contudo, conforme defendem Alvez, Silva e Moreira (2016), a efetividade dessa parceria depende da criação de projetos colaborativos que envolvam professores, estudantes e comunidade escolar na construção de uma cultura de respeito, equidade e pertencimento.

No Brasil, a Lei nº 13.935/2019 estabelece a presença de profissionais de Psicologia e Serviço Social na rede pública de educação básica, com o objetivo de compor equipes multiprofissionais de apoio aos estudantes e à comunidade escolar (Brasil, 2019). A partir dessa legislação, os estados organizaram-se para sua implementação. Em Minas Gerais, a regulamentação ocorre por meio da Resolução SEE nº 4.701/2022, que dispõe sobre a atuação dos profissionais de Psicologia e Serviço Social na rede estadual de ensino.

Essa normativa define, entre outras atribuições do psicólogo, a responsabilidade de:

propor e desenvolver atividades coletivas para os demais profissionais da escola, relacionadas às fases do desenvolvimento humano, socioemocional, aprendizagem, relações interpessoais que permeiam o processo educativo, dimensão subjetiva das experiências educacionais entre outros temas, de acordo com a necessidade da escola e da política educacional (Minas Gerais, 2022).

Ao se considerar o acolhimento a estudantes trans, tais atribuições adquirem especial relevância, uma vez que a vivência dessas pessoas transcende o âmbito individual, inserindo-se em um contexto relacional frequentemente marcado por conflitos, preconceitos e exclusões. Nessa perspectiva, o trabalho do psicólogo não

se restringe ao suporte direto ao estudante, mas se estende à mediação com professores, gestores, famílias e demais profissionais da escola, promovendo processos de conscientização, formação continuada e prevenção de conflitos. Assim, ao propor atividades coletivas que abordem identidade de gênero, diversidade e respeito às diferenças, o psicólogo contribui para a desconstrução de estigmas e para a formação de vínculos mais saudáveis na comunidade escolar.

As escolas públicas estaduais contam, atualmente, com equipes formadas por psicólogos e assistentes sociais. Contudo, o atendimento ainda se mostra insuficiente diante da demanda existente, uma vez que o número de profissionais por escola é limitado. Embora a função desses profissionais inclua o fomento de projetos em parceria com os demais servidores da instituição, observa-se que, na prática, sua atuação ainda se restringe, em muitos casos, à identificação e encaminhamento de estudantes para atendimento individual. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de reuniões de alinhamento e planejamento coletivo, de modo a definir estratégias de atuação conjunta entre os profissionais da educação e da área psicossocial, potencializando ações voltadas ao acolhimento e atendimento das especificidades dos estudantes trans.

As respostas dos entrevistados reforçam a urgência da formação continuada dos profissionais da educação, a fim de que estejam preparados para acolher e atender de maneira adequada os estudantes transgêneros. Torna-se indispensável promover cursos, palestras e oficinas formativas que ampliem a compreensão sobre identidade de gênero, diversidade e direitos humanos, fomentando a conscientização e o respeito à diferença entre toda a comunidade escolar (Alvez; Silva; Moreira, 2016).

A relevância das ações implementadas nas escolas — como atividades em grupo, projetos interdisciplinares, rodas de conversa e debates temáticos — reside em seu potencial de favorecer a convivência social harmoniosa, promover o respeito mútuo e ampliar as oportunidades de expressão e participação dos estudantes (Amorim; Bracalenoni, 2019). Essas práticas também contribuem para o esclarecimento de conceitos, disseminação de informações e desenvolvimento de atitudes inclusivas por meio de reuniões, palestras e projetos colaborativos interdisciplinares.

Entretanto, tais conquistas não se consolidam facilmente, visto que as questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero ainda são tratadas como tabus na sociedade brasileira, refletindo-se diretamente nas escolas. Na instituição analisada,

identificou-se que, entre as ações desenvolvidas, predomina o sistema de escuta realizado por professores e pela equipe gestora. Todavia, essas práticas ainda se configuram como iniciativas pontuais e superficiais, justificadas pelos próprios profissionais em razão das dificuldades de mediação com as famílias, que nem sempre se mostram dispostas a dialogar sobre o tema.

Nesse sentido, revela-se fundamental a implementação de ações mais estruturadas e permanentes, tais como palestras, seminários, debates e atividades integradas com o Núcleo de Apoio Educacional (NAE), em parceria com profissionais da saúde do município, estudantes e professores de Psicologia das instituições de ensino superior locais. A realização de feiras temáticas, mostras culturais e campanhas educativas também pode fortalecer as ações de acolhimento e promover uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade e na equidade.

Na última parte do roteiro de entrevistas, os professores do Ensino Médio Regular foram convidados a acrescentar comentários adicionais. Apenas P1 apresentou considerações, destacando as dificuldades de atuação profissional diante de situações de conflito envolvendo estudantes trans e suas famílias:

P1: Ainda é um assunto que para mim pessoalmente é tranquilo na minha vida pessoal. Mas na minha vida profissional eu ainda fico com muitas dúvidas no agir, porque envolve outras pessoas, outros atores sociais, então um aluno te questiona se isso pode pra um, mas não pode para outros, ou porque que pode a situação ainda tão falada do banheiro, então ainda tem gente que fala “não tenho nada contra, mas não quero encontrar trans no meu banheiro”. Então a família que fala “ah, tá sendo influenciado por outras pessoas, eu não aceito”. Então isso dentro da escola ainda estou achando difícil de lidar. Você extrapolar sua parte profissional, enquanto professor dentro de um ambiente que talvez não me diz respeito. Até onde é esse limite? Estabelecer um limite meu como pessoa e o limite até onde a professora deve ir. Isso ainda estou achando difícil.

O depoimento de P1 evidencia a complexidade das situações enfrentadas no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à mediação entre o direito à identidade de gênero e as resistências familiares ou institucionais. Tais entraves refletem o desconforto e as incertezas vivenciadas pelos professores diante da falta de parâmetros claros sobre até onde podem intervir e qual o limite de sua atuação pedagógica.

É importante compreender que as questões relativas à sexualidade e à identidade de gênero não normativa ainda provocam estranhamento e resistência em

muitos segmentos sociais. Famílias de orientação mais conservadora, em especial, tendem a enfrentar dificuldades em aceitar os filhos trans, por se manterem presas a modelos idealizados de masculinidade e feminilidade. Como observa Passos (2019), o nascimento de uma criança geralmente desperta expectativas simbólicas e culturais vinculadas à cisheteronormatividade, e a descoberta de que o filho ou filha não corresponde a essas expectativas pode gerar um processo de luto, que demanda tempo, acolhimento e escuta tanto da família quanto da escola e do próprio estudante.

Portanto, mesmo que os professores entrevistados considerem o ambiente escolar propício à convivência com estudantes trans, ainda se identificam desafios significativos no enfrentamento das resistências familiares e das limitações estruturais da instituição. A consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva requer, assim, ações contínuas e articuladas entre educadores, gestores, famílias e comunidade, com vistas à garantia dos direitos, à valorização da diversidade e à promoção de relações pautadas no respeito e na equidade.

Assim, com o intuito de aprofundar a compreensão sobre a realidade investigada e alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, também foram realizadas entrevistas com outros segmentos da comunidade escolar da instituição em estudo. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos a partir das entrevistas com a equipe de direção escolar.

3.5.2 Entrevista realizada com a direção escolar

Foram realizadas entrevistas com a equipe de gestão escolar, composta pela diretora e pela vice-diretora da escola pesquisada, aqui identificadas pelas siglas D e VD, a fim de preservar o anonimato de suas identidades. Assim como o roteiro de entrevistas aplicado aos professores, este também foi dividido em seções. Na primeira delas, buscou-se traçar o perfil profissional das participantes, com informações referentes ao tempo de atuação tanto na área educacional quanto na escola em estudo.

Os resultados obtidos apontam que D iniciou sua trajetória na área educacional em 2005, atua na escola desde 2016, possui formação acadêmica em Física e ocupa o cargo de direção desde 2017. Já VD iniciou na área educacional em 1995 e atua na escola desde 2019, ano em que assumiu o cargo de vice-diretora. Assim, D possui 20

anos de carreira no setor educacional, sendo nove na escola lócus da pesquisa, enquanto VD apresenta 30 anos de carreira, dos quais seis são dedicados à instituição pesquisada.

A segunda seção da entrevista buscou compreender a formação e o preparo profissional da gestão escolar diante da temática abordada. Questionou-se: “Você já recebeu alguma formação sobre diversidade de gênero e inclusão de pessoas transgêneras na escola?”. Ambas as entrevistadas responderam negativamente, tendo VD acrescentado que “ainda não veio esse curso, acredito que esteja a caminho”.

O relato de VD indica que a entrevistada espera uma iniciativa da SEE/MG nesse sentido. Contudo, é importante refletir que essa formação poderia ocorrer também por outros meios, considerando a escola como espaço potencial de formação continuada para toda a equipe, utilizando materiais gratuitos disponibilizados por grupos de pesquisa, vídeos e palestras disponíveis em plataformas digitais, além de leituras de produções acadêmicas de acesso aberto. Tais atividades podem ser desenvolvidas pelos próprios profissionais, utilizando o momento do Módulo II como espaço formativo, promovendo debates e reflexões sobre o tema e apresentando textos que contribuam para o esclarecimento coletivo, sem depender exclusivamente da oferta de cursos governamentais.

Ao serem questionadas se consideravam útil a realização de formações sobre o tema, ambas as entrevistadas afirmaram que sim. Essa concordância evidencia a ausência de preparo formal para o acolhimento de estudantes transgêneros, indicando que as ações desenvolvidas na escola se baseiam, predominantemente, na experiência pessoal e na vivência cotidiana dos profissionais. Assim, observa-se que o acolhimento parte de saberes empíricos construídos ao longo das trajetórias profissionais. No entanto, os estudantes também chegam à escola trazendo suas próprias experiências, demandas e direitos, os quais precisam ser reconhecidos e considerados no processo educativo.

Nesse contexto, a formação continuada revela-se essencial para garantir o atendimento adequado a essas demandas. Para Dias (2023), a formação dos profissionais sobre diversidade de gênero constitui uma oportunidade de ampliação de conhecimentos e de promoção de estratégias e ações voltadas ao acolhimento consciente e responsável dos estudantes fragilizados ou receosos quanto à sua identidade de gênero.

Dando continuidade à investigação, a terceira seção da entrevista abordou as percepções da gestão sobre a inclusão de estudantes transgêneros. Questionou-se como as participantes percebem o ambiente escolar para esses estudantes e se acreditam que eles se sentem acolhidos. As respostas foram:

D: Aqui a gente tenta fazer o máximo para eles tentarem se sentir bem, confortáveis e acolhidos, principalmente. A gente chama, conversa, orienta, explica. E quando você vai conversar, eles têm conhecimento de tudo, porque eles já pesquisaram. Eles já se interagiram do assunto, eles já sabem de tudo. Então, a gente tenta... como teve uma estudante que se sentiu desconfortável de usar o banheiro, a gente deixou usar o banheiro aqui da secretaria. Então tentamos adequar o que é possível dentro da nossa realidade, do que estamos preparados para eles se sentirem acolhidos.

VD: Aqui na escola sim. O acolhimento aqui é diferente de muitos lugares. Eu acho que aqui eles não teriam nenhum tipo de problema entre os estudantes. A forma do professor que é uma coisa mais difícil...família..., mas eu acho que esse tipo de coisa nós não vamos receber aqui na escola regular. Eu acho que isso é mais no noturno, na EJA, a gente não vê muitos transgêneros no ensino matutino como a gente enxerga no turno da noite. Aqui eu tenho um aluno trans na sala, mas se não é ele para anunciar a gente não fica sabendo. Mas a mãe, por exemplo, não concorda. Ela já falou várias vezes que não aceita, então assim, entre eles lá, os estudantes é tranquilo. Mas se a mãe ficar sabendo que a gente o chama pelo nome que ele escolheu ela não vai gostar.

A partir desses relatos, verifica-se que os profissionais buscam compreender e acolher os estudantes transgêneros, embora reconheçam a existência de resistências por parte de alguns docentes e, principalmente, das famílias. Nota-se também que os estudantes demonstram abertura à convivência e diálogo entre si, favorecendo o acolhimento mútuo e o apoio da direção.

A menção de D ao uso do banheiro da secretaria configura-se como uma ação que, embora bem-intencionada, reflete um entendimento limitado sobre as necessidades dos estudantes trans. Esses estudantes não buscam a criação de espaços exclusivos, mas o respeito ao direito de utilizar os mesmos espaços que os demais. Assim, torna-se imprescindível que as ações voltadas ao acolhimento sejam refletidas e planejadas com cuidado, evitando que medidas aparentemente positivas reforcem, de forma involuntária, práticas de exclusão.

Nesse sentido, o acolhimento escolar revela-se um elemento central no processo de inclusão (Jesus, 2012), uma vez que o ambiente escolar desempenha papel decisivo na socialização dos estudantes e na construção de sua cidadania.

Complementarmente, Martins (2021) destaca que a escola, enquanto instituição social, tem a responsabilidade de formar sujeitos críticos, participativos e conscientes da diversidade que compõe a sociedade contemporânea.

Sob essa perspectiva, emergem desafios práticos que demandam soluções urgentes, como o uso do banheiro por estudantes trans. Permitir que utilizem o banheiro destinado aos funcionários, ainda que configure uma alternativa imediata, suscita questionamentos: trata-se, de fato, de uma medida de acolhimento ou de uma solução provisória que ameniza o problema sem enfrentá-lo em sua origem excludente?

Tais reflexões evidenciam que a adoção de medidas paliativas pode não atender plenamente às demandas de reconhecimento e pertencimento desses estudantes. Mais do que evitar conflitos, é necessário promover ações que combatam práticas discriminatórias e preconceituosas, inaceitáveis em um espaço de formação cultural, intelectual, social e política. Dessa forma, a construção de um ambiente escolar inclusivo exige não apenas soluções imediatistas, mas políticas e práticas pedagógicas comprometidas com o respeito à diversidade e à dignidade humana.

Em seguida, diante do questionamento “Você já presenciou ou soube de situações de preconceito ou discriminação contra estudantes transgêneros?”, os dados coletados revelaram que:

D: Aqui no ambiente escolar, eu não presenciei. Eu vejo o contrário, vejo os colegas acolherem muito bem. Eu percebo, que eles tentam entender, conversam, percebo o acolhimento muito grande, tanto quanto o aluno trans, quanto o aluno especial, a gente observa que eles acolhem bem.

VD: Aqui não.

Em relação às manifestações de preconceito e discriminação, constatou-se que, na instituição em estudo, as integrantes da equipe gestora afirmaram não haver registro de situações dessa natureza. Esse dado pode ser interpretado como um aspecto positivo, indicando um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso para os estudantes transgêneros matriculados.

Nesse sentido, o acolhimento e a sensação de segurança assumem papel central na vivência escolar desses estudantes. Quando eles se sentem seguros para se expressar e comunicar, a liberdade e o bem-estar no ambiente em que estão inseridos repercutem positivamente em seu desempenho escolar (Martins, 2021).

Ainda que segurança, comunicação e liberdade não sejam os únicos fatores determinantes para o êxito no processo de ensino e aprendizagem, tais aspectos merecem destaque, pois a motivação para a continuidade da trajetória escolar está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento e acolhimento no espaço educacional.

Dando continuidade à análise, questionou-se a existência de diretrizes específicas para o acolhimento dos estudantes transgêneros. A resposta foram as seguintes:

D: Não. O nosso regimento, PPP fala o que a gente tem é os direitos humanos, a Legislação dos Direitos Humanos, o respeito a todas as diferenças, mas não tem nada específico. A gente tem que trabalhar dentro dos direitos humanos, porque a legislação é para todos os tipos de diferenças que temos que lidar, mas específico para os trans, não.
VD: Específicas, não.

Conforme observado, as entrevistadas relataram a inexistência de diretrizes específicas voltadas ao acolhimento dos estudantes transgêneros na escola pesquisada.

Contudo, Passos (2019) ressalta que a luta LGBTQIA+ não é recente e que os avanços conquistados representam importantes vitórias históricas. Ainda assim, o progresso nessa área ocorre de forma lenta, devido à persistência da discriminação e do preconceito, frequentemente sustentados por mentalidades tradicionais e conservadoras que impõem barreiras à efetiva compreensão e respeito aos direitos relacionados à identidade de gênero.

Nesse cenário, o compromisso com os direitos humanos emerge como importante norteador das práticas escolares. Ao afirmarem que o PPP e o Regimento Escolar seguem as diretrizes dos direitos humanos, as entrevistadas indicam esses documentos como instrumentos que respaldam o direito e o reconhecimento de todos os indivíduos, servindo de base para o acolhimento e o atendimento às suas necessidades. Contudo, é fundamental que esses documentos sejam reformulados, de modo a oferecer à comunidade escolar diretrizes claras e específicas sobre como proceder em situações relacionadas à diversidade de gênero e outras formas de diferença.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade entre todos os cidadãos, o que implica, no contexto escolar, o dever de reconhecer, atender e acolher todos os estudantes de maneira igualitária, garantindo-lhes um ambiente em que se

sintam pertencentes, com direito à fala, à expressão e ao desenvolvimento pleno de suas habilidades e potencialidades.

No que se refere ao uso do nome social, observa-se que o Brasil dispõe de legislações específicas que asseguram esse direito a cidadãos maiores de idade, emancipados ou, no caso de menores, mediante autorização formal dos responsáveis. Diante disso, buscou-se compreender como essas normativas vêm sendo aplicadas na prática escolar. Sobre esse aspecto, a equipe gestora relatou:

D: Sendo maior de idade, 18 anos, ele tem que trazer o registro, para que possamos mudar no sistema e no histórico, sendo exigido o registro do nome social. Mas se o aluno for menor de idade, ele também pode ter o registro, se os pais forem lá para autorizar, e, também é mudado o nome do aluno para o nome social se ele for emancipado, com a idade de 16 anos.

VD: Ainda não aconteceu a entrada de nenhum aluno trans com nome social na secretaria.

As declarações evidenciam que a aplicação das normativas referentes ao uso do nome social ainda não foi vivenciada na escola pesquisada, embora a equipe gestora demonstre conhecimento sobre os procedimentos legais a serem adotados. Tal constatação reforça a importância da formação continuada e da revisão das práticas institucionais, de modo que a efetivação dos direitos das pessoas trans seja compreendida não apenas como um dever administrativo, mas como um compromisso ético e pedagógico da escola.

Passos (2019) comenta que os avanços relacionados aos direitos dos cidadãos são fundamentais para garantir a proteção e a liberdade dos indivíduos, favorecendo o reconhecimento da identidade de gênero como forma legítima de expressão e como instrumento de atenção às necessidades das pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento.

Corroborando essa perspectiva, Silva (2021) esclarece que as instituições escolares precisam acompanhar as transformações sociais e manter-se atualizadas quanto às legislações, normas e diretrizes que estabelecem os direitos e deveres de todos os cidadãos, assegurando a proteção, a segurança e o respeito aos estudantes em conformidade com o ordenamento jurídico do Estado Democrático.

Durante a entrevista, foi ainda levantada a questão sobre a existência de capacitações e treinamentos voltados à diversidade de gênero. As respostas foram as seguintes:

D: Não.

VD: Eu não sei, tem muita capacitação de inclusão, mas para a diversidade de gênero específico eu acho que não.

Como se observa, as entrevistadas afirmaram inexistirem capacitações ou treinamentos voltados à temática da diversidade de gênero para o corpo docente e demais profissionais da escola. Ressalta-se que a presença de estudantes trans na instituição é recente e que o tema ainda se configura como um tabu para parte da sociedade.

Embora os limites desta pesquisa não permitam identificar as razões para a ausência dessas formações, destaca-se a importância de que a escola busque promover capacitações específicas sobre o tema. Essa lacuna suscita preocupações no que se refere ao acolhimento e ao atendimento dos estudantes transgêneros, visto que os professores mantêm contato direto com eles e frequentemente são procurados como fonte de apoio diante das dificuldades decorrentes do preconceito e, em muitos casos, da falta de aceitação familiar (Silva, 2021).

Nessa mesma direção, Silva e Oliveira (2023) reforçam que os profissionais da educação precisam estar preparados para lidar com a diversidade presente no ambiente escolar. Reconhecer essa diversidade é fundamental para que possam orientar, acolher e oferecer aos estudantes um espaço seguro para se desenvolver e conviver em sociedade.

Ao serem questionadas sobre as principais dificuldades institucionais para garantir um ambiente seguro e acolhedor aos estudantes transgêneros, as entrevistadas relataram:

D: As dificuldades que eu percebo é estar junto com a família. Quando a gente tem o entendimento da família, até a família entender, conseguir entender, e às vezes até aceitar. Porque às vezes a família entende, mas não aceita. Aí a gente já tem uma forma melhor de lidar, então depende muito da convivência família, do que eles trazem da família. A dificuldade que eu vejo maior é a família. Com eles a gente apoia, escuta, eles relatam coisas. Eu vejo que às vezes tem muita confiança em relatar para a escola, e quando você vai tentar de uma forma muito delicada também passar isso para a família, que às vezes o primeiro momento acontece de a escola estar passando para a família essa situação. Que eles se sentem acolhidos, confortáveis de falar isso na escola. E as famílias, às vezes não tem conhecimento, não quer enxergar ou às vezes... é difícil, às vezes a família tenta chegar. Enfim, a maior dificuldade é a família.

VD: A falta de leis e orientações específicas, se acontecer algo, precisamos comunicar a SRE, se eles não souberem, buscam orientação na SEE.

Os relatos evidenciam dois pontos críticos: a resistência familiar e a ausência de orientações e normativas específicas sobre o atendimento a estudantes transgêneros. Destaca-se que os estudantes demonstram confiança e apoio no acolhimento oferecido pela escola, enquanto, nas relações familiares, as dificuldades são mais expressivas. A não aceitação da identidade de gênero por parte das famílias gera situações em que a escola se vê simultaneamente na posição de defender os direitos dos estudantes e de respeitar as posturas familiares, configurando um cenário delicado e de difícil resolução.

Essa tensão reflete não apenas a complexidade das relações escolares, mas também o papel fundamental da instituição educativa na promoção da equidade e na defesa inegociável dos direitos humanos, mesmo diante de contextos marcados pela intolerância e pela exclusão.

A carência de diretrizes claras, bem como de treinamentos e capacitações voltados aos profissionais da educação, revela uma demanda urgente. As escolas necessitam de apoio institucional e de políticas formativas consistentes para lidar com os desafios impostos pela diversidade de gênero, especialmente no que diz respeito à mediação entre os direitos dos estudantes e a resistência de suas famílias.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível retomar o papel social da escola como espaço de formação cidadã, cuja finalidade é promover o desenvolvimento de habilidades, capacidades e potencialidades que possibilitem uma atuação ativa e crítica na transformação social (Silva e Oliveira, 2023). Tal compromisso implica elaborar ações e estratégias voltadas à sensibilização e à conscientização de toda a comunidade escolar sobre os direitos e deveres de cada indivíduo, favorecendo a convivência harmoniosa e o reconhecimento da diversidade que compõe a sociedade.

Nessa mesma direção, a dificuldade observada na relação com as famílias de estudantes transgêneros revela não apenas a ausência de aceitação, mas também o receio diante dos preconceitos e discriminações ainda presentes na sociedade. Portanto, é indispensável que os profissionais da educação estejam preparados para orientar, atender e acolher não somente os estudantes, mas também suas famílias (Vinha *et al.*, 2016).

Para garantir o acolhimento dos estudantes trans e de suas famílias, a escola deve investir em formações, promover espaços de diálogo com a comunidade escolar e oferecer apoio psicossocial por meio de profissionais da área ou de parcerias externas. É igualmente necessário que o PPP contemple diretrizes claras de combate à discriminação e incentive práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, a escola reafirma seu papel como espaço de aprendizagem e de formação cidadã, comprometido com a equidade e o respeito à diversidade.

Dando sequência, a quarta seção da entrevista com os profissionais da direção escolar teve como finalidade investigar as dificuldades enfrentadas por eles no exercício de suas atividades relacionadas aos estudantes transgêneros. Quando questionadas se a escola enfrenta desafios ou resistências para garantir os direitos desses estudantes, as respostas foram as seguintes:

D: Resistência não. Jamais. Resistência a gente não tem. Pelo contrário, a gente preocupa muito deles se sentirem bem, confortáveis, acolhidos no ambiente em que eles estão. E a gente percebe assim, que quando eles sentem bem, eles são felizes. Eles conseguem aqui, ser o que realmente querem. Mas o desafio realmente é com a família. Às vezes também a falta de informação, que seria muito bom para os profissionais entenderem melhor, o que é permitido, o que não é, como lidar. Isso seria um desafio sim, para nós.

VD: No ambiente escolar não. Mas tudo que envolve família é mais difícil, elas são a principal resistência.

A partir dos relatos, observa-se que, para D, não há resistência no interior da escola, mas sim desafios relacionados à relação com as famílias, e não com os próprios estudantes, que, segundo ela, são acolhidos no ambiente escolar. Em consonância, VD identifica a resistência familiar como o principal obstáculo à garantia dos direitos desses sujeitos. Assim, os depoimentos indicam que, para as entrevistadas, “o desafio realmente é com a família” (D), uma vez que “tudo que envolve família é mais difícil, elas são a principal resistência” (VD).

Entretanto, conforme discutido anteriormente, também se observam conflitos internos na instituição, manifestados por meio de discriminações e julgamentos entre os próprios profissionais. Tais situações, embora independentes da influência familiar, precisam ser enfrentadas e mediadas pela equipe gestora. Além disso, destaca-se o relato de D, ao afirmar que “a falta de informação, que seria muito bom para os profissionais entenderem melhor, o que é permitido, o que não é, como lidar”, configura-se como outro ponto crítico. Assim, a resistência familiar, somada à

ausência de formação específica sobre a temática, constitui, segundo as entrevistadas, os principais desafios para a efetivação dos direitos dos estudantes transgêneros.

Moura e Zibetti (2023) defendem que a escola é uma instituição social com a função de contribuir para a formação integral dos estudantes e orientar as famílias frente às questões sociais contemporâneas. Contudo, desafios surgem no ambiente escolar em razão da convivência entre diferentes culturas, valores e visões de mundo, que devem ser reconhecidos e respeitados. Assim, a escola enfrenta a complexa tarefa de acolher e atender às necessidades dos estudantes, ao mesmo tempo em que lida com a resistência e a ausência de aceitação por parte de algumas famílias.

Sobre o posicionamento das famílias e da comunidade escolar em relação aos estudantes transgêneros, as entrevistadas declararam:

D: A família e o tempo. De início, às vezes a gente percebe uma dificuldade em entender e depois eles começam a fazer acompanhamento, a família também é chamada para ouvir e falar. Dessa maneira, começam a entender um pouco melhor, sempre falamos com eles: olha, independentemente de qualquer coisa é filho, continuamos amando para a vida inteira. Sempre colocamos dessa forma.

VD: A família sempre é o mais difícil.

De acordo com os relatos, a equipe gestora reconhece que o maior desafio está nas famílias. Os estudantes, segundo as entrevistadas, demonstram maior facilidade em compreender as questões relacionadas à identidade de gênero, possivelmente devido à maior discussão sobre o tema e à ampliação dos espaços de diálogo na sociedade contemporânea. As famílias, por sua vez, ainda apresentam resistências e dificuldades de aceitação, revelando um posicionamento muitas vezes contrário à identidade dos filhos, o que gera tensões e conflitos que nem sempre conduzem à compreensão mútua.

Contudo, não se pode atribuir exclusivamente às famílias a responsabilidade pelos desafios enfrentados pelos estudantes trans. A sociedade também exerce influência significativa, por meio de pressões sociais, do conflito interno entre afeto e preconceitos e da dificuldade em reconhecer e validar identidades de gênero que divergem dos valores culturais tradicionalmente predominantes. Nesse sentido, tanto o posicionamento familiar quanto o da comunidade escolar impactam diretamente a

função educativa da escola, que deve promover orientação e educação voltadas à valorização da diversidade.

Ainda que os estudantes sejam acolhidos, em maior ou menor grau, no ambiente escolar, frequentemente enfrentam dificuldades decorrentes da ausência de apoio ou de diálogo adequado no contexto familiar e social mais amplo. Esses conflitos, vivenciados em múltiplas esferas, podem impactar de forma significativa o desempenho escolar, sendo, em alguns casos, fatores associados à evasão (Moura e Zibetti, 2023).

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de estratégias institucionais de amparo, especialmente durante o período escolar, quando esses estudantes se encontram em maior situação de vulnerabilidade e demandam apoio e acolhimento por parte dos profissionais da educação. Tais estratégias devem buscar minimizar os efeitos das adversidades provenientes de contextos familiares e sociais que, muitas vezes, não reconhecem ou validam suas identidades de gênero (Saraiva; Silva, 2022).

Em continuidade, a quinta seção da entrevista corresponde às sugestões e possíveis soluções para os desafios enfrentados pela escola no acolhimento dos estudantes transgêneros. O objetivo dessa seção consistiu em investigar as ideias apresentadas pela equipe gestora para acolher e atender às necessidades desses estudantes. Ao serem questionadas sobre "Que tipo de formação ou capacitação você acredita que ajudaria os profissionais da escola a lidar melhor com essa realidade?", as entrevistadas responderam:

D: Eu acho que uma formação colocando o que a legislação ampara, o que é possível ser feito dentro da escola, de que forma que é possível. Mesmo tendo os conflitos familiares, de que forma que a gente pode acolher, a que ponto você pode chegar, o que você pode falar.

VD: Precisa de muita formação sobre diversidade. Para entender as leis, atingindo a escola inteira, dos serviços à secretaria, todo mundo teria que fazer a capacitação. Porque olha, quando for usar um banheiro que é muito difícil e tem menino que é resistente e pode não aceitar usar banheiro que fulano tiver, o que se faz?

Observa-se, nos relatos acima, que as entrevistadas enfatizaram a necessidade de formações relacionadas à legislação vigente sobre diversidade, especialmente quanto ao uso do nome social, às autorizações familiares e aos limites institucionais de atuação. Essas formações mostram-se essenciais para que os profissionais orientem os estudantes, as famílias e toda a comunidade escolar de

forma consciente e segura. Para Dias (2023), a formação dos profissionais da educação voltada ao atendimento de estudantes transgêneros e de suas famílias constitui um fator decisivo para o avanço da compreensão da diversidade, que se manifesta de forma cada vez mais expressiva na sociedade contemporânea. Entretanto, conforme destacam Cruz e Santos (2016), a aceitação familiar ainda representa um dos maiores obstáculos, sobretudo devido a princípios, crenças e receios diante de possíveis atos discriminatórios e preconceituosos, que muitas vezes se originam no próprio núcleo familiar.

Na sequência, questionou-se a equipe gestora sobre quais ações a escola poderia implementar para tornar o ambiente mais inclusivo aos estudantes transgêneros. As respostas foram as seguintes:

D: Continuar acolhendo, ouvindo, conversando com o responsável, com o familiar. Intermediando as situações, porque, às vezes, eles mesmo não conseguem colocar isso para a família. É uma ação que a gente faz e que a gente observa o resultado. Porque, às vezes, o pai ouvindo o menino, ele não dá muito crédito. Aí quando é uma supervisora, quando é uma professora, diretora. Outra ação, que acho importante é tentar uma formação, uma fala, assim, para os profissionais de uma forma geral para poder ter segurança, é uma situação delicada.

VD: Acho que rodas de conversa (depois que houver essa capacitação), para passar para os meninos e fazer um trabalho mesmo com eles, de diversidade mesmo, só assim para poder entrar na cabeça deles, apesar de que acho que eles são o que é menos difícil, mas tem que trabalhar com eles sim.

As ações apresentadas pelas entrevistadas evidenciam o acolhimento, a escuta e o diálogo, por meio de rodas de conversa, após a capacitação dos profissionais. Tais ações podem fortalecer a interlocução com as famílias — reconhecidas como o principal desafio — diante de valores e princípios que nem sempre se mostram abertos ao diálogo. A atuação dos profissionais da educação na formação dos estudantes é de grande responsabilidade; por isso, é fundamental que estejam devidamente capacitados e cientes de seus limites e possibilidades, de modo a discutir as questões relacionadas à diversidade e contribuir para a construção de uma cultura escolar pautada no respeito às diferenças. No entanto, não foram apresentadas propostas concretas de maior alcance, como palestras, projetos de envolvimento da comunidade escolar ou reuniões que possam gerar impactos mais expressivos no entendimento coletivo sobre o tema.

Nesse sentido, Martins, Soares e Vianna (2024) destacam que as vivências escolares de pessoas trans nem sempre se configuram como experiências positivas, especialmente em função da falta de preparo dos profissionais para lidar com as situações que lhes são apresentadas. Assim, a formação voltada a essa temática torna-se imprescindível para que os educadores possam desenvolver estratégias que contemplem tanto os estudantes quanto as famílias, que muitas vezes também vivenciam angústias diante da incompreensão acerca da identidade de gênero de seus filhos.

Após a entrevista realizada com a equipe gestora, observou-se que os principais fatores mencionados se relacionam às dificuldades, resistências e desafios decorrentes da não aceitação familiar quanto à identidade de gênero dos estudantes transgêneros. Contudo, a equipe não apresentou ações específicas voltadas às manifestações de resistência e preconceito identificadas entre os próprios profissionais da instituição, as quais foram destacadas pelos demais participantes durante as entrevistas.

A necessidade de formação continuada por meio de cursos, treinamentos e trocas de experiências, configurou-se como um ponto central nas falas das entrevistas. Essa necessidade evidencia que os profissionais ainda não se sentem plenamente seguros e preparados para mediar os conflitos existentes, sobretudo aqueles que envolvem o diálogo com as famílias, que, conforme os relatos, continuam se mostrando resistentes.

3.5.3 Entrevista realizada com a Supervisão Escolar

Com o propósito de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, a entrevista realizada com a supervisão escolar mostra-se relevante para compreender como esse setor acolhe e atende às necessidades dos estudantes transgêneros, evidenciando suas práticas e percepções. A entrevista foi estruturada em cinco seções, com a finalidade de esclarecer aspectos relacionados às atividades laborais da supervisão escolar. A identificação da pessoa entrevistada é representada pela letra “S”, de modo a preservar seu anonimato.

A primeira seção da entrevista buscou conhecer o perfil profissional, questionando o tempo de atuação na educação e na escola pesquisada. S atua no setor educacional desde 1982 e, na instituição em estudo, desde 2013.

Na sequência, a segunda seção abordou a formação e a preparação profissional, com o seguinte questionamento: “Você já recebeu alguma formação sobre diversidade de gênero e inclusão de pessoas transgêneras na escola?”. A resposta foi a seguinte:

Sim, recebi. Sobre diversidade religiosa e diversidade de modo geral, mas sobre gênero não. E essas capacitações ajudam muita gente. Eu não sabia, por exemplo, que posso mudar o nome do aluno se ele for menor com a autorização dos pais. E essa é a grande questão, ter a família a nosso favor. Porque é uma geração mais antiga, então eles têm muita resistência. Nosso aluno trans hoje foi depois de muita conversa com os pais que eles aceitaram o nome que se quer e a família autorizou a escola a mudar o nome dele. Não nos documentos oficiais, porque ele ainda não regularizou o nome social, mas entre a gente, nos documentos como provas, diários impressos etc., pode ser usado.

O relato de S evidencia que, embora possua formação anterior sobre diversidade, não teve acesso a capacitação específica acerca da diversidade de gênero. Essa constatação reflete a realidade da escola pesquisada, considerando-se o conjunto de participantes da pesquisa, que também relataram experiências semelhantes. Conforme discutido anteriormente, a luta pela garantia de direitos da comunidade LGBTQIA+ tem avançado de forma gradual, visto que a sociedade brasileira ainda expressa discriminações e preconceitos em relação às identidades de gênero. Mesmo diante de alguns progressos, os debates e orientações sobre diversidade de gênero ainda se mostram tímidos em muitos contextos educacionais. Questões como alteração de nome social e reconhecimento de identidade de gênero permanecem, em grande medida, como tabus (Marconi, 2021), o que reforça a necessidade de formações e orientações aos profissionais da educação para o acolhimento adequado de estudantes transgêneros e de suas famílias.

Em continuidade, a terceira seção da entrevista buscou compreender a percepção da supervisão escolar sobre a inclusão de estudantes transgêneros. O questionamento foi: “Como você percebe o ambiente escolar para estudantes transgêneros? Você acredita que eles se sentem acolhidos?”. S respondeu:

Eu acho que já foi muito pior. Hoje os professores, os estudantes, tem uma aceitação muito maior. Nunca chegou aqui para mim caso de bullying. Já o nosso outro aluno trans, os pais não aceitam o nome que ele escolheu, precisamos usar o nome morto. Eu tento trabalhar com os pais dele porque ele está muito angustiado na escola, eu acredito

que a mídia está contribuindo muito para isso, muitos filmes e séries mostrando as pessoas se realizando etc., eu falo muito para os meninos que tem que esperar também, o tempo dos pais. E os pais precisam entender os meninos. Então eu acredito que o papel fundamental que a escola tem nessa situação é favorecer esse diálogo entre os estudantes e os pais.

De acordo com S houve avanços significativos na aceitação dos estudantes transgêneros nas escolas, especialmente por parte dos professores e colegas. No entanto, persistem desafios quanto ao diálogo com as famílias, que frequentemente se mostram resistentes. Tal situação aponta para a necessidade de estratégias que favoreçam a comunicação entre escola, estudantes e familiares, assegurando a garantia de direitos e o bem-estar dos educandos.

Para Marconi (2021), a compreensão da condição de estudantes transgêneros está diretamente relacionada ao reconhecimento e à validação de suas identidades de gênero. Nesse sentido, a mediação exercida pelos profissionais escolares torna-se fundamental para aprimorar as relações entre família e estudante, promovendo o entendimento de que a resistência se manifesta de maneira persistente, os estudantes podem vivenciar sofrimento emocional, queda na autoestima, baixo desempenho acadêmico, isolamento social e, em casos mais graves, evasão escolar (Martins; Soares; Vianna, 2024).

Outro questionamento dirigido à entrevistada foi: “Quais as diretrizes da supervisão escolar para a inclusão de estudantes transgêneros?”. A resposta obtida foi:

Não existe. O que a gente mais faz é esse diálogo aluno e família. Na realidade, o que está pegando agora na escola é inclusão de estudantes com dificuldade de aprendizagem, é o que está mais consumindo nosso tempo de trabalho. Eu sei que no projeto de vida trabalha a diversidade, mas acho que de forma geral.

A ausência de diretrizes específicas para a inclusão de estudantes transgêneros, apontada pela entrevistada, confirma o que foi relatado pelos demais profissionais. Conforme Oliveira Júnior e Maio (2016), os educadores necessitam de orientações institucionais que sirvam de base para uma atuação mais dinâmica e profissionais precisam de embasamentos referentes a diretrizes para a uma atuação mais dinâmica e assertiva no acolhimento e na inclusão desses estudantes. Tais

diretrizes devem incluir, também, estratégias de apoio às famílias, de modo a promover o respeito e o reconhecimento das identidades de gênero.

Além disso, questionou-se: “Como é feita a orientação dos professores e funcionários para garantir um ambiente inclusivo?”:

Através das nossas reuniões, dos nossos debates. Por exemplo, o professor passa uma situação, a gente acolhe, tenta entender, trazer a solução. Nessa situação o que é realmente difícil é a relação deles com a família. E eles também precisam anunciar para nós, então ficamos muitas vezes sem ter o que fazer.

Segundo S, a instituição utiliza reuniões e debates como espaços para definir estratégias de acolhimento e atendimento aos estudantes, a partir de situações que surgem no cotidiano escolar. Contudo, devido à ausência de diretrizes institucionais claras, as ações são conduzidas com base na experiência e na empatia dos profissionais envolvidos. Convém destacar que as escolas têm autonomia para construir coletivamente suas próprias diretrizes, que podem ser incorporadas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e ao Regimento Escolar, favorecendo o planejamento e a implementação de práticas inclusivas.

Durante a pesquisa, também foi questionado à supervisão se há dificuldades na aplicação das políticas de inclusão. A resposta foi: “Não. É um caminho a percorrer. Não vejo dificuldades, mas poderia haver palestras, mas não seria de interesse da maioria dos pais”.

De acordo com a entrevistada, a aplicação das políticas de inclusão não enfrenta obstáculos diretos, mas há necessidade de capacitação docente e de ações voltadas às famílias, ainda que o tema nem sempre desperte seu interesse. Essa resistência ao diálogo compromete a efetividade das iniciativas de inclusão, resultando em prejuízos aos estudantes, que, muitas vezes, não se percebem amparados em suas demandas (Silva *et al.*, 2021). Tal lacuna de apoio familiar reforça a importância de estratégias institucionais de mediação e acolhimento capazes de assegurar não apenas a orientação adequada, mas também o desenvolvimento emocional, social e acadêmico dos estudantes transgêneros.

Por fim, ao ser questionado se a supervisão escolar recebe queixas ou sugestões sobre o tema, a resposta foi negativa. Esse dado, que à primeira vista pode sugerir inexistência de conflitos, também revela outras possibilidades, como a falta de diretrizes claras que orientem os profissionais no acolhimento e atendimento desses

estudantes, ou ainda, a dificuldade dos próprios profissionais em lidar com a temática. Assim, observa-se que, muitas vezes, o acolhimento de estudantes trans baseia-se apenas nas experiências e sensibilidades individuais dos profissionais. Tal constatação evidencia a necessidade de que a escola inclua a discussão sobre diversidade de gênero e acolhimento de estudantes transgêneros como eixo central de suas ações pedagógicas, formativas e de gestão escolar.

Sobre o questionamento “Você já presenciou ou soube de situações de preconceito ou discriminação contra esses estudantes?”, a entrevistada respondeu:

Não. Nunca soube de nada. Nem dos estudantes com alguma deficiência. Hoje os estudantes são muito abertos, eles têm muita informação. E não acho que isso acontece na escola particular, lá eles são mais críticos. Na escola pública eles têm um senso enorme de coletividade, tem mais empatia.

Conforme o relato da entrevistada, os dados indicam que ela nunca presenciou nem teve conhecimento de situações de preconceito ou discriminação contra estudantes trans. Na visão da profissional de supervisão, os estudantes se mostram abertos ao diálogo e possuem ampla informação sobre o tema. Contudo, as entrevistas realizadas com os docentes apontam que já ocorreram situações de preconceito e até mesmo de assédio na escola pesquisada. Essa divergência sugere que algumas situações podem ocorrer de forma velada, sem chegar ao conhecimento dos profissionais, enquanto outras podem ser resolvidas em sala de aula pelos próprios professores, sem a necessidade de intervenção imediata da supervisão.

Dessa forma, evidencia-se a função mediadora exercida tanto pelos professores quanto pelos supervisores na promoção de valores como respeito e empatia. Por meio dessa mediação, busca-se não apenas orientar os estudantes sobre comportamentos adequados, mas também fomentar a reflexão crítica acerca de suas próprias ações, consolidando práticas educativas que contribuam para a construção de um ambiente escolar inclusivo e sensível às questões de diversidade de gênero.

De acordo com Silva (2021), o papel do(a) supervisor(a) escolar é de suma relevância na mediação entre família, estudante e escola, pois o contato direto com docentes e estudantes permite compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores na interlocução com as famílias. Nesse processo o(a) supervisor(a) mobiliza seus conhecimentos para propiciar o entendimento de situações complexas,

buscando minimizar impactos negativos no desempenho acadêmico e no desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

Neste mesmo sentido, Silva e Oliveira (2023) destacam que as adversidades presentes no ambiente escolar precisam ser cuidadosamente observadas, de modo a subsidiar a construção de estratégias que reduzam conflitos e superem obstáculos capazes de comprometer o bem-estar emocional e o desempenho dos estudantes.

Complementarmente, Jesus (2012) enfatiza que o cuidado com o aspecto emocional dos discentes, especialmente diante da pressão decorrente dos conflitos, deve constituir uma responsabilidade dos profissionais da educação. Esses profissionais devem atuar como mediadores e ouvintes atentos, capazes de interpretar e responder adequadamente às manifestações de sentimentos dos estudantes, promovendo, assim, um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Dando continuidade à análise, questionou-se sobre a existência de articulação entre a escola e outras instituições para a garantia dos direitos dos estudantes transgêneros. A entrevistada declarou que “a instituição que temos articulação é o Conselho Tutelar, mas não chegou a precisar disso”.

A articulação entre a escola e o Conselho Tutelar é imprescindível para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A atuação conjunta desse órgão protetivo com os profissionais da educação possibilita um ambiente amparado às necessidades dos estudantes, alinhado aos objetivos e metas educacionais. Entretanto, conforme relatado, ainda não foi necessário acionar o Conselho Tutelar nas situações observadas de preconceito e discriminação em relação a estudantes trans. Nos limites desta pesquisa, não se esclarece o que a entrevistada entende como situações que demandariam o acionamento do Conselho Tutelar.

Destaca-se, contudo, a relevância do Conselho Tutelar como órgão protetivo da infância e da adolescência, que pode atuar por meio da realização de palestras voltadas aos alunos e à comunidade escolar, orientando sobre direitos e deveres relacionados às questões de gênero. Essa ação contribuiria com o fortalecimento das parcerias entre a escola e as instituições de proteção, favorecendo o bem-estar e o atendimento às necessidades dos estudantes (Martins, 2021).

Quanto à contribuição do setor de supervisão para a melhoria da inclusão desses estudantes na escola, a entrevistada afirmou:

Acho que é essa escuta, essa parceria com a família, mais que isso a gente não tem feito não. E não chega a ser uma demanda prioritária nossa. São poucos estudantes nesse caso. E para você ter uma ideia nós temos demanda de abuso sexual e temos que intermediar com outros órgãos... então temos demandas que são gritantes e essa realmente acaba ficando ofuscada. De repente estamos errados porque essa demanda também deveria ser prioritária. Mas como precisamos lidar com muita coisa ao mesmo tempo, torna-se uma demanda relativamente nova.

Conforme o relato, a escuta e a busca de parceria com as famílias representam as principais contribuições do setor de supervisão para a inclusão de estudantes trans na escola investigada. Contudo, outras demandas, como casos de abuso sexual e inclusão de estudantes com deficiência, são consideradas mais urgentes, o que faz com que o acolhimento de estudantes trans receba prioridade secundária. A entrevistada reconhece que essa demanda deveria ser prioritária, mas justifica a limitação em decorrência da sobrecarga de responsabilidades e por se tratar de uma questão relativamente recente. Além disso, ressalta que a instituição possui poucos estudantes transgêneros.

A escuta ativa e a construção de parcerias constituem práticas fundamentais para o fortalecimento de uma educação mais inclusiva; entretanto, no contexto da escola pesquisada, essas ações mostram-se insuficientes para atender às necessidades específicas dos estudantes trans. O reconhecimento da importância dessas práticas, aliado à constatação de que não têm sido priorizadas pela instituição, evidencia fragilidades no processo de acolhimento e revela dificuldades da escola em efetivar estratégias que assegurem a inclusão plena desses estudantes.

Ainda que exista apenas um estudante trans identificado, a atenção individualizada e a implementação de ações efetivas de acolhimento configuram-se como dever institucional, uma vez que a escola, enquanto espaço educacional e social, deve promover condições para o desenvolvimento integral de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel em uma sociedade em constante transformação. Ademais, a ausência de iniciativas estruturadas compromete a capacidade da escola de se preparar para futuros contextos, considerando a possibilidade de receber novos estudantes trans que igualmente necessitarão de reconhecimento, acolhimento e atendimento adequado às suas especificidades.

Por fim, a quinta seção da entrevista abordou sugestões e possíveis soluções. Questionado sobre que tipo de formação ou capacitação poderia auxiliar os

profissionais da escola a lidar melhor com essa realidade, o entrevistado respondeu: “cursos de formação sobre diversidade e que abordasse diretamente esse tema e que a SRE procurasse algum profissional, como psicólogo para nos orientar”.

O relato evidencia que os profissionais da escola ainda apresentam dúvidas e questionamentos em relação ao atendimento e acolhimento dos estudantes trans. Nesse sentido, a escola, dentro de suas atribuições e possibilidades, deve estabelecer parcerias com outras instituições, como faculdades locais e a Secretaria Municipal de Saúde, por meio das unidades básicas, para desenvolver ações e campanhas educativas. Essas parcerias, articuladas com o Núcleo de Apoio Educacional (NAE) e os docentes, podem fomentar palestras, orientações e esclarecimento de dúvidas para estudantes e famílias.

A busca de parcerias, portanto, configura-se como estratégia viável para ampliar a formação dos profissionais da educação e proporcionar um ambiente seguro para estudantes, famílias e educadores, permitindo uma abordagem mais integrada dos desafios relacionados à diversidade de gênero.

As considerações do participante revelam a percepção de que a formação constitui caminho indispensável para o fortalecimento das práticas inclusivas. Assim, compreende-se que a escola, enquanto espaço de aprendizagens e socialização, deve investir continuamente na capacitação de seus profissionais, preparando-os para lidar com as múltiplas situações que emergem no cotidiano escolar. Essa formação é essencial para que o processo de transformação social ocorra de modo a contemplar todos os cidadãos (Silva *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, a escola pode desenvolver ações formativas sobre diversidade de gênero utilizando recursos pedagógicos, como vídeos de especialistas e leitura de textos, promovendo debates entre os profissionais com o objetivo de construir soluções coletivas que contribuam para o acolhimento e atendimento dos estudantes trans de forma satisfatória.

Corroborando essa visão, Britto (2023) ressalta que os profissionais da educação precisam manter-se atualizados para acompanhar as transformações e inovações presentes na sociedade. Entretanto, é importante salientar que a responsabilidade pela formação sobre transgeneridade e diversidade de gênero não deve recair exclusivamente sobre os professores, mas envolver também a escola, a SRE e demais órgãos do setor educacional. Nesse sentido, além de buscar parcerias com instituições de ensino superior, a escola pode selecionar materiais midiáticos para

discussão nas reuniões de Módulo II, possibilitando que professores e demais profissionais sejam orientados e capacitados em relação à temática.

Outro questionamento abordou as ações que a escola poderia implementar para tornar o ambiente mais inclusivo para estudantes transgêneros. Diante disso, a entrevistada respondeu: “escutas, palestras, mas ainda acho difícil porque nós temos um psicólogo que vem, mas ele não pode atender individualmente, tem que ser coletivo”.

A partir da resposta da profissional do setor de supervisão, observa-se que as ações que a escola poderia implementar ainda se mostram insatisfatórias. Para a entrevistada, as práticas de escuta e de palestra concentram-se exclusivamente no profissional de psicologia, o que evidencia uma concepção restrita acerca das possibilidades de acolhimento e acompanhamento no espaço escolar.

No entanto, é importante salientar que, embora frequentemente associadas aos psicólogos, práticas de escuta qualificada e de promoção do diálogo — como palestras e rodas de conversa — também podem e devem ser desempenhadas por professores, gestores e demais profissionais da educação, desde que devidamente sensibilizados e preparados para a temática. Nesse sentido, cabe à escola assumir a responsabilidade de desenvolver estratégias viáveis e compatíveis com sua realidade institucional, ampliando o protagonismo de sua equipe e garantindo que o ambiente escolar se configure como um espaço seguro, de reconhecimento e pertencimento para os estudantes trans.

O apoio aos estudantes trans demanda ampliação e fortalecimento, sobretudo no contexto contemporâneo, em que a afirmação de gênero tem ganhado maior visibilidade, embora ainda marcada por desafios significativos relacionados à aceitação, ao respeito e à construção da empatia diante de dilemas pessoais (Binotto *et al.*, 2023). A escola, nesse cenário, exerce papel estratégico por se constituir em um espaço atravessado pela diversidade cultural, social, política e intelectual, funcionando, portanto, como uma micro-representação da sociedade como um todo (Alves; Azevedo; Silva, 2018).

Na escola em estudo, os dados indicam que o apoio aos estudantes trans ainda se mostra satisfatório, uma vez que as ações existentes não são suficientemente efetivas para garantir o acolhimento necessário. Durante a entrevista, foram mencionados aspectos como a baixa prioridade atribuída ao tema e a percepção de pouca demanda, o que revela uma compreensão limitada acerca da

relevância da questão, desconsiderando-se a possibilidade de ingresso de novos estudantes trans no futuro. Diante disso, torna-se imperativo que a escola desenvolva ações sistemáticas de orientação e capacitação dos profissionais, bem como mecanismos de mediação de conflitos, assegurando práticas inclusivas capazes de atender, de forma efetiva às necessidades e especificidades desses estudantes.

Por fim, a entrevistada foi convidada a realizar comentários finais, ocasião em que declarou:

É uma situação difícil especialmente pela família. A mãe costuma aceitar mais que o pai. Então a escola fica também dependendo sempre deles. Também é difícil para nós, com o tempo que temos e a demanda para um atendimento assim tão individual.

O relato suscita uma reflexão sobre o papel da escola na mediação dos conflitos familiares que atravessam a experiência dos estudantes transgêneros. Em diversas situações, a atuação dos profissionais condiciona-se à postura adotada pelas famílias, o que reforça a dependência da instituição em relação ao nível de aceitação parental diante da identidade de gênero dos filhos. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender que a escola, enquanto espaço formativo e de socialização, pode exercer um papel mediador ao estabelecer canais de diálogo com as famílias, promovendo interações pautadas pelo respeito, pela escuta qualificada e pelo esclarecimento acerca das questões de gênero.

Os dados também revelam um padrão recorrente: as mães tendem a demonstrar maior facilidade em aceitar a identidade de gênero dos filhos em comparação aos pais. Esse aspecto corrobora a análise de Bastos (2023), segundo o qual o reconhecimento da diversidade constitui condição essencial para a superação de práticas discriminatórias e preconceituosas. Tal constatação adquire relevância ao se considerar que os estudantes trans, além dos conflitos internos decorrentes da afirmação de suas identidades, frequentemente enfrentam barreiras de aceitação no âmbito familiar. Assim, a ausência de apoio nesse contexto potencializa situações de vulnerabilidade e reforça a urgência de práticas institucionais que promovam inclusão e respeito.

Dessa forma, em relação à entrevista realizada com o setor de supervisão, observa-se que o principal desafio da escola consiste na mediação da relação entre estudantes trans e suas famílias, uma vez que a resistência familiar se apresenta

como a maior dificuldade para a aceitação da identidade de gênero dos filhos. Contudo, a instituição dispõe de poucas estratégias de enfrentamento, decorrentes da ausência de capacitação específica e satisfatória dos profissionais que nela atuam. Até o momento, a escuta tem se configurado como o recurso mais recorrente no processo de mediação entre estudantes e familiares. Entretanto, nota-se que muitos pais, assim como alguns professores, ainda não compreendem plenamente a questão de identidade de gênero, o que limita a eficácia desse esforço.

Essa limitação, porém, não pode ser analisada de forma isolada, pois reflete um contexto social mais amplo, no qual a aceitação e o respeito às identidades dissidentes ainda avançam de maneira lenta e marcada por tensões. Diante disso, a escola assume um papel central, não apenas como espaço de socialização, mas como instância formativa comprometida com a promoção dos direitos humanos e com a valorização das diferenças. Assim, conforme apontam Pazo, Salles e Zaganelli (2015), a instituição escolar deve ser compreendida como um espaço fundamental para a formação de cidadãos capazes de reconhecer e respeitar as diferenças.

Feitas essas considerações, torna-se relevante buscar a percepção de outros profissionais que atuam na escola. Para tanto, a próxima seção apresenta os dados obtidos por meio da entrevista realizada com o Assistente Técnico de Educação Básica (ATB).

3.5.4 Entrevista realizada com o Assistente Técnico de Educação Básica

A entrevista realizada com um Assistente Técnico de Educação Básica (ATB), identificado por esta sigla, a fim de preservar o anonimato, teve como finalidade compreender sua convivência com os estudantes trans da escola pesquisada, bem como verificar seus conhecimentos sobre o processo burocrático adotado pela instituição em relação à garantia do uso do nome social.

Inicialmente, observa-se que o ATB mencionou ter pouco tempo de atuação no setor educacional, exercendo suas funções por meio de contrato há pouco mais de um ano. É formada em Tecnologia em Administração e possui formação complementar sobre diversidade, obtida por interesse próprio. Dando início à entrevista, questionou-se: “Você já teve contato com estudantes transgêneros na escola?”, ao que ele respondeu afirmativamente e complementou:

é o primeiro ano dele aqui, ele tem a voz feminina, com todo jeito feminino, porém, ele utiliza o nome social de Carlos⁹, costuma ir à secretaria para encher e carregar os pinceis utilizados pelos professores. Na chamada ele é identificado pelo nome feminino, mas ele se identifica e se apresenta com o nome de Carlos.

O relato evidencia que o contato com o estudante trans ocorreu no presente ano letivo. O entrevistado destacou que o discente se identifica pelo nome social, embora ainda conste o nome de registro na chamada escolar. Segundo o ATB, o aluno solicita que, durante a chamada, seja identificado por seu nome social e adota essa postura também entre os colegas, mantendo coerência em sua apresentação. Acrescentou ainda que permanece atento a essa questão, pois o estudante utiliza o DED.

Constata-se que o aluno solicita ser reconhecido pelo nome social, embora não possua o devido registro nem a autorização dos responsáveis legais, o que justifica a permanência do nome de registro nos documentos escolares. Essa situação evidencia que, apesar de o uso do nome social estar legitimado pelos direitos humanos e pela legislação educacional, sua efetivação ainda representa um desafio para os profissionais da educação. As escolas, em seus esforços de acolhimento, buscam atender às necessidades dos estudantes, mas enfrentam a complexidade das relações entre instituição, discente e família. Assim, o pedido de uso nome social implica desafios práticos e éticos, uma vez que nem sempre há concordância ou aceitação da identidade de gênero por parte dos familiares (Andrade, 2012).

Nesse contexto, buscou-se compreender também como os profissionais vivenciam, em sua prática cotidiana, o relacionamento com estudantes trans. Um dos questionamentos apresentados foi: “Como é o seu relacionamento com esses estudantes? Existe algum tipo de dificuldade ou desafio?”, ao que o entrevistado respondeu:

Não, somente em relação ao lembrar durante a chamada do seu nome de registro. Mas para nós da secretaria não possui dificuldade, não temos tanto contato. Então faz uma recarga, tira uma xerox, empresta um grampeador, uma fita. O contato é superficial.

⁹ Carlos é um nome fictício, utilizado para preservar a identidade do estudante transgênero mencionado na pesquisa.

Conforme o relato do ATB, o contato dos estudantes trans com os profissionais da secretaria é superficial, uma vez que esses alunos permanecem, na maior parte do tempo, em sala de aula ou em atividades extraclasse orientadas pelos professores. Assim, o vínculo com os profissionais da secretaria restringe-se ao fornecimento de materiais, orientações e trâmites administrativos referentes à vida escolar.

O entrevistado afirma não haver dificuldades de atendimento; entretanto, essa percepção de “não haver dificuldades” pode ser interpretada não como reflexo de um ambiente plenamente inclusivo, mas como resultado de uma relação distante, em que os desafios relativos ao reconhecimento do nome social e ao acolhimento da identidade de gênero permanecem pouco visíveis para esse profissional.

O atendimento a estudantes trans representa um desafio constante para os profissionais da educação, principalmente diante dos receios e incertezas relacionados às abordagens necessárias, como o uso do nome social, a utilização de banheiros e as manifestações negativas que ainda persistem por parte de alguns colegas e servidores que não compreendem plenamente a diversidade e as questões de identidade de gênero presentes na sociedade atual (Campos e Cavalcanti, 2020).

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2024), a informação e a formação acerca do atendimento e do acolhimento aos estudantes trans são fundamentais para que as ações desenvolvidas no ambiente escolar ocorram de forma eficiente, garantindo direitos e deveres tanto dos profissionais quanto dos estudantes. Embora se reconheça o esforço dos profissionais em promover práticas de acolhimento e atendimento, percebe-se que tais experiências ainda se configuram como situações recentes, que demandam atenção e aprimoramento contínuos.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de fortalecimento de práticas pedagógicas e institucionais que assegurem a inserção desses estudantes no ambiente escolar, em consonância com suas expectativas e com o princípio da equidade (Martins; Soares; Vianna, 2024).

Em relação ao questionamento “Você recebeu alguma orientação da direção ou supervisão sobre o acolhimento dos estudantes transgêneros?”, o participante afirmou não ter recebido nenhum tipo de direcionamento institucional. Tal ausência revela uma lacuna significativa na atuação da gestão escolar, tanto no que se refere à oferta de orientações práticas aos profissionais, quanto à promoção de cursos e formações que ampliem os conhecimentos sobre identidade de gênero e diversidade.

Essa carência evidencia uma fragilidade no processo educativo, considerando que a escola, enquanto instituição social, tem entre suas finalidades a formação integral e a orientação dos sujeitos para a convivência em sociedade.

O ATB relatou realizar o atendimento aos estudantes trans com base em seus próprios conhecimentos e experiências, sem formação específica sobre o tema, mencionando não ter recebido orientações por parte da gestão sobre como proceder nessas situações. Tal relato indica uma falha institucional, uma vez que a escola não tem promovido orientações sistematizadas sobre o acolhimento à diversidade de gênero. Observa-se que o entrevistado possui formação em diversidade, adquirida por iniciativa própria, o que lhe confere algum repertório para lidar com estudantes trans. Contudo, essa experiência individual não exime a instituição de sua responsabilidade de oferecer processos formativos contínuos e coletivos, além de diretrizes claras para os profissionais sobre como lidar com essas demandas no cotidiano escolar.

A capacitação isolada de um profissional, ainda que relevante, não garante a consolidação de uma prática pedagógica coletiva pautada no respeito e na inclusão. É necessário um trabalho institucional contínuo e articulado nessa direção. Portanto, torna-se imprescindível que a gestão escolar organize ações permanentes de formação e orientação destinados a todos os educadores e demais membros da comunidade escolar, assegurando que o acolhimento às demandas de estudantes trans não dependa exclusivamente de iniciativas individuais. Apenas por meio dessa postura institucional é possível consolidar uma escola segura, democrática e acolhedora, capaz de responder de forma crítica e efetiva às múltiplas expressões da diversidade presentes em seu cotidiano.

A formação continuada dos profissionais da educação, realizada por meio de cursos, debates, exibição de materiais audiovisuais e leitura de textos específicos sobre o tema, é fundamental para o exercício ético e competente de suas funções. Tais práticas favorecem o desenvolvimento de posturas pedagógicas mais acolhedoras e respeitosas. Observa-se, entretanto, que a atuação dos profissionais, conforme relatado por ATB, ainda se fundamenta, em grande medida, nas experiências pessoais de cada um. Enquanto alguns buscam, de forma autônoma, ampliar seus conhecimentos sobre a temática, outros permanecem na expectativa de que as orientações e formações sejam providas pela escola, pela SRE ou pela SEE/MG. Essa assimetria na busca por formação repercute diretamente nas práticas

escolares, gerando lacunas que comprometem o acolhimento e o atendimento às especificidades dos estudantes trans (silva; Soares e Vianna, 2024).

Ressalta-se, contudo, que não se deve atribuir exclusivamente ao profissional a responsabilidade de buscar capacitação. Cabe à gestão escolar articular parcerias e solicitar à SER a oferta de cursos de formação continuada, além de promover encontros e debates internos sobre as demandas relacionadas à transgeneridade. Esses espaços de diálogo contribuem para a troca de experiências, a construção coletiva de saberes e o fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva.

Quando questionado sobre o tratamento dado ao uso do nome social dos estudantes nas interações diárias e na documentação interna, o ATB afirmou que essa prática ainda não foi efetivada na secretaria. Explicou não possuir referência clara sobre como proceder diante dessa demanda e declarou: “Sabemos que tem uma lei específica, só que ainda não foi utilizada na escola”. Ressalta-se que o estudante Carlos ainda não possui o nome social formalizado, o que pode justificar a afirmação do entrevistado de que a legislação ainda foi aplicada na instituição.

A Resolução SEE nº 3.423/2017 assegura o direito ao uso do nome social para pessoas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, promovendo inclusão e respeito à diversidade. No entanto, no caso de estudantes menores de idade, esse direito depende da autorização e ciência dos pais ou responsáveis. Como o estudante Carlos apresentou apenas um pedido informal, sem a formalização necessária, a escola não pode aplicar integralmente a resolução.

Nesse sentido, Passos (2019) destaca que a legislação referente à documentação dos estudantes trans deve ser amplamente conhecida pelos profissionais que atuam nas escolas, a fim de garantir o cumprimento dos direitos e deveres previstos. O domínio dessas normas permite que os estudantes sejam reconhecidos de acordo com sua identidade de gênero, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e comprometido com a equidade.

Ao ser questionado sobre possíveis resistências entre os funcionários quanto ao uso do nome social, o entrevistado afirmou não identificar atitudes de oposição. No entanto, a ausência de resistência explícita entre os membros da secretaria não implica que a escola, em sua totalidade, se configure como um ambiente plenamente acolhedor. Persistem desafios estruturais e cotidianos, como o uso dos banheiros, eventuais episódios de discriminação e resistências de outros profissionais à adoção de práticas inclusivas.

Propiciar um ambiente acolhedor é essencial para todos os estudantes, especialmente para os estudantes trans. Nesse sentido, Campos e Cavalcanti (2020) destacam que o atendimento às necessidades desses sujeitos exige preparo contínuo dos profissionais, com ampliação de suas competências, conhecimentos e recursos pedagógicos para lidar de forma crítica e sensível com a diversidade presente no cotidiano escolar. Tal perspectiva reforça a importância de políticas institucionais e práticas educativas orientadas para a inclusão, de modo que o acolhimento não dependa apenas de boas intenções individuais, mas se constitua como um princípio estruturante da organização escolar.

Ao ser questionado sobre o que a escola poderia fazer para melhorar o acolhimento e a inclusão dos estudantes transgêneros, o ATB respondeu:

Poderia ter um programa de conscientização, de explicar, de como se pode falar, de direcionamento, como que a gente vai tratar qual aluno que se identifica. Como que a gente pode fazer esse direcionamento. Não existe contato personalizado, de chamar pelo nome, de convívio direto. O contato é muito superficial. Então, assim, eu acredito que esse treinamento, esse direcionamento, envolveria mais professores. Não excluindo o secretário, que eu acho que importante também, mas sem exposição, o que é difícil, porque como vamos chamar, sem se o próprio aluno mesmo nunca falou com a gente, então seria uma forma de expor a pessoa sem necessidade.

O relato reforça a percepção de que há carência de programas institucionais de conscientização e orientação voltados aos profissionais da educação. Evidencia-se, também, o receio existente quanto à forma de abordagem e à possibilidade de constrangimento, o que denota insegurança e ausência de preparo para lidar com situações relacionadas à identidade de gênero (Dias, 2023). Nesse sentido, a capacitação permanente dos profissionais é essencial para garantir um atendimento respeitoso e acolhedor, possibilitando que os estudantes se sintam seguros no ambiente escolar (Cannone, 2019).

É fundamental que os debates sobre diversidade de gênero sejam incorporados de forma sistemática aos espaços de formação interna, como as reuniões de Módulo II, nas quais os profissionais refletem sobre os desafios do cotidiano escolar. A discussão constante sobre diversidade e transgeneridade amplia o repertório informacional e crítico dos profissionais e favorece a construção de estratégias coletivas para o acolhimento efetivo dos estudantes trans.

A partir da entrevista com o ATB, observa-se o profissional da secretaria possui contato restrito com os estudantes, o que justifica a percepção de ausência de desafios significativos no relacionamento cotidiano. Verifica-se, ainda, que há apenas um estudante transgênero matriculado na escola, o qual solicita ser chamado pelo nome social e é informalmente atendido dessa forma, mesmo sem registro formal ou autorização dos responsáveis. Tal prática reflete um esforço de acolhimento e respeito à identidade de gênero do estudante, embora careça de respaldo institucional.

Por fim, reforça-se a urgência de investir na formação de profissionais da educação sobre diversidade de gênero, por meio de cursos, treinamentos e ações de sensibilização que lhes permitam exercer suas funções de maneira ética, informada e comprometida com o respeito às diferenças.

3.5.5 Desafios e Práticas de Acolhimento de Estudantes Trans na Escola Estadual “Domingos Bebiano”

Esta seção apresenta uma análise comparativa dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os diferentes grupos de profissionais da Escola Estadual “Domingos Bebiano”: professores, equipe gestora, supervisora e assistente técnico de educação básica (ATB).

Os dados revelam que os entrevistados demonstram insegurança em relação ao atendimento e ao acolhimento dos estudantes trans, apontando como um dos principais desafios a ausência de cursos e treinamentos sobre diversidade de gênero na escola.

No que se refere ao acolhimento, os professores relatam que ele não ocorre de forma satisfatória. Essa percepção é mais evidente entre os docentes, enquanto gestores, supervisores e funcionários da secretaria não expressam avaliações consistentes sobre a qualidade do acolhimento. Tal diferença pode ser explicada pela natureza das funções exercidas: os professores mantêm contato direto e cotidiano com os estudantes em sala de aula, o que lhes permite perceber com maior clareza suas demandas e necessidades. Por outro lado, os demais profissionais desempenham atividades que não envolvem interação contínua com o corpo discente, o que limita sua percepção acerca da efetividade das práticas de acolhimento existentes.

No que se refere à direção escolar, observou-se que os profissionais tendem a aguardar soluções provenientes da Superintendência Regional de Ensino (SRE), sem demonstrar iniciativas próprias voltadas à implementação de medidas efetivas de acolhimento aos estudantes trans. A escuta foi destacada como a principal prática adotada pela gestão, sendo apontada a relação com as famílias como o maior desafio enfrentado, uma vez que muitos responsáveis em aceitar a identidade de gênero dos filhos.

Não foram relatadas ações específicas de acolhimento, além do uso do nome social pelos profissionais, ainda que, em alguns casos, o estudante não possua a documentação formalizada. Entretanto, o acolhimento ultrapassa o simples ato de chamar o estudante pelo nome social: envolve empatia, compreensão, orientação, escuta ativa e diálogo diante dos desafios enfrentados por esses sujeito dentro e fora do ambiente escolar.

Nesse sentido, a escola poderia adotar ações que favoreçam o pertencimento e a valorização dos estudantes trans, como palestras, rodas de conversa, atividades artísticas e esportivas, e momentos de expressão de talentos e habilidades. Essas iniciativas contribuem não apenas para fortalecer a convivência entre estudantes, profissionais e comunidade escolar, mas também para promover a afirmação da cidadania e o reconhecimento dos direitos e deveres desses estudantes, legitimando suas identidades.

Contudo, observou-se que os profissionais entrevistados demonstram incerteza quanto ao que podem fazer, o que parece estar relacionado à ausência de formação específica sobre o tema e, possivelmente, à dificuldade de lidar com uma temática que ainda é tratada como tabu na sociedade.

A entrevista realizada com a supervisão escolar apresentou resultados semelhantes aos obtidos com a direção. O participante destacou a escuta e a mediação junto aos pais como principais formas de acolhimento, mas admitiu sentir-se “de mãos atadas” diante da resistência das famílias em aceitar a identidade de gênero dos filhos. Assim como nas demais entrevistas, não se identificaram ações sistemáticas ou estratégicas de acolhimento além da escuta e da mediação.

No caso do ATB, observou-se que, assim como alguns professores, o participante buscou, por iniciativa própria, formação sobre diversidade, ainda que não especificamente sobre diversidade de gênero. O aspecto mais significativo, contudo, foi a constatação da ausência de diretrizes institucionais sobre o acolhimento e o

atendimento aos estudantes trans. Essa lacuna evidencia a necessidade de elaboração, pela escola, de orientações claras que subsidiem a atuação de toda a comunidade escolar diante da presença de estudantes transgêneros, bem como da possibilidade de matrículas de novos alunos que se identifiquem dessa forma.

Dessa maneira, os dados apontam para a urgência de que a instituição escolar efetive estratégias e ações voltadas ao acolhimento de estudantes transgêneros. Essa iniciativa requer, entre outras medidas, a revisão e reformulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), a construção de diretrizes específicas para orientação dos profissionais, a oferta de capacitações específicas sobre diversidade de gênero, o estabelecimento de parcerias com especialistas e instituições de apoio, além da realização de encontros e reuniões com pais, responsáveis e estudantes para esclarecimento e sensibilização sobre o tema.

Tais medidas são fundamentais para assegurar práticas de proteção, acolhimento e atendimento às necessidades dos estudantes trans, promovendo sua inclusão e bem-estar no ambiente escolar.

Diante desse cenário, e visando aprimorar as práticas de acolhimento na Escola Estadual “Domingos Bebiano”, o capítulo seguinte apresentará o Plano de Ação Educacional (PAE), elaborado com base nos resultados obtidos na pesquisa de campo.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - PAE

O presente estudo teve como foco o acolhimento de estudantes transgêneros na Escola Estadual “Domingos Bebiano”. Inicialmente, apresentou-se a descrição das legislações e normativas nacionais e estaduais que tratam da temática, o que possibilitou compreender a evolução da legislação brasileira no tocante às garantias dos direitos desses estudantes no contexto escolar, especialmente quanto à sua expressão como sujeitos LGBTQIA+.

Em seguida, no capítulo três, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema, com o objetivo de elucidar os conceitos que fundamentam a transgeneridade e os desafios enfrentados por esses discentes na afirmação de sua identidade de gênero. Nessa seção, também se detalhou o percurso metodológico da pesquisa e a análise dos dados, visando à compreensão da realidade vivenciada pela escola.

A pesquisa teve como propósito responder à questão norteadora deste estudo: “Como a escola identifica e acolhe efetivamente seus estudantes transgêneros?”. Os dados coletados revelaram aspectos significativos que contribuíram para a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE), ao evidenciar tanto os desafios e dificuldades enfrentados quanto os avanços alcançados pela instituição no acolhimento e atendimento aos estudantes trans.

Entre as principais dificuldades, destacou-se a ausência de cursos de capacitação sobre diversidade de gênero e sexualidade, bem como de formação específica acerca da transgeneridade. Essa lacuna tem gerado insegurança entre os profissionais, que relatam não se sentirem preparados para atender de forma adequada às demandas desses estudantes.

Em relação aos desafios, a questão familiar mencionada por todos os entrevistados, os quais apontaram a aceitação da identidade de gênero pelos familiares como o maior obstáculo. Observou-se, ainda, que as mães tendem a demonstrar maior aceitação em comparação aos pais.

Outro aspecto relevante refere-se ao receio dos profissionais em estabelecer uma comunicação mais efetiva com as famílias. Essa postura parece estar diretamente associada à falta de preparo e de subsídios teóricos e práticos que lhes permitam conduzir o diálogo de maneira fundamentada. Em diversos casos, os familiares manifestam resistência ou rejeição, ao debate sobre identidade de gênero, o que dificulta o processo de mediação escolar. Diante desse cenário, a escola,

embora tenha o compromisso de promover um ambiente de respeito e inclusão, acaba restringindo sua atuação a práticas pontuais, como a escuta e a orientação diante dos conflitos relatados pelos estudantes. Essa realidade evidencia a necessidade de investimentos em formação continuada e em estratégias institucionais mais sistemáticas, capazes de fortalecer o papel da escola como mediadora nas relações entre estudantes trans e suas famílias.

Entre os fatores positivos, destaca-se a socialização dos estudantes transgêneros e a abertura para que expressem sua identidade de gênero no ambiente escolar. Mesmo quando o estudante não o faz diretamente, os dados indicam que os colegas de classe frequentemente intermediam essa comunicação junto aos professores, os quais, por sua vez, demonstram empenho em respeitar o nome social.

A análise dos dados permite inferir a existência de uma “cultura de acolhimento” na escola pesquisada. Ainda que permeada por limitações estruturais e formativas, os relatos apontam para práticas de escuta, respeito e busca de atendimento às necessidades específicas dos estudantes trans. Essa perspectiva é essencial não apenas para fortalecer a inclusão escolar, mas também para garantir desenvolvimento integral desses estudantes e a continuidade de seus processos de ensino e aprendizagem.

Diante das questões identificadas, o Plano de Ação Educacional (PAE) propõe diretrizes e estratégias para ampliar e aprimorar o acolhimento dos estudantes transgêneros no contexto escolar. Para tanto, utilizou-se a ferramenta 5W2H, que orienta o planejamento estratégico e a definição de ações institucionais.

A ferramenta 5W2H é definida como:

Um recurso de planejamento estratégico que fornece sete diretrizes fundamentais: o que será feito (*What*), porque será feito (*Why*), onde será realizado (*Where*), quando ocorrerá (*When*), quem será responsável (*Who*), como será executado (*How*) e qual será o custo (*How Much*) (Behr *et al*, 2008, p. 32).

Com base nessa metodologia, torna-se possível planejar ações que contemplem de forma sistemática as necessidades da instituição escolar. Sua aplicação na elaboração do PAE é de grande relevância, pois favorece a participação coletiva de profissionais, estudantes e comunidade escolar, contribuindo para a redução dos desafios relacionados à identidade de gênero. Além disso, promove o

aprimoramento das práticas de acolhimento e atendimento às necessidades dos estudantes transgêneros, que atualmente ainda se mostram insuficientes.

Nesse contexto, o Quadro 2 a seguir apresenta as ações propostas no PAE, sistematizando as estratégias delineadas a partir da pesquisa realizada.

Quadro 2 - Plano de Ação Educacional – Ferramenta 5W2H

(Continua)

	WHAT O quê?	WHEN Quando?	WHY Por quê?	WHERE Onde?	WHO Quem?	HOW Como?	HOW MUCH QUANTO?
1	Apresentar o PAE à comunidade escolar	Segundo semestre de 2025	Garantir que a comunidade escolar conheça os resultados da pesquisa e contribua para a melhoria do acolhimento dos estudantes trans.	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Autora do estudo	Agendar reuniões com a equipe gestora e o núcleo pedagógico, seguidas de encontro com os demais funcionários da escola, para apresentar o Plano de Ação Educacional e seus objetivos	Sem custos financeiros para a instituição
2	Realizar capacitações sobre diversidade de gênero	Segundo semestres de 2025 e primeiro semestre de 2026	Sanar dúvidas e ampliar o conhecimento dos profissionais sobre o atendimento e acolhimento aos estudantes transgêneros	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Direção escolar	Encaminhar solicitação à SRE e ao núcleo pedagógico para oferta de cursos e oficinas formativas. Firmar parcerias com instituições de	Sem custos para a instituição escolar

(Continuação)

	WHAT O quê?	WHEN Quando?	WHY Por quê?	WHERE Onde?	WHO Quem?	HOW Como?	HOW MUCH QUANTO?
						ensino superior locais para a realização de palestras e encontros de formação continuada	
3	Revisar o Projeto Político-Pedagógico (PPP)	Segundo semestre de 2025 e primeiro semestre de 2026	Construir diretrizes que garantam o acolhimento e os direitos dos estudantes trans.	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Direção escolar, professores, profissionais da instituição dos diferentes setores que a compõem, estudantes e comunidade escolar.	Realizar reuniões com os profissionais, estudantes e representantes da comunidade escolar para discutir e revisar coletivamente o Projeto Político-Pedagógico, adequando-o às necessidades relativas à diversidade e à identidade de gênero	Sem custos financeiros para a instituição escolar
4	Elaborar diretrizes internas de acolhimento	Segundo semestre de 2025, com	Orientar os profissionais quanto ao atendimento e	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Direção escolar, professores e demais profissionais	Utilizar as reuniões de Módulo II para	Sem custos financeiros para a

(Continuação)

	WHAT O quê?	WHEN Quando?	WHY Por quê?	WHERE Onde?	WHO Quem?	HOW Como?	HOW MUCH QUANTO?
		revisão no primeiro semestre de 2026.	acolhimento dos estudantes trans			promover discussões e definir ações que orientam o acolhimento e o atendimento aos estudantes trans na instituição escolar.	instituição escolar
5	Criar um protocolo de acolhimento aos estudantes trans	Segundo semestre de 2025 e revisão anual a partir de 2026	Promover o acolhimento efetivo e padronizado dos estudantes trans	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Direção escolar e equipe pedagógica	Aproveitar as reuniões de Módulo II para debater e elaborar, de forma colaborativa, um protocolo de acolhimento e atendimento voltado aos estudantes trans, garantindo o respeito à diversidade de gênero	Sem custos financeiros para a instituição escolar

(Continuação)

	WHAT O quê?	WHEN Quando?	WHY Por quê?	WHERE Onde?	WHO Quem?	HOW Como?	HOW MUCH QUANTO?
6	Produzir cartilha informativa sobre diversidade de gênero	Primeiro semestre de 2026.	Divulgar as diretrizes da escola e informar estudantes, profissionais e comunidade escolar	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Gestão escolar, professores, supervisores e estudantes.	Realizar reuniões previamente agendadas com os profissionais e estudantes envolvidos, a fim de planejar e elaborar a cartilha informativa contendo as diretrizes e orientações sobre a diversidade e a identidade de gênero	Sem custos financeiros para a instituição escolar, por utilizar materiais disponíveis internamente
7	Promover palestras e rodas de conversa com estudantes	A partir de 2026, de forma contínua	Esclarecer dúvidas e fortalecer o respeito à diversidade e identidade de gênero.	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Professores, supervisores e equipe gestora	Convites e comunicados aos estudantes, por meio de bilhetes, informando sobre as palestras e reuniões voltadas ao	Sem custos financeiros para a instituição escolar

(Continuação)

	WHAT O quê?	WHEN Quando?	WHY Por quê?	WHERE Onde?	WHO Quem?	HOW Como?	HOW MUCH QUANTO?
						esclarecimento de dúvidas e ao diálogo sobre identidade de gênero.	
8	Realizar palestras e reuniões com pais e responsáveis	Início em 2025, com continuidade anual	Ampliar o diálogo sobre identidade de gênero e promover o respeito à diversidade.	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Direção escolar e professores	Encaminhar convite aos pais por meio dos estudantes, para que participem das reuniões e palestras oferecidas, abordando a identidade de gênero e a importância do respeito à diversidade	Sem custos financeiros para a instituição escolar
9	Criar um espaço permanente de acolhimento	Segundo semestre de 2025, com continuidade nos anos seguintes	Oferecer ambiente seguro para escuta e orientação de estudantes trans	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Direção escolar, professores e profissionais do NAE	Estabelecer parceria com o NAE para construção de ações coletivas, promovendo escutas, orientações e acolhimento.	Sem custos financeiros para a instituição escolar, pois o espaço será criado internamente em parceria com o NAE.

(Conclusão)

	WHAT O quê?	WHEN Quando?	WHY Por quê?	WHERE Onde?	WHO Quem?	HOW Como?	HOW MUCH QUANTO?
10	Organizar feira temática sobre diversidade sexual e de gênero	Segundo semestre de 2026	Envolver a comunidade em evento de valorização e conhecimento da diversidade.	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Direção escolar, professores, profissionais do setor administrativo, estudantes, parceiros da saúde e instituições locais	Convite às famílias dos estudantes, após explanação pelos professores sobre a importância da participação da comunidade, promovendo interação entre profissionais da saúde e educação, estudantes e comunidade escolar.	Sem custos financeiros para a instituição escolar, utilizando materiais e recursos tecnológicos já disponíveis na escola.
11	Avaliar e monitorar as ações do PAE	Durante todo o período de execução (2025-2026)	Verificar resultados e ajustar estratégias de acolhimento e inclusão.	Escola Estadual “Domingos Bebiano”	Autora do estudo	Questionários aos estudantes, profissionais da instituição e comunidade escolar, por meio de amostragem, utilizando Google Forms	Sem custos financeiros para a instituição escolar.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O PAE proposto no Quadro 2 não apenas sistematiza estratégias de acolhimento, mas também estabelece parâmetros para monitorar sua efetividade, promovendo mudanças estruturais e pedagógicas sustentadas. Trata-se de uma ferramenta analítica que articula diagnóstico, planejamento e intervenção, permitindo que a escola construa um ambiente mais inclusivo, sensível às demandas específicas dos estudantes trans e fortalecendo a corresponsabilidade entre profissionais, estudantes e comunidade escolar na consolidação de práticas educativas equitativas.

Nas seções seguintes, apresenta-se o detalhamento de cada ação sugerida no PAE, conforme exposto no Quadro 2.

4.1 APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE

Esta seção detalha a ação de apresentação do Plano de Ação Educacional à comunidade escolar. A proposta visa divulgar à instituição e à comunidade os resultados da pesquisa realizada, bem como as ações sugeridas para aprimorar o acolhimento dos estudantes transgêneros matriculados ou que venham a ser matriculados na escola.

Após a investigação da realidade da instituição e a análise dos receios e dificuldades relatados pelos entrevistados, torna-se relevante apresentar o Plano de Ação Educacional à equipe gestora e ao núcleo pedagógico, visando contribuir para a construção de estratégias e ações que atendam de forma efetiva às demandas desses estudantes.

A exposição do PAE à equipe gestora e ao núcleo pedagógico é fundamental, pois fornece à instituição o retorno da pesquisa, contribuindo para o aprimoramento das práticas escolares em relação às necessidades dos estudantes transgêneros, como a realização de escutas qualificadas. Para tanto, é necessário agendar previamente a apresentação do PAE com esses profissionais, considerando sua avaliação frente aos conhecimentos e planejamentos já existentes na escola.

No Quadro 3, apresenta-se a primeira etapa de desenvolvimento do Plano de Ação Educação (PAE).

Quadro 3 - Apresentação do Plano de Ação Educacional

What (O quê?)	Apresentação do Plano de ação Educacional
When (Quando?)	Segundo semestre de 2025
Why (Por quê?)	Contribuir para as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, promovendo o atendimento, acolhimento e orientação dos estudantes transgêneros
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Agendamento de reunião com a equipe gestora, núcleo pedagógico e professores, e posteriormente com os demais profissionais da escola para apresentação do PAE.
Who (Quem?)	A autora do estudo
How Much (Quanto?)	Sem custos financeiros

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Após a apreciação da gestão escolar e do núcleo pedagógico, o PAE será apresentado aos demais profissionais, utilizando-se a reunião de Módulo II, que reúne professores, núcleo pedagógico e gestores. Dessa forma, serão agendados dois momentos distintos para a apresentação do PAE: o primeiro voltado à gestão escolar, núcleo pedagógico e professores; o segundo direcionado aos ATBs e demais funcionários da instituição, sendo a gestão escolar responsável pelo agendamento dessa reunião.

Cabe destacar que a equipe gestora e o núcleo pedagógico possuem competência para autorizar todas as ações a serem implementadas no ambiente escolar (Passos, 2019). Assim, gestores e supervisores assumem a responsabilidade pelas decisões tomadas (Dias, 2023), em conformidade com as diretrizes e metas estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação.

Portanto, para qualquer mudança ou para a implantação de novas estratégias no ambiente escolar, é fundamental que haja ciência e concordância dos profissionais da gestão, em razão de suas atribuições legais e administrativas. Além disso, cabe ao núcleo pedagógico avaliar os aspectos positivos e negativos das propostas, tomando como referência a legislação vigente e os benefícios voltados ao acolhimento e à inclusão dos estudantes transgêneros.

4.2 CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA A AMPLIAÇÃO DE SEUS CONHECIMENTOS SOBRE A DIVERSIDADE DE GÊNERO

Nesta seção detalha-se a segunda ação do Plano de Ação Educacional, que se refere à capacitação dos profissionais para a ampliação de seus conhecimentos sobre a diversidade de gênero. A proposição desta ação fundamenta-se na relevância de assimilação de novos conhecimentos e orientações sobre diversidade de gênero, tema que se destacou durante a coleta de dados. O Quadro 4 apresenta esta ação do PAE.

Quadro 4 - Capacitação dos Profissionais para a Ampliação de seus Conhecimentos sobre a Diversidade de Gênero

What (O quê?)	Capacitação dos profissionais para a ampliação de seus conhecimentos sobre a diversidade de gênero
When (Quando?)	Segundo semestre de 2025, estendendo-se ao primeiro semestre de 2026
Why (Por quê?)	Para sanar dúvidas dos profissionais e esclarecer questionamentos relativos ao atendimento e acolhimento dos estudantes transgêneros.
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Solicitação feita à Superintendência Regional de Ensino (SRE) e construção de calendário de atividades formativas
Who (Quem?)	Direção escolar e núcleo pedagógico
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Para efetivar a capacitação dos profissionais na temática da diversidade de gênero, a equipe gestora e o núcleo pedagógico deverão encaminhar solicitação à Superintendência Regional de Ensino (SRE) para promover palestras com especialistas na área. O objetivo central é esclarecer dúvidas e fornecer orientações, considerando que, conforme relatado nas entrevistas, os profissionais não receberam cursos ou treinamentos específicos para atender estudantes transgêneros.

A capacitação constitui uma ação estratégica para a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas, na medida em que oferece aos docentes e demais funcionários segurança e fundamentação teórica para dialogar com os estudantes. Dessa forma, trata-se de uma medida que transcende a mera transmissão de informações, configurando-se como oportunidade de formação crítica e reflexiva, capaz de potencializar práticas inclusivas no espaço escolar.

Após o encaminhamento das solicitações à SRE, será construído um calendário de atividades formativas (Quadro 5), organizado em consonância com a agenda dos palestrantes. Essas iniciativas ocorrerão preferencialmente nas reuniões de Módulo II, garantindo a participação contínua dos profissionais e fortalecendo a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas.

O Quadro 5 apresenta um cronograma fictício com possíveis datas para as palestras voltadas à capacitação dos profissionais. Ressalta-se que estas datas são flexíveis, podendo ser ajustadas conforme as necessidades da instituição escolar e o calendário de atividades definido pela Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Quadro 5: Cronograma de palestras para a formação dos profissionais

(Continua)

Datas	Temas abordados
12/11/2025	Apresentação do tema do Plano de Ação Educacional: Transgeneridade – acolhimento e atendimento aos estudantes trans
26/11/2025	O que é transgeneridade: exibição de vídeos e documentários seguida de discussões sobre os conceitos apresentados
18/12/2025	Palestra com psicólogo sobre transgeneridade: fundamentação dos conceitos
10/02/2026	Construção de ações e estratégias para o acolhimento dos estudantes trans no início do ano letivo
24/03/2026	Exibição de filmes previamente selecionados pelos estudantes trans, pelo NAE ou pela equipe gestora, seguida de debate e registro de questionamentos e ponderações dos profissionais.
28/04/2026	Como realizar a escuta e o acolhimento dos estudantes trans: palestra com psicólogo e assistente social do NAE

(Conclusão)

Datas	Temas abordados
18/05/2026	Legislação sobre o nome social: direitos e deveres dos estudantes trans, em parceria com a SRE, para esclarecimentos de dúvidas.
23/06/2026	Momento de reflexão: estou promovendo o verdadeiro acolhimento? Estou atendendo às necessidades dos meus estudantes? – Palestra realizada pela gestão escolar e núcleo pedagógico.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Paralelamente à solicitação de palestrantes, serão estabelecidas parcerias com instituições de ensino superior da região, especialmente cursos de Psicologia, bem como com grupos de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade. O objetivo é que os profissionais dessas instituições contribuam para a qualificação do corpo funcional da escola, ampliando o repertório teórico e metodológico por meio da criação de grupos de estudo internos.

Conforme Carvalho e Carrara (2013), a capacitação contínua dos profissionais das instituições escolares é essencial para o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas. No cotidiano escolar, a convivência é permeada por normas e padrões socialmente estabelecidos, os quais são constantemente construídos e ressignificados por meio das atividades pedagógicas e das orientações realizadas pelos professores. Assim, investir em formação continuada não apenas fortalece a atuação docente, mas também promove uma cultura institucional pautada pelo respeito à diversidade, pela inclusão e pela garantia de direitos de todos os estudantes.

4.3 REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição escolar mostra-se necessária diante das modificações que permitirão a aplicabilidade das diretrizes propostas no PAE, com foco no acolhimento e atendimento das necessidades dos estudantes transgêneros. O Quadro 6 apresenta a terceira ação do PAE.

Quadro 6 – Revisão do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar

What (O quê?)	Revisão do Projeto Político-Pedagógico da instituição escolar
When (Quando?)	Segundo semestre de 2025 e primeiro semestre de 2026, conforme a necessidade apresentada pela escola frente à diversidade e identidade de gênero.
Why (Por quê?)	Para a construção de diretrizes relativas ao acolhimento e atendimento dos estudantes transgêneros, assegurando seus direitos e deveres como cidadãos.
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebianco”
How (Como?)	Reuniões com profissionais, equipe gestora, estudantes e comunidade escolar para debater as modificações necessárias no PPP.
Who (Quem?)	Direção escolar, professores, profissionais da instituição, estudantes e comunidade escolar
How Much (Quanto?)	Sem custos financeiros para a instituição escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Para a realização da revisão do Projeto Político Pedagógico, deverão ser organizadas reuniões com profissionais, equipe gestora, estudantes e comunidade escolar, a fim de debater temas relacionados à visão e às finalidades do Projeto. É importante salientar que o Projeto Político Pedagógico constitui uma construção coletiva, orientando as ações realizadas no ambiente escolar.

Os temas abordados incluirão: violência escolar, homofobia, identidade de gênero, diversidade, acolhimento e atendimento, adequações físicas (como reforma dos banheiros), criação de espaço de acolhimento aos estudantes trans, e capacitação dos profissionais. Além disso, serão apresentadas as legislações vigentes que fundamentam a proteção e o respeito aos estudantes transgêneros, subsidiando as modificações necessárias ao documento.

As reuniões serão agendadas pela gestão escolar, buscando garantir ampla participação da comunidade. Recomenda-se sua realização no período noturno e/ou aos sábados, a fim de viabilizar o comparecimento do maior número de participantes. Durante os encontros, serão promovidos debates sobre os temas apresentados, de

modo a subsidiar a revisão do Projeto Político Pedagógico, contemplando tanto as demandas escolares quanto as expectativas da comunidade.

A abordagem dos temas considerará as três dimensões do Projeto Político Pedagógico: dimensão do projeto, dimensão política e dimensão pedagógica. Dessa forma, busca-se assegurar a efetivação dos direitos e deveres dos estudantes trans, mediante a elaboração e implementação de diretrizes institucionais que orientem de forma sistemática toda a comunidade escolar. Esta ação não visa apenas normatizar práticas, mas também consolidar uma cultura organizacional fundamentada na inclusão, no respeito à diversidade e na promoção da equidade.

4.4 CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PARA O ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES TRANS

A construção das diretrizes constitui uma ação prioritária para a Escola Estadual “Domingos Bebiano”, com início previsto para o segundo semestre de 2025 e revisão no primeiro semestre de 2026, visando adequar as orientações às necessidades identificadas pelos estudantes e profissionais. As diretrizes abrangerão recomendações relacionadas ao acolhimento, atendimento, informações sobre legislações vigentes, direitos e deveres que deverão ser respeitados no ambiente escolar. O Quadro 7, a seguir, apresenta a quarta ação do Plano de Ação Educacional (PAE).

A construção coletiva dessas diretrizes é essencial para que os profissionais possam nortear suas ações junto aos estudantes trans, garantindo um ambiente escolar inclusivo e respeitoso. Elas visam orientar profissionais, estudantes e famílias quanto às principais questões enfrentadas pelos estudantes trans, como discriminação, violência, desrespeito, ausência de acolhimento, e assegurar o reconhecimento de seus direitos e deveres.

Quadro 7 – Construção das diretrizes de acolhimento e atendimento aos estudantes trans.

What (O quê?)	Construção de diretrizes para o acolhimento e atendimento dos estudantes trans da instituição escolar.
When (Quando?)	Segundo semestre de 2025 e revisão no primeiro semestre de 2026.
Why (Por quê?)	Fomentar ações que orientem os profissionais da instituição escolar no acolhimento e atendimento dos estudantes trans.
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Através do uso das reuniões de Módulo II, colocando em pauta a discussão sobre acolhimento e atendimento aos estudantes trans.
Who (Quem?)	Professores, supervisores, equipe gestora e profissionais de todos os setores da instituição.
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A elaboração desse documento envolverá profissionais da instituição, gestão escolar, supervisores, professores, estudantes e, e especialmente, estudantes trans, de modo a garantir que as proposições reflitam a pluralidade de experiências e necessidades presentes na escola. Nesse sentido, o Quadro 8 apresenta proposições iniciais que poderão compor as diretrizes.

Quadro 8 – Proposição de diretriz para acolhimento dos estudantes trans

(Continua)

• Todos os estudantes que se declararem em conformidade com sua identidade de gênero deverão ser respeitados e acolhidos no ambiente escolar; • A escola promoverá ações para a integração dos estudantes trans nas atividades escolares; • É vedado qualquer ato de preconceito, discriminação ou violência contra estudantes trans, sendo tais situações passíveis de registro e punição conforme o regimento escolar.
--

(Conclusão)

- A instituição garantirá o cumprimento da legislação vigente sobre o uso do nome social.
- Todos os colaboradores devem intervir em situações de constrangimento, discriminação ou violência contra estudantes transgêneros.
- Conforme o Projeto Político Pedagógico, serão realizadas palestras, debates, atendimentos de escuta e acolhimento dos estudantes transgêneros que se sentirem excluídos ou ameaçados.
- A escola fomentará ações em parceria com profissionais do NAE, estudantes de Psicologia de faculdades locais e a Secretaria Municipal de Saúde, promovendo palestras e projetos sobre transgeneridade e diversidade social.
- Os profissionais passarão por capacitações realizadas em parceria com a Superintendência Regional de Ensino, Secretaria Municipal de Saúde e a própria instituição, por meio de palestras, cursos e debates durante as reuniões de Módulo II, visando ampliar conhecimentos sobre transgeneridade e esclarecer dúvidas sobre a legislação vigente para melhor atendimento aos estudantes transgêneros.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Para implementar esta ação, utilizar-se-á o Módulo II para discussão das diretrizes. Inicialmente, serão reunidas as ponderações dos profissionais; em seguida, será apresentado o arcabouço legal vigente em Minas Gerais e no Brasil. Posteriormente, os participantes serão organizados em grupos para construir coletivamente as diretrizes, garantindo a proteção dos direitos e deveres de todos os estudantes e profissionais.

Após a construção das diretrizes, estas serão apresentadas à comunidade escolar em assembleia, sendo discutidas e aprovadas pelo Colegiado, órgão de decisão coletiva da instituição. Finalmente, as diretrizes serão distribuídas a estudantes, profissionais e comunidade escolar por meio de uma cartilha (APÊNDICE E), consolidando o compromisso da escola com a inclusão e o respeito à diversidade de gênero.

4.5 CRIAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO AOS ESTUDANTES TRANSGÊNEROS

A quinta ação do PAE destina-se à criação de um protocolo de acolhimento aos estudantes transgêneros, identificado como necessário a partir da pesquisa realizada, que evidenciou a inexistência de um instrumento formal. A ausência desse protocolo compromete o atendimento e acolhimento desses estudantes, pois os profissionais não se sentem totalmente seguros para lidar com os desafios cotidianos do ambiente escolar. O Quadro 9 apresenta a proposição do protocolo:

Quadro 9 – Proposição de protocolo de acolhimento aos estudantes transgêneros

What (O quê?)	Criação de um protocolo de acolhimento aos estudantes transgêneros
When (Quando?)	Segundo semestre de 2025 e revisão ao longo de 2026 e anos subsequentes.
Why (Por quê?)	Promover o acolhimento e o atendimento efetivos dos estudantes transgêneros
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Através das reuniões do Módulo II, colocando em pauta a discussão sobre acolhimento e atendimento dos estudantes trans.
Who (Quem?)	Direção escolar, professores, profissionais de todos os setores da instituição e estudantes trans.
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A elaboração do protocolo baseia-se no procedimento desenvolvido por Lima (2025) em sua dissertação de mestrado, intitulada “Por uma escola diversa: reflexões sobre o acolhimento e a permanência de estudantes não-cisgêneros em uma escola estadual de Minas Gerais”. Optou-se por esse instrumento devido à clareza e eficácia de suas propostas, permitindo alinhamento com os objetivos do PAE deste estudo.

O Quadro 10 apresenta o desenvolvimento das ações para a implementação do protocolo.

Quadro 10 – Protocolo de acolhimento aos estudantes transgêneros

(Continua)

Após cada reunião formativa, a equipe pedagógica, composta por especialistas em educação básica e coordenadores do Novo Ensino Médio, deverá compilar informações das discussões e elaborar rascunhos de propostas para o protocolo.

Caberá à equipe pedagógica formalizar o protocolo, sendo responsável pela redação, revisões e divulgação do documento final.

Cada rascunho deverá ser divulgado nos murais da escola e uma Caixa de Sugestões será criada para que os discentes possam opinar e sugerir alterações ou novas ações.

As reuniões e elaboração ocorrerão no segundo semestre de 2025*, permitindo a implementação no início de 2026*, garantindo organização e alinhamento como as parcerias previstas no Plano de Ação Educacional.

O protocolo definirá claramente a missão da escola, o conceito de acolhimento e as diretrizes para atender estudantes que sentem discriminação ou desrespeito, incluindo o uso correto de nomes e pronomes, criação de espaços seguros e promoção de diálogos sobre diversidade.

Toda a equipe escolar receberá formação sobre as diretrizes do protocolo, garantindo sua efetiva implementação, inclusive orientando novos profissionais que ingressarem na instituição.

Serão estabelecidos canais seguro para que os estudantes relatem situações de desrespeito e solicitem apoio, em cooperação com o Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE) da Superintendência Regional de Conselheiro Lafaiete (SRE)*, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Conselho Tutelar.

As mensagens dos estudantes serão acompanhadas e direcionadas de forma sistemática, e a equipe escolar realizará reuniões periódicas para avaliar a efetividade do protocolo e propor alterações quando necessário.

Após formalização e aprovação pelo Colegiado Escolar, o protocolo será incorporado ao PPP e ao Regimento Escolar, com ampla divulgação: cópias impressas estarão disponíveis na secretaria, direção, supervisão, salas dos professores, biblioteca e vestiário dos funcionários.



(Conclusão)

Cartilhas informativas serão distribuídas aos estudantes e responsáveis no início do ano letivo, e o protocolo será divulgado no perfil da escola no *Instagram* e enviado por e-mail institucional a todos os profissionais.

Fonte: Lima (2025, p. 195-197), adaptada pela autora (2025)

*Trechos adaptados pela autora, levando-se em conta a realidade pesquisada.

O protocolo de acolhimento reforça a importância de ser compreendido não apenas como documento normativo, mas como instrumento de transformação cultural na escola. Integrando formação docente, canais de comunicação acessíveis e estratégias de participação coletiva, contribui para consolidar práticas inclusivas e assegurar a efetivação dos direitos dos estudantes transgêneros.

4.6 CRIAÇÃO DE CARTILHA DE INFORMAÇÕES DESTINADAS AOS PROFISSIONAIS, ESTUDANTES E COMUNIDADE ESCOLAR

A sexta ação do PAE compreende a criação de uma cartilha de informações destinadas aos profissionais, estudantes e comunidade escolar, com a finalidade de divulgar as diretrizes criadas pela instituição e ampliar o acesso a informações relacionadas ao acolhimento e respeito à diversidade de gênero. O Quadro 11 apresenta a proposta de criação da cartilha.

A elaboração da cartilha será realizada de forma coletiva, envolvendo a participação da gestão escolar, professores, supervisores e estudantes trans, abordando conteúdos voltados ao acolhimento e à convivência no ambiente escolar, de modo que o conteúdo reflita diferentes perspectivas e experiências vividas no contexto escolar. Essa construção colaborativa é fundamental para garantir que o material elaborado se configure não apenas como um instrumento informativo, mas também como uma ferramenta educativa e de sensibilização, promovendo o diálogo e a reflexão sobre a importância da inclusão e do respeito à identidade de gênero. Nessa perspectiva, a cartilha será redigida em linguagem simples, clara e acessível a todos os públicos da escola e da comunidade.

Quadro 11 - Cartilha de informações destinadas aos profissionais, estudantes e comunidade escolar

What (O quê?)	Criação de cartilha de informações destinadas aos profissionais da escola, estudantes e comunidade escolar.
When (Quando?)	Primeiro semestre de 2026
Why (Por quê?)	Divulgar as diretrizes criadas pela escola e fornecer informações aos estudantes, profissionais e comunidade escolar
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Realização de reuniões previamente agendadas com os profissionais e estudantes envolvidos
Who (Quem?)	Gestão escolar, professores, supervisores, profissionais da escola e estudantes.
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição escolar, por utilizar os materiais disponíveis na escola.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A cartilha terá como tema *Transgeneridade: você sabe o que é?*, e buscará desconstruir estereótipos, esclarecer conceitos e orientar práticas de convivência respeitosa, contribuindo para a consolidação de uma cultura escolar mais empática e acolhedora. O Quadro 12 apresenta a proposta de estrutura desse material, contemplando os principais tópicos que deverão compor sua organização.

Quadro 12 – Cartilha: Transgeneridade: você sabe o que é?

	Título	Descrição
1	Capa	Elaborada pelos estudantes, de modo a expressar a identidade
2	Introdução	Breve explicação sobre o conceito de transgeneridade.
3	Tópicos da cartilha	(1) Somos todos iguais;
		(2) Nome social;
		(3) Legislação;
		(4) Respeito e convivência social;
		(5) Somos assim

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Ressalta-se que a estrutura apresentada constitui uma proposta inicial, passível de modificações conforme as contribuições dos profissionais e estuantes envolvidos no processo de confecção. Propõe-se, ainda, que a cartilha seja ilustrada pelos estudantes, favorecendo uma linguagem visual acessível a toda a comunidade escolar e fortalecendo o sentimento de pertencimento e representatividade.

Após a elaboração da primeira versão, o material será encaminhado à gestão escolar, que o apresentará ao Colegiado Escolar para aprovação e possíveis ajustes. Após a aprovação, será realizada a confecção da cartilha, utilizando os recursos disponíveis na escola para sua impressão e/ou reprodução. A versão digital será disponibilizada em formato PDF e encaminhada à SRE e às demais escolas do município.

4.7 REUNIÃO E OFERTA DE PALESTRAS PARA OS ESTUDANTES DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Após a autorização da SRE para a oferta de treinamentos, cursos e palestras aos profissionais da instituição escolar, os conhecimentos adquiridos serão repassados aos estudantes, com o objetivo de informá-los e orientá-los sobre o uso do nome social, a importância do respeito à diversidade de gênero, a valorização da convivência e a motivação para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem, conforme se pode ver no Quadro 13.

Quadro 13 - Reunião e oferta de palestras para os estudantes

(Continua)

What (O quê?)	Realização de reuniões e oferta de palestras para os estudantes da instituição escolar, além de debates, rodas de conversa e sessões de cinema comentado.
When (Quando?)	Início no primeiro semestre de 2026, com reuniões mensais para debates, rodas de conversa, cinema comentado e palestras, de acordo com um cronograma previamente definido, estendendo-se para os anos subsequentes.
Why (Por quê?)	Esclarecer dúvidas dos estudantes e promover a compreensão sobre identidade de gênero.

(Conclusão)

Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Convite e comunicação aos estudantes por meio da distribuição de bilhetes e divulgação interna.
Who (Quem?)	Professores, supervisores, equipe gestora e profissionais da secretaria escolar.
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A realização de reuniões e palestras com os estudantes favorece a assimilação de orientações voltadas à convivência harmoniosa entre pares e profissionais da escola, ampliando-se para outros espaços sociais. Nesse contexto, Cruz e Santos (2016) destacam que a abertura do diálogo entre estudantes e profissionais constitui prática de grande relevância para a compreensão da diversidade de gênero presente na sociedade, possibilitando a construção de ações pautadas no respeito e na valorização da pluralidade de identidades.

No caso específico dos estudantes transgêneros, a participação ativa nas atividades escolares contribui significativamente para o reconhecimento e o respeito por parte de colegas e profissionais. Muitos conflitos sociais, como a discriminação e o preconceito, resultam da resistência em aceitar o que é percebido como diferente, sendo frequentemente baseados em concepções formadas sem a devida compreensão da liberdade de ser e existir na sociedade.

Dessa forma, evidencia-se que a promoção do diálogo constitui mecanismo essencial para que a escola atue como agente de transformação social, promovendo a evolução de concepções relacionadas à convivência coletiva e assegurando a livre expressão das identidades de gênero em um ambiente pautado pelo respeito mútuo.

Além disso, as reuniões com os estudantes possibilitarão o fortalecimento do conhecimento sobre seus direitos e deveres como cidadãos, contribuindo para uma participação social mais consciente e para a consolidação de uma cultura escolar inclusiva, reflexiva e em constante transformação.

As palestras serão realizadas mensalmente, conforme cronograma que viabilizará a organização e o preparo das atividades, as quais poderão assumir diferentes formatos, como dinâmicas, filmes comentados e debates. Os temas

abordados incluirão acolhimento, legislação vigente, discriminação, homofobia, respeito, convivência social, direitos e deveres de todos os estudantes.

Os palestrantes serão convidados a partir de parcerias com instituições de ensino superior locais e profissionais da saúde, com o propósito de promover orientações e esclarecimentos sobre atitudes e condutas adequadas no convívio escolar. Também poderão ser convidados membros do Conselho Tutelar e representantes de organizações que atuam em defesa da diversidade e da população transgênera, ampliando o alcance formativo e social das ações.

4.8 REUNIÃO E OFERTA DE PALESTRAS PARA OS PAIS

A oitava ação do PAE refere-se à realização de reuniões e palestras destinadas aos pais e responsáveis, com o objetivo de promover o diálogo sobre a identidade de gênero, esclarecendo que esta não constitui uma opção individual, mas uma expressão legítima da subjetividade humana, que deve ser respeitada e acolhida.

A pesquisa revelou que um dos maiores desafios enfrentados pela escola no acolhimento de estudantes transgêneros está relacionado à relação com as famílias, as quais, em muitos casos, demonstram resistência em reconhecer e afirmar a identidade de gênero de seus filhos. Esse dado revela a necessidade de ações formativas que aproximem a escola das famílias e promovam um processo de conscientização coletiva, baseado no respeito, na escuta e no diálogo. O Quadro 14 apresenta a proposta de ação voltada à realização dessas atividades.

Quadro 14 - Reunião e oferta de palestras para os pais

(Continua)

What (O quê?)	Reunião e oferta de palestras para os pais
When (Quando?)	Início em 2025, com continuidade nos anos subsequentes
Why (Por quê?)	Promover o diálogo sobre identidade de gênero, esclarecendo que não se trata de uma escolha individual, mas de uma condição que deve ser respeitada.
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Convite aos pais por meio de bilhetes distribuídos aos estudantes, informando data, horário e tema das palestras.

(Conclusão)

Who (Quem?)	Professores, supervisores, equipe gestora e profissionais da secretaria escolar
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Considerando tal cenário, as reuniões e palestras serão direcionadas a todas as famílias da escola, e não apenas às que possuem filhos transgêneros, de forma a promover um ambiente de conscientização coletiva. As palestras serão divulgadas por meio de um cronograma pré-estabelecido, e os pais serão convidados inicialmente para uma reunião com a gestão escolar, supervisores e professores, com o intuito de apresentar a demanda institucional e ressaltar a importância do acolhimento dos estudantes.

O Quadro 15 apresenta uma sugestão de cronograma para a realização das palestras.

Quadro 15 – Cronograma de palestras aos pais

DATA	TEMAS
Novembro de 2025	Acolher é uma prova de amor e cidadania
Fevereiro de 2026	Diversidade e transgeneridade
Março de 2026	Legislação vigente sobre o uso do nome social
Abril de 2026	Importância do acolhimento familiar
Mai de 2026	Convivência social

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Salienta-se que o cronograma apresenta apenas sugestões de meses para a realização das palestras, considerando o calendário escolar vigente. As datas definitivas deverão ser ajustadas conforme as orientações da Superintendência Regional de Ensino e as atividades já previstas pela instituição.

A escola emitirá bilhetes-convite a serem entregues aos estudantes para repasse às famílias. Esses bilhetes conterão informações sobre o tema, data e horário de cada palestra. Após a exposição de cada tema, será promovido um debate entre

escola, estudantes e famílias, a fim de favorecer o diálogo, o esclarecimento de dúvidas e o fortalecimento dos vínculos de confiança.

Haverá ainda uma lista de presença para registro e comprovação da participação dos envolvidos, acompanhada de um relato das principais ideias, questionamentos e contribuições surgidos durante as discussões, de modo a subsidiar futuras ações formativas da escola.

4.9 CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO PARA OS ESTUDANTES TRANS

A nona ação do PAE prevê a criação de um espaço de acolhimento para os estudantes trans, com o objetivo de promover o acolhimento efetivo e o suporte emocional aos educandos, fortalecendo a cultura de respeito, inclusão e valorização da diversidade de gênero no ambiente escolar. O Quadro 16 apresenta a proposta dessa ação.

Quadro 16 - Criação de um espaço de acolhimento para os estudantes trans

What (O quê?)	Criação de um espaço de acolhimento para os estudantes trans
When (Quando?)	Segundo semestre de 2025, estendendo-se para o ano de 2026 e anos subsequentes
Why (Por quê?)	Oferecer um ambiente seguro para que os estudantes trans possam compartilhar vivências e serem acolhidos diante de situações de discriminação e violência.
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Parceria com o NAE para o desenvolvimento de ações coletivas de escuta, orientação e acolhimento.
Who (Quem?)	Direção escolar, professores e profissionais do NAE (de acordo com sua disponibilidade de agenda)
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição, por ser implementado com recursos internos e apoio do NAE

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O espaço de acolhimento será implantado nas dependências da instituição escolar, em uma sala adaptada para este fim, com mobiliário pertencente à própria escola e sem custos adicionais. Esse ambiente funcionará como um local de escuta ativa, diálogo e apoio psicossocial, voltado para os estudantes trans que enfrentam desafios relacionados à identidade de gênero, à convivência escolar ou a situações de vulnerabilidade emocional.

O projeto contará com a colaboração de psicólogos e demais profissionais vinculados ao NAE, que desenvolverão estratégias de acolhimento e ações de acompanhamento individual e coletivo. Tais estratégias poderão incluir atendimentos de escuta, rodas de conversa, dinâmicas de grupo e orientações personalizadas, sempre com foco na promoção do bem-estar e no fortalecimento da autoestima dos estudantes.

A participação dos professores será fundamental, pois caberá a eles observar, no cotidiano escolar, situações de discriminação, violência ou exclusão, encaminhando os casos para o espaço de acolhimento e contribuindo para a construção de uma rede de apoio institucional.

Cabe salientar que o acolhimento não se restringirá apenas ao espaço físico designado. A escuta e o apoio poderão ocorrer em qualquer ambiente da escola em que o estudante se sinta confortável e seguro para dialogar. Dessa forma, o espaço de acolhimento deverá ser compreendido como uma prática institucional de cuidado e empatia, e não apenas como um local específico.

Nesse espaço, os estudantes poderão participar de atividades integradoras, esclarecer dúvidas, expressar sentimentos e buscar apoio profissional para lidar com medos, inseguranças e desafios enfrentados tanto no ambiente escolar quanto em seus contextos familiares e sociais.

4.10 REALIZAÇÃO DE UMA FEIRA SOBRE O TEMA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

A décima ação do PAE consiste na realização de uma feira sobre o tema diversidade sexual e de gênero, conforme apresentado no Quadro 17.

Quadro 17 - Feira sobre o tema diversidade sexual e de gênero

What (O quê?)	Realização de uma feira sobre a temática diversidade sexual e de gênero
When (Quando?)	Segundo semestre de 2026
Why (Por quê?)	Promover a abertura da escola à comunidade por meio de um evento que reúna profissionais da saúde, estudantes, educadores e a comunidade em geral, visando à ampliação dos conhecimentos sobre diversidade e sua relevância para a transformação social.
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
How (Como?)	Envio de convites às famílias e aos estudantes, após explicações fornecidas pelos professores sobre a importância da participação da comunidade no evento.
Who (Quem?)	Professores, supervisores, equipe gestora, profissionais da secretaria da escola, estudantes e parceiros das faculdades e da Secretaria Municipal de Saúde
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição escolar, sendo utilizados os materiais e equipamentos tecnológicos disponíveis.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A feira representará a etapa final do Plano de Ação Educacional, com previsão de realização no segundo semestre de 2026. O evento abordará a temática da diversidade sexual e de gênero, por meio de estandes temáticos, apresentações artísticas, exposições de trabalhos escolares e outras atividades produzidas pelos estudantes com o apoio dos profissionais da instituição.

Durante o primeiro semestre de 2026, serão desenvolvidas ações preparatórias envolvendo professores, estudantes e a comunidade escolar, com o objetivo de planejar, produzir e divulgar o evento. A estrutura da feira encontra-se descrita no Quadro 18.

Quadro 18 – Estrutura do planejamento da feira

(Continua)

TEMA	Feira: Diversidade de Gênero e Diversidade Sexual
DATA	Segundo semestre de 2026 – sábado, no turno da manhã (07h30 às 11h30), para ampliar a participação da comunidade.
LOCAL	Escola Estadual “Domingos Bebiano”
RESPONSÁVEIS	Autora do projeto, direção escolar, equipe de supervisão e demais profissionais da escola.
PÚBLICO-ALVO	Estudantes do Ensino Fundamental e Médio, comunidade escolar e interessados.
OBJETIVO	Promover discussões e orientações sobre diversidade sexual e de gênero.
DESENVOLVIMENTO	▪ Apresentar a proposta da feira aos professores e estudantes. As explicações aos docentes ocorrerão no espaço do Módulo II, e, aos estudantes, em sala de aula. ▪ Organizar as turmas para o desenvolvimento das atividades previstas para o dia do evento. ▪ Apresentar as propostas das turmas à direção escolar para validação. ▪ Produzir cartazes, desenhos e exposições fotográficas, transformando as salas em estandes temáticos, com abertura à escuta de sugestões dos estudantes. ▪ Incluir a participação das faculdades parceiras, que poderão montar estandes informativos e oferecer serviços básicos de saúde, como aferição de pressão arterial e medição da glicemia.

(Continuação)

	Finalizar o evento com a organização dos espaços utilizados.
PROGRAMAÇÃO DA FEIRA	1. Abertura da Feira Horário: 7h30 às 8h00 Atividades: - Boas-vindas da direção escolar. - Apresentação dos objetivos da feira e da importância da diversidade. - Momento cultural com apresentações artísticas de temática LGBTQIA+. 2. Palestras e rodas de conversa Horário: 8h às 10h Palestra educativa*: Convidar especialistas para falar sobre direitos LGBTQIA+, saúde mental, prevenção ao bullying e inclusão. Rodas de conversa com estudantes: espaço seguro para o compartilhamento de experiências. 3. Oficinas Interativas** Horário: 10h às 11h Oficina de Cartazes e Murais: confecção de mensagens de apoio à diversidade. Oficina de Arte e Expressão: Pintura, colagem e desenho sobre identidade de gênero e orientação sexual. Oficina de Produção de Conteúdo Digital: Criação de vídeos, podcasts e publicações educativas sobre diversidade. 4. Encerramento Horário: 11 às 11h30

(Conclusão)

	Apresentação dos resultados as oficinas. Depoimentos dos participantes sobre a importância do evento.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

- * Após as palestras, haverá tempo destinado a perguntas e comentários.
- ** As oficinas ocorrerão simultaneamente.

A programação poderá ser ajustada conforme sugestões de estudantes, professores e parceiros institucionais.

4.10.1 Recursos necessários para a feira social

A feira será organizada com materiais disponíveis na escola, incluindo recursos recicláveis utilizados pelos estudantes. Os profissionais de saúde e das instituições de ensino superior parceiras utilizarão seus próprios materiais de apresentação e divulgação.

4.10.2 Envolvimento da Comunidade Escolar

A realização da feira contará com a participação ativa de:

- Estudantes;
- Famílias;
- Profissionais da instituição escolar;
- Profissionais da saúde (Secretaria Municipal de Saúde);
- Profissionais das faculdades atuantes no município.

4.10.3 Resultados Esperados

- Ampliação do diálogo sobre diversidade sexual e de gênero;
- Esclarecimento sobre transgeneridade;
- Divulgação de informações sobre identidade de gênero;
- Compreensão, por parte das famílias, da importância do diálogo sobre diversidade;
- Redução de preconceitos e práticas discriminatórias no ambiente escolar.

4.10.4 Avaliação da Feira: Diversidade de Gênero e Diversidade Sexual

A avaliação ocorrerá durante e após o evento. Durante a feira, serão distribuídas cédulas avaliativas contendo perguntas como: O que você mais gostou?, O que você menos gostou? E Sugestões de melhorias ou novos temas para próximas edições.

Na semana subsequente, será realizada uma nova avaliação com os estudantes a fim de identificar possíveis mudanças no diálogo familiar e nas relações entre os próprios colegas, com base em relatos e reflexões coletadas pelos profissionais da escola.

De acordo com Passos e Maciel (2024), a feira constitui um espaço de convivência, trocas e aprendizagens sociais, rico em significados que contribuem para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais presentes na sociedade brasileira. Assim, a proposta configurará uma oportunidade de interação entre família, estudantes e comunidade escolar, fortalecendo o diálogo, a empatia e a disseminação de informações sobre diversidade e respeito às diferenças.

4.11 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A décima primeira ação do Plano de Ação Educacional corresponde ao momento de avaliação e monitoramento de todas as propostas apresentadas, conforme demonstrado no Quadro 19.

Quadro 19 - Avaliação e monitoramento do PAE

(Continua)

What (O quê?)	Avaliação e monitoramento do PAE
When (Quando?)	Durante toda a execução do PAE (2025-2026)
Why (Por quê?)	Verificar os resultados das estratégias propostas no PAE e sua contribuição para a melhoria das ações voltadas ao acolhimento dos estudantes trans.
Where (Onde?)	Escola Estadual “Domingos Bebianno”

(Conclusão)

How (Como?)	Aplicação de questionários aos estudantes, profissionais da instituição e à comunidade escolar, por meio de amostragem.
Who (Quem?)	Autora do estudo
How Much (Quanto?)	Sem custos para a instituição escolar, sendo a avaliação realizada por meio da ferramenta <i>Google Forms</i> .

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A avaliação e o monitoramento do PAE ocorrerão de forma contínua, abrangendo todas as etapas de sua execução, incluindo a feira sobre diversidade sexual e de gênero. Para tanto, será aplicado um questionário via Google Forms aos estudantes, profissionais da instituição e membros da comunidade escolar, com aplicação por amostragem.

O instrumento de avaliação contemplará critérios como a eficácia das ações do PAE, bem como a identificação de pontos positivos e negativos, de modo a subsidiar o aprimoramento das práticas e fortalecer as estratégias de acolhimento (APÊNDICE E).

Ao longo deste capítulo, evidenciou-se que o planejamento de ações educacionais voltadas ao acolhimento de estudantes trans constitui uma estratégia essencial para suprir lacunas institucionais e promover práticas pedagógicas inclusivas. O plano de ação proposto articula formação docente, sensibilização da comunidade escolar e adequações administrativas, de forma a consolidar um ambiente educativo que respeite as identidades de gênero e assegure direitos de aprendizagem e convivência.

Essa proposta reafirma o comprometimento ético e pedagógico da escola com a equidade, ao reconhecer que o acolhimento efetivo requer uma abordagem sistemática, colaborativa e permanente. Tais reflexões estabelecem a transição para as considerações finais, nas quais serão sintetizados os principais resultados da pesquisa e apresentadas perspectivas de aprimoramento das práticas inclusivas na educação pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e a transgeneridade constituíram eixo central desta pesquisa, representando um desafio significativo diante da complexidade das questões envolvidas e evidenciando a necessidade de abordagens sensíveis e reflexivas para compreender as experiências e demandas dos estudantes trans no contexto escolar.

Com foco na problemática do acolhimento dos estudantes transgêneros, tornou-se essencial compreender o conceito de transgeneridade e suas implicações na educação escolar, considerando a legislação do Estado de Minas Gerais sobre o uso do nome social e as diretrizes aplicáveis ao Ensino Médio.

O estudo evidenciou que as atividades de ensino e aprendizagem devem alinhar-se às necessidades desses estudantes, demandando planejamento pedagógico que transforme o processo educativo em espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento de sujeitos críticos e participativos. Nesse contexto, a discussão sobre a transgeneridade permitiu compreender como a identidade de gênero é frequentemente desvalorizada, sujeitando muitas pessoas à discriminação, ao isolamento e à exclusão social — reflexos de padrões tradicionais e de uma cultura cisheteronormativa ainda predominante na sociedade.

Na transgeneridade, a reivindicação da autonegação constitui expressão legítima de identidade e de gênero. Assim, a compreensão dessa identidade é fundamental para que as pessoas trans sejam reconhecidas socialmente. Esse processo deve iniciar-se no ambiente escolar, espaço que congrega diferentes vivências, culturas e saberes, os quais podem ser potencializados pela ampliação crítica do conhecimento construído nesse contexto, promovendo práticas educativas que favoreçam a inclusão, o respeito e a valorização das identidades diversas.

A homologação da Resolução Conjunta SEPLA/SEDESE nº 8.496/2011 assegurou às pessoas transgêneras o direito à identificação pelo nome social no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo. Esse marco normativo, celebrado em Minas Gerais e em outros estados da federação, representa um importante avanço em uma luta histórica travada pela comunidade LGBTQIA+, reafirmando o reconhecimento da identidade de gênero como direito fundamental.

No ambiente escolar, a aplicação dessa resolução deve ocorrer em conformidade com a legislação educacional vigente. Em Minas Gerais, determina-se

que, para estudantes menores de idade, é necessária a autorização dos responsáveis legais e a apresentação de documentação que permita à escola registrar o nome social. Para estudantes maiores de idade, exige-se documentação comprobatória que possibilite a atualização de todo o histórico escolar, garantindo o uso do nome social em todas as instâncias da trajetória acadêmica.

A pesquisa, contudo, revelou as limitações práticas dessa regulamentação. O estudante trans da instituição investigada solicitava ser identificado pelo nome social, mas, por ser menor de idade e não possuir autorização dos responsáveis, não teve seu nome formalizado na documentação escolar. Essa situação evidencia a tensão entre a garantia legal e a efetividade do direito no cotidiano escolar, demonstrando que, embora a legislação represente um avanço, ainda enfrenta obstáculos concretos para sua materialização.

Mesmo diante dos progressos sociais decorrentes das campanhas e mobilizações promovidas por organizações, especialmente pela comunidade LGBTQIA+, a sociedade ainda demonstra resistência em relação à diversidade de gênero. Essa realidade precisa ser combatida desde a infância, ressaltando-se o papel da educação como espaço formativo capaz de orientar, problematizar e estimular a construção de práticas sociais mais inclusivas.

Na Escola Estadual “Domingos Bebiano”, os dados analisados evidenciaram desafios expressivos tanto na atuação dos profissionais quanto na relação com as famílias dos estudantes trans. Essa constatação revela que a superação das barreiras impostas pela transfobia e pelos padrões normativos exige não apenas respaldo legal, mas também ações pedagógicas e institucionais comprometidas com a promoção de uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva.

As entrevistas demonstraram que muitos profissionais se sentem inseguros quanto ao acolhimento e atendimento aos estudantes trans, destacando-se a ausência de cursos e formações específicas sobre diversidade de gênero. Entre os professores, identificaram-se diferentes posturas: alguns demonstram resistência, enquanto outros realizam o atendimento com naturalidade e respeito. Mesmo quando há respeito, persistem dificuldades práticas, como o uso do nome social em contraste com o registro oficial nos diários, o que gera constrangimentos e limita a efetivação desse direito.

A percepção docente evidenciou que o acolhimento dos estudantes trans ainda não ocorre de forma satisfatória. Foram relatadas situações de agressões entre estudantes e dificuldades de convivência por parte de alguns profissionais, fatores que impactam negativamente o ambiente escolar.

A equipe gestora, por sua vez, revelou postura de espera por orientações da Superintendência Regional de Ensino (SRE), sem a adoção de medidas efetivas para o atendimento dos estudantes trans. A direção destacou a prática da escuta como principal ação, reconhecendo, contudo, que o maior desafio recai sobre as famílias, muitas vezes resistentes à identidade de gênero dos filhos.

Constatou-se, portanto, que, embora os profissionais afirmem acolher e atender os estudantes em suas necessidades, a realidade observada não confirma essa percepção. As ações de acolhimento restringem-se, em muitos casos, ao uso informal do nome social, sem estratégias pedagógicas consistentes. A escola poderia adotar medidas que incluíssem a utilização de materiais midiáticos e a promoção de espaços de diálogo entre os profissionais, fomentando práticas de acolhimento no cotidiano escolar. No entanto, a gestão alegou aguardar formações oferecidas pela Secretaria de Estado de Educação (SEE), não apresentando iniciativas próprias nesse sentido.

Ainda que a SEE e a SRE possuam a responsabilidade de apoiar as escolas e oferecer formação continuada, isso não exime a gestão escolar de buscar alternativas locais para promover o acolhimento. Com uma reorganização da rotina institucional, seria possível aproveitar os encontros do Módulo II como espaços de capacitação, além de promover parcerias com profissionais da saúde do município para realização de palestras e rodas de conversa sobre diversidade de gênero.

As entrevistas com a supervisão escolar revelaram percepção semelhante à da direção. O profissional relatou que realiza escuta e mediação com estudantes e famílias, mas reconheceu a limitação das ações diante da resistência familiar. As medidas de acolhimento, portanto, permanecem restritas a procedimentos pontuais.

De modo geral, observou-se que os estudantes convivem com a diversidade de forma respeitosa, embora ainda haja indícios de preconceito e discriminação, o que reforça a necessidade de intervenções pedagógicas práticas e contínuas.

O Assistente Técnico da Educação Básica (ATB) também destacou a ausência de diretrizes institucionais específicas para o atendimento de estudantes trans, o que

representa um ponto crítico diante da presença atual e potencial de novos estudantes com essa identidade de gênero.

Diante desse diagnóstico, concluiu-se pela necessidade de implementação de um Plano de Ação Educacional (PAE), voltado ao aprimoramento do acolhimento de estudantes trans. Os resultados esperados incluem melhorias no ambiente escolar, ampliação do diálogo com as famílias e fortalecimento da cultura de respeito à diversidade. Entre as ações propostas estão palestras, exposições, apresentações artísticas, capacitação profissional e reuniões voltadas à construção coletiva de diretrizes de acolhimento.

O Plano de Ação Educacional terá sua culminância no segundo semestre de 2026, considerando a necessidade de parcerias, capacitações e envolvimento da comunidade escolar. Como o ano de 2025 já se encontra em curso, não haveria tempo hábil para sua execução completa. Trata-se de um plano cuidadosamente elaborado e de grande relevância social, que requer implementação gradual e responsável. Ressalta-se, ainda, que suas ações devem ser incorporadas ao cotidiano da escola, tornando-se práticas permanentes, pois o debate sobre identidade de gênero não pode mais se ausentar do espaço escolar.

Concluiu-se, portanto, que a instituição pesquisada ainda não está preparada para o acolhimento efetivo de estudantes trans e que ações concretas precisam ser implementadas para garantir o respeito à diversidade e a convivência harmoniosa no ambiente educacional.

Entre as limitações da pesquisa, destacou-se o tempo reduzido para a realização de entrevistas com um número maior de profissionais da instituição.

A principal contribuição deste estudo à comunidade acadêmica consiste na ampliação dos debates sobre a realidade das escolas públicas e na oferta de subsídios para novas reflexões teóricas e práticas sobre inclusão e diversidade de gênero. Para a sociedade, o estudo evidencia a urgência de ações que assegurem os direitos e deveres de todos os cidadãos, demonstrando que a ausência de acolhimento e reconhecimento afasta estudantes trans de sua plena inserção social. Para a Escola Estadual “Domingos Bebião”, a pesquisa revelou tanto as dificuldades quanto as potencialidades institucionais, possibilitando a formulação de estratégias de melhoria e a abertura de um diálogo mais efetivo sobre o tema.

O desenvolvimento deste trabalho também gerou impactos significativos na trajetória pessoal e profissional da pesquisadora. No campo pessoal, a construção deste estudo proporcionou reflexões sobre a importância do acolhimento e do atendimento ao outro; no campo profissional, as entrevistas e observações possibilitaram um novo olhar sobre as demandas do cotidiano escolar e a relevância da ação coletiva na superação dos desafios.

Compreendeu-se, assim, que a formação cidadã ultrapassa os limites da transmissão de conhecimentos formais, exigindo práticas que integrem valores, afetos e reflexões críticas.

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se o acompanhamento da implementação do Plano de Ação Educacional proposto e sua adaptação a outras instituições, de acordo com suas realidades específicas. Além disso, indica-se o desenvolvimento de novas pesquisas com profissionais da educação e estudantes, a fim de ampliar o diálogo e contribuir para a redução dos conflitos vivenciados por estudantes trans.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.; AZEVEDO, B. SILVA, D. **Psicologia, sexualidades e identidade de gênero**: Guia de referências técnicas e teóricas. 1. ed. Salvador: CRP-03, 2018.

AMORIM, S.M.G. BRANCALEONI, A.P.L. Vozes abjetas: a trajetória escolar de um grupo de pessoas transexuais do interior de São Paulo. **Cadernos CIME-AC**, Uberlândia, v.09, n.02, 2019.

ANTRA. Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Bruna G. Benevides (org.). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

ANDRADE, L.N. **Travestis na escola**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2012.

ALVES, C. E. R.; SILVA, G. F.; MOREIRA, M. I. C. A política pública do uso do nome social por travestis e transexuais nas escolas municipais de Belo Horizonte: uma pesquisa documental. **Anais do Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.11, n.2, São João del-Rei, 2016.

ARAÚJO, S.M. **As trajetórias escolares de homens trans**: da educação básica ao ensino superior. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, MG, 2021.

BASTOS, E. A Idade **Chega Para Todas as Pessoas? Interloquções entre trans identidade de gênero, envelhecimento e Serviço Social**. Dissertação de Mestrado, programa de Serviço Social – UFSC. 2023.

BEHR, A.; MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, v. 37, n. 2, 2008.

BENTO, B.A.M. **O que é a transexualidade**. São Paulo, Coleção Primeiros Passos, 2008.

BINOTTO, F.S. BRUM, V.M. SILVA, L.A. UNFER, B. NASCIMENTO, L.H. Construção do nome social de pessoas trans e aspectos relacionados em um município de porte médio do Sul do Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.29, n.2, 2023.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: Acesso em 01 nov 2024.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em 14 mar 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 14/2017**. Normatização Nacional sobre o uso do nome social na educação básica. Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em 07 Out. 2024.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em. 10 dez. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução n.2, de 30 de janeiro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional da Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 13.005/2014, Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Filosofia**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> Acesso em 13 mar. 2023.

BRITTO, D.S. Um olhar para as vivências de estudantes transgênero nas escolas brasileiras. **Revista Saberes e Práticas**, 2023.

CAMPOS, P.; CAVALCANTI, V.. Identidades trans nas juventudes: desafios familiares e escolares na linha tênue entre ser-não sendo, e não ser-sendo. **Revista Educação e Linguagens**, v. 9, n. 18, 2020.

CANNONE, L.A.R. Historicizando a Transexualidade em direção a uma Psicologia comprometida. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v.39, n.3, 2019.

CARVALHO, M. CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Revista Latino Americana**, n.14, n.5, 2013.

CONSELHEIRO LAFAIETE. **Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural**. Ata número 116, de 25 de novembro de 2020. Disponível em: <http://conselheirilafaiete.mg.gov.br/v2/wp-content/uploads/2021/12/Ata-116.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CRUZ, T.; SANTOS, T. Experiências Escolares de Estudantes Trans. **Revista Reflexão e Ação**, v. 24, n.1, 2016.

DIAS, J. G. Quem é o seu nome? Marcadores de gênero e o direito à identidade própria. **Esferas**, ano 13, vol. 2, nº 27, maio-agosto de 2023 | ISSN 2446-6190

ESTADO DE MINAS. **Resolução Conjunta SEPLAG/SEDESE N.8496 DE 2011**. Assegura às pessoas transexuais e travestis a identificação pelo nome social no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo. Belo Horizonte, MG, 2011. Disponível em:

https://www.mg.gov.br/system/files/media/planejamento/documento_detalhado/2022/seplag/legislacao/resolucao_conjunta_8496_14-10-11.pdf Acesso em: 10 set. 2024.

ESTADO DE MINAS. **Resolução garante uso do nome social em escolas estaduais em Minas Gerais**. 29/05/2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/05/29/interna_gerais,872648/resolucao-garante-uso-do-nome-social-em-escolas-estaduais-de-minas-ger.shtml#google_vignette . Acesso em 02 abr de 2024.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Decreto n. 47.306, de 15 de dezembro de 2017**. Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47306/2017/> Acesso em: 10 ago. 2024.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Resolução SEE n. 4.701, de 14 de janeiro de 2022**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/RESOLUCAO-SEE-No-4.701-DE-14-DE-JANEIRO-DE-2022.pdf> Acesso em: 10 ago. 2025.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. **Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização**: Caminhos percorridos e obstáculos enfrentados. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2015.

FREITAS, M.T.A. **O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. 5 ed. Campinas, Papirus, 2002.

GASKEL, G. **Entrevistas individuais e de grupos**. In: BAUER, M.W. GASKEL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2014.

JESUS, J. **Crianças Trans: Memórias e Desafios Teóricos**. III Seminário internacional enlaçando sexualidade. Salvador, 2013.

JESUS, G, J. **Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e Termos**. Brasília, DF, 2012.

KRAMER, S. **Entrevistas coletivas: alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, B.C. Por uma escola diversa: reflexões sobre o acolhimento e a permanência de estudantes não-cisgêneros em uma escola estadual de Minas Gerais. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFSJ, Juiz de Fora, MG, 2025.

MARTINS, M. Escola sem Partido: Intensificando a Formação Ideológica da Consciência. In: **Políticas Públicas na Educação e Sociabilidade Humana**. Atena ed. 2021.

MARTINS, M.E.R. SOARES, H.P. VIANNA, T.C.B.S. **Análise de vivências escolares de pessoas trans no âmbito da educação básica**. Artigo de Revisão. Scielo, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387101363_ANALISE_DE_VIVENCIAS_ESCOLARES_DE_PESSOAS_TRANS_NO_AMBITO_DA_EDUCACAO_BASIC Acesso em: 10 dez 2024.

MARCONI, L.E. Os transgêneros, a alteração de sexo e nome e a perseguição no Registro Civil. Direito Civil I, **Revista dos Tribunais**, v.6, n.4, 2021.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE Nº 3423**. Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3423-17-r.pdf> Acesso em 25 de jan. 2023.

MOURA, A. R., ZIBETTI, M. L. T. A escola para todes? O que dizem os estudos sobre educação das pessoas trans. 2023. In: **SciELO Preprints**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6356> Acesso em 09 jul. 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, I, B. MAIO, E. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. **Revista da FAEEBA, Educação e Contemporaneidade**, v.25, n.45, 2016.

PASSOS, A.R. **O direito das pessoas transexuais e transgêneros sob a ótica do Supremo Tribunal Federal**: São Mateus, SP, 2019.

PAZÓ, C. SALLES, G. ZAGANELLI, J. A transexualidade e o direito fundamental à educação: uma análise sobre a responsabilidade civil das instituições privadas de ensino. **Revista de Direito Brasileiro**, v.11, n.5, 2015.

SARAIVA, M. S. **Gênero e orientação sexual: uma tipologia para o movimento transfeminista**. IN: JESUS, Jaqueline et al. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro, Metanoia Editora, 2014.

SARAIVA, A. C. D; SILVA, L. M. **A necessidade de aceitação do uso do nome social para pessoas travestis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Uma, Catalão, GO, 2022.

SILVA, T.B.R. **Experiências multissituadas: entre cursinho trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa?** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2017.

SILVA, F. V *et al.* A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental. **Revista Latino- Americana de Enfermagem**, v. 29, 2021.

SILVA, C.M. OLIVEIRA, V.H.F. E. A retificação do registro civil da pessoa transgênero a partir da ADI 4275/2018 E PROVIMENTO 73 DO CNJ – Desburocratização do direito do nome. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia – REIVA**, v.6, n.3, 2023.

VINHA, T.P. MORAIS, A. TOGNETTA, L.T.P. AZZI, R.G. ARAGÃO, A.M.F. MARQUES, C.A.E. SILVA, L.M.F. MORO, A. VIVALDI, F.M.C. RAMOS, A.M. OLIVEIRA, M.T.A. BOZZA, T.C.L. O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas. **Periódicos, Faculdades Carlos Chagas**, v.27, n.64, 2016.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você a participar, de forma voluntária, da pesquisa intitulada **“EDUCAÇÃO ESCOLAR E TRANSGENERIDADE: COMO UMA ESCOLA DE CONSELHEIRO LAFAIETE ACOLHE SEUS ESTUDANTES TRANSGÊNEROS”**, orientada pelo professor Dr. MARCO AURÉLIO KISTEMANN JÚNIOR.

Esta pesquisa integra a dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, desenvolvida por JULIANA MIRANDA DE FARIA, matrícula **102341505**, doravante denominada “pesquisadora”, responsável pelas entrevistas e pela elaboração do estudo.

O objetivo da pesquisa é compreender os desafios enfrentados pelas escolas no acolhimento de estudantes transgêneros, bem como identificar as medidas adotadas pela instituição escolar para promover esse acolhimento.

Caso concorde em participar, será realizada com você uma entrevista semiestruturada individual, com a finalidade de compreender sua percepção sobre o acolhimento de estudantes transgêneros na escola pesquisada.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em diferentes níveis, podendo haver desconfortos de ordem emocional ou social. No entanto, esta investigação busca contribuir para a compreensão do papel da escola na garantia da permanência, do respeito e da valorização dos estudantes trans, bem como indicar caminhos que favoreçam o acolhimento e a construção de um ambiente escolar mais inclusivo.

Sua participação não implicará custos nem oferecerá vantagens financeiras. Caso haja algum dano decorrente da participação na pesquisa, você terá direito de buscar reparação conforme a legislação vigente.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo pessoal ou profissional. As informações coletadas serão tratadas de forma sigilosa e confidencial, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo utilizadas apenas para fins acadêmicos e científicos.

O presente termo está impresso em duas vias originais, sendo uma arquivada pela pesquisadora responsável e a outra entregue ao participante. Os dados coletados permanecerão sob guarda da pesquisadora por cinco anos, após o que serão devidamente destinados conforme a legislação vigente.

Declaro que li e compreendi todas as informações, tive a oportunidade de esclarecer dúvidas e concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

Conselheiro Lafaiete, _____ de junho de 2025.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora Responsável: Juliana Miranda de Faria

Campus Universitário da UFJF

Faculdade/Departamento/Instituto: Faculdade de Educação/ Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública/ CAED

CEP: 36036-900

Fone: (31) 98568 0880

E-mail: juliana.miranda.faria@gmail.com

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO REGULAR

1. Identificação do Participante

- Tempo de atuação na educação: _____
- Tempo de atuação nesta escola: _____
- Descreva brevemente sua trajetória acadêmica e profissional:

2. Formação Profissional

1. Você já recebeu alguma formação sobre diversidade de gênero e inclusão de pessoas transgêneras na escola? _____

- Se sim, pode relatar brevemente o conteúdo abordado?
- Se não, acredita que essa formação seria útil para sua atuação docente?

2. Quais medidas poderiam ser implementadas para aprimorar a inclusão de estudantes transgêneros na escola?

3. Percepção sobre a estudantes transsexuais

3. Você já teve estudantes transgêneros em sua turma ou sob sua responsabilidade?

4. Como é o seu contato direto com esses estudantes? Eles se sentem acolhidos em sala de aula?

5. Como você percebe a presença de estudantes transgêneros na escola?

6. Você já presenciou ou soube de situações de preconceito ou discriminação em relação a esses estudantes?

- Se sim, pode relatar o ocorrido e como a escola lidou com a situação?

4. Dificuldades Enfrentadas pelos Profissionais

7. Como você lida com o uso do nome social dos estudantes transgêneros em sala de aula?

8. Quais desafios ou dificuldades identifica na inclusão plena desses estudantes no processo pedagógico?

9. Você percebe resistência por parte de outros professores ou da comunidade escolar em relação a essa temática?

10. Quais ações a escola poderia adotar para tornar o ambiente mais inclusivo para estudantes transgêneros?

11. Há algo mais que você gostaria de comentar?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIREÇÃO ESCOLAR

I. Identificação do Participante

- Tempo de atuação na educação: _____
- Tempo de atuação nesta escola: _____
 - Tempo de atuação na função: _____

II. Formação e Preparação Profissional

1. Você já recebeu alguma formação sobre diversidade de gênero e inclusão de pessoas transgêneras na escola?
 - Se sim, pode relatar brevemente o que foi abordado?
 - Se não, acredita que essa formação seria útil para sua função?

III. Percepção e Inclusão de Estudantes transgêneros

2. Como você percebe o ambiente escolar para estudantes transgêneros? Acredita que eles se sentem acolhidos?
3. Você já presenciou ou soube de situações de preconceito ou discriminação contra esses estudantes?
 - Se sim, pode relatar o que aconteceu e como a escola reagiu?
4. A escola possui diretrizes específicas para o acolhimento de estudantes transgêneros?
5. Como é realizada a implementação do uso do nome social nos registros e na rotina escolar?
6. Existem capacitações ou treinamentos voltados aos profissionais da escola sobre diversidade de gênero?
7. Quais são as principais dificuldades institucionais para garantir um ambiente seguro e acolhedor?

IV. Dificuldades Enfrentadas pelos Profissionais

8. A escola enfrenta resistências na garantia dos direitos dos estudantes transgêneros?
9. Como os familiares e a comunidade escolar se posicionam sobre essa questão?

V. Sugestões e Possíveis Soluções

10. Que tipo de formação ou capacitação você acredita mais adequada para auxiliar os profissionais nesse tema?
11. Quais ações poderiam ser implementadas para promover um ambiente mais inclusivo?
12. Há algo mais que gostaria de acrescentar?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A SUPERVISÃO ESCOLAR

I. Identificação do Participante

- Tempo de atuação na educação: _____
- Tempo de atuação nesta escola: _____

II. Formação e Preparação Profissional

1. Você já recebeu alguma formação sobre diversidade de gênero e inclusão de pessoas transgêneras na escola?
 - Se sim, pode relatar o conteúdo abordado?
 - Se não, acredita que essa formação seria útil para sua atuação?

III. Percepção e Inclusão de Estudantes transgêneros

2. Como você percebe o ambiente escolar para estudantes transgêneros? Eles se sentem acolhidos?
3. Quais são as diretrizes da supervisão escolar para a inclusão desses estudantes?
4. Como ocorre a orientação aos professores e funcionários para garantir um ambiente inclusivo?
5. Quais dificuldades são percebidas na aplicação das políticas de inclusão?
6. A supervisão escolar recebe queixas ou sugestões relacionadas a essa temática?
7. Você já presenciou ou teve conhecimento de situações de preconceito ou discriminação contra esses estudantes?
 - Se sim, pode descrever o ocorrido e a forma de encaminhamento?
8. Existe articulação entre a escola e outras instituições para garantir os direitos dos estudantes transgêneros?
9. De que forma a supervisão pode contribuir para aprimorar a inclusão desses estudantes?
10. Como os familiares e a comunidade escolar se posicionam diante da questão?

IV. Sugestões e Possíveis Soluções

11. Que tipo de formação ou capacitação seria mais adequada para apoiar os profissionais da escola nesse tema?

12. Quais ações poderiam ser implementadas para tornar o ambiente escolar mais inclusivo?

13. Há algo mais que você gostaria de comentar?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA

1. Identificação do Participante

- Cargo na escola: _____
- Tempo de atuação na educação: _____
- Tempo de atuação nesta escola: _____

1. Você já teve contato com estudantes transgêneros na escola?
2. Como é o seu relacionamento com esses estudantes? Há dificuldades ou desafios?
3. Você recebeu alguma orientação da direção ou da supervisão sobre o acolhimento de estudantes transgêneros?
4. Como é tratado o uso do nome social desses estudantes nas interações cotidianas e nos registros internos?
5. Existe algum tipo de resistência entre os funcionários em utilizar o nome social?
6. Quais medidas poderiam ser adotadas para melhorar o acolhimento e a inclusão desses estudantes?
7. Há algo mais que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO – GOOGLE FORMS



QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PAE

B *I* U  

Este questionário trata-se de uma avaliação sobre as atividades realizadas do Plano de Ação Educacional.

Nome *

Texto de resposta curta

Como você avalia as atividades desenvolvidas no ambiente escolar? *

- ☐ ÓTIMO
- ☐ MUITO BOM
- ☐ BOM
- ☐ RUIM

Escreva alguns pontos positivos que você destacaria. *

Texto de resposta longa

Escreva alguns pontos negativos que você destacaria. *

Texto de resposta longa

Escreva alguma (s) sugestões que você acha que contribuirá para a melhoria das atividades desenvolvidas. *

Texto de resposta longa